

Revista de Historia

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

SUMMARIO

Gabriel Pereira — *Elogio historico lido em sessão de 16 de Dezembro.* — Pedro de Azevedo.

O canoneiro arabe de Ibn Cuzmane, sua importancia para a philologia. — David Lopes.

Ensaio de critica e esthetica — I. *Le Disciple*, de Bourget. — Henrique Vilhena.

Explorações archivisticas: — I. *Um alchimista portuguez em 1562* — II. *Uma esquadra de Carlos V no porto de Cascaes, em 1524.* — Pedro de Azevedo.

Historia local: — *Concelho de Lagos, Freguezia de Nossa Senhora da Luz.* — Manuel João Paulo Rocha.

Sobre três « coups de poing » do casal do Monte e do Moinho das Cruzes. — Joaquim Fontes.

Vida social: — *Relatorio da vida scientifica e administrativa no anno de 1911-1912.* — Fideljño de Figueiredo.

Factos e notas.

Bibliographia.

1912

LIVRARIA CLASSICA EDITORA

DE A. M. TEIXEIRA

20, Praça dos Restauradores, 20

LISBOA

Sociedade Portuguesa de Estudos Historicos

Artigo 4.º A admissão de novos socios faz-se por proposta assignada por tres socios, com um parecer justificativo da candidatura, fundamentado em trabalhos de especialidade e nunca exclusivamente em livros escolares e de vulgarisação.

§ 1.º Tambem poderão ser propostos socios os individuos que, não tendo publicado trabalhos de especialidade, manifestarem interesse pelos estudos historicos e contribuirem para o seu desenvolvimento. Estas propostas devem ser tambem acompanhadas d'um parecer justificativo e assignadas por tres socios.

§ 2.º A *Revista de Historia*, orgão da *Sociedade*, pôde publicar trabalhos de individuos estranhos á *Sociedade*, uma vez que sejam apresentados por um socio ao Conselho de Direcção e por elle approvados. Estes trabalhos pôdem constituir titulo de candidatura.

Artigo 5.º Os socios residentes em Lisboa contribuem com a quota mensal de 500 réis, e os residentes na provincia e no estrangeiro com a quota annual de 2\$500 reis.

(Extracto do Estatuto approved em sessões de 12 e 28 de Junho de 1911 e alterado em sessão de 26 de Outubro de 1912.)

As doutrinas expostas nos artigos da «Revista» são da exclusiva responsabilidade dos seus auctores.

— As obras sobre assumptos historicos ou affins, que forem enviadas á «Sociedade», serão noticiadas na secção de Bibliographia da «Revista».

ASSIGNATURAS

Anno, Portugal.	17200 reis
Numero avulso	300 »
Anno, União Postal.	7 francos

GABRIEL PEREIRA

ELOGIO HISTORICO LIDO PELO SOCIO PEDRO DE AZEVEDO EM SESSÃO DE 16 DE DEZEMBRO

MEUS SENHORES!



A SOCIEDADE PORTUGUEZA DE ESTUDOS HISTORICOS em uma das suas sessões tomou a deliberação de celebrar a memoria de Gabriel Pereira, havendo considerado que na carreira d'aquelle academico se encontra tal originalidade que era mister não a deixar esquecer, a fim de que os que seguem a profissão de bibliotecario tenham um modelo por onde se possam nortear. Na verdade, entre todas as modalidades intellectuaes de Gabriel Pereira, a que nellas mais sobresaía e como quer que as compendiava, era a ideia bibliotecaria; e assim de posse d'este criterio, a SOCIEDADE entendeu que o seu elogio fosse encaminhado.

Restava-lhe ainda a escolha de quem executaria a formulação dos principios que tinham conduzido Gabriel Pereira na sua tão silenciosa como proficua actividade e descreveria esta, preceitos que exigiam pessoa que o tivesse observado no meio dos seus labores. Porém aquella de maxima competencia, em quem recaiu a unanimidade dos votos, escusou-se alegando motivos que calaram no animo dos seus consocios, e em seu logar eu fui apontado para desempenhar essa missão.

Aceitei, porque não pude encontrar escusas plausiveis.

A minha convivencia com o extincto durante mais de vinte annos tornou-me possuidor de uma visão que com relativa facilidade me permite agora enlçar grande numero de factos, dando-lhes uma fôrma mais ou menos logica. Esses factos obtive-os ou directamente pelo trato pessoal ou pela leitura das suas numerosas publicações, posto que nem de todas me pude socorrer. Anteriormente, porém, á data das nossas relações contava já Gabriel Pereira uma larga folha de serviços, a que só me posso referir por conhecimento indirecto.

A leitura das suas publicações, as apreciações dos seus subordinados e conhecidos, as suas resoluções officiaes e as conversas que tive com o falecido inspector ministraram-me pois o abundante material que aproveitarei.

Num meio como o nosso em que a força intellectual e fisica não é cultivada por completo nem comprehendida, torna-se difficil realçar os meritos das grandes individualidades que quasi sempre são avaliadas pelo criterio do criado de quarto, para o qual, di-lo um filosofo, não ha homens notaveis.

No desenvolvimento da minha missão procurarei sempre descrever Gabriel

Pereira pela sua face mais elevada e como iniciador de novos caminhos intellectuaes. Em janeiro do corrente anno o Dr. Hans Delbrück, professor da Universidade de Berlim, discursou defendendo a these «de que as massas só por si são inertes, sendo apenas robustecidas pela fôrma a que são levadas, o que possibilita dar-lhes uma vontade unica que as guie a um fim consciente. Esta fôrma é um producto espiritual, é o Espirito.»¹

A fôrma que tiveram as bibliotecas e arquivos nos ultimos dez annos, ou melhor, nos ultimos vinte, foi-lhes dada por Gabriel Pereira. Estudar, pois, Gabriel Pereira é procurar conhecer o espirito que no referido lapso de tempo guiou aquelles estabelecimentos.

Como é sabido, o character provém da fusão de tres elementos: raça, qualidades ingenitas e educação.

Ainda que esteja muito generalizada a ideia de que a raça tem grande influencia na producção do character, ella não se póde admittir por completo. A raça é uma função do meio natural e por isso succede que o japonês moderno, apesar do aspecto fisico, se encontra moral e intellectualmente mais proximo do inglês e do alemão, do que o português. Isto provém da situação geographica do Japão, pouco diversa das situações dos dois povos mencionados. Os portugueses tambem assimilam facilmente usos e costumes, mas de povos inferiores como os equatoriaes, procedimento que repugna aos germanos. E' de advertir, porém, que esta influencia não se propaga nas gerações seguintes, uma vez que ellas mudem de territorio, pelo que se conclue que a conformação antropologica não indica um determinado character.

Os estudos psicicos ainda nos não puderam dar a chave da vida espiritual, sendo em vão que o anatomico explora todas as regiões cerebraes e o quimico analisa os elementos da massa encefalica, ficando o problema psico-fisico insolvel até hoje, quer pela insuficiencia dos nossos meios, quer pela pretensão da nossa intelligencia em buscar realidade a construções logicas. Muitas escolas filosoficas podem ter a crença de estarem possuidoras da verdade neste ponto, mas a sciencia ainda nada resolveu.

Causas externas, como a educação e o meio, podem modificar o individuo, mas não atenuam completamente o intimo d'elle. Se a maioria dos individuos cede a influencias externas, outros ha que reagem e mantem a sua autonomia.

A estes ultimos pertencia Gabriel Pereira, que no fim de residencia de vinte e tres annos em Lisboa e, o que é mais, já com uma boa soma d'elles na juventude, continuava inalteravelmente nas suas predilecções, ao qual nem a influencia da politica, nem o meio de pequena actividade intellectual, dentro de que se movia, lograram modificar um ápice. A qualidade dos seus sentimentos, o seu modo de pensar, ainda para aquelles com quem mais se dava, ficavam, porém, quasi totalmente occultos a esses olhares. Ao passo que a maioria dos individuos descreve quasi palpavelmente o que lhe vae no intimo, Gabriel Pereira ignorava por completo ou pelo menos não exteriorizava os seus sentimentos. Umas leves palavras, uma recordação constante e melancolica era tudo o que se nos revelava da sua vida de sentimentos. Esta melancolia, este estoicismo são habituaes no homem do Alemtejo, provincia coberta de *stepes* onde os seus habitantes passam uma vida quasi nómada e nisso era Gabriel Pereira um legitimo filho da sua terra.

Tendo nascido em Evora, costumou-

¹ *Berliner Tageblatt*, de 27 de janeiro de 1912.

se de novo a contemplar os velhos monumentos romanos e medievaes da cidade, ouvindo contar ao mesmo tempo as lendas semi-eruditas de Sertorio e Giraldo Sem Pavor. Sendo filho de um professor do liceu, cedo começaria a frequentar a opulenta biblioteca da capital do Alemtejo, onde ainda era viva a lembrança de Cunha Rivara, que por aquelles tempos, na longinqua India, estava desenterrando do pó dos arquivos os monumentos comprovativos da gloria dos portuguezes, tendo ficado substituido na direcção d'aquelle estabelecimento pelo não menos erudito Augusto Filipe Simões. A estes dois vultos muito deveremos agradecer todos nós o influxo que exerceram sobre o Inspector das bibliotecas, encaminhando-o na carreira que elle depois seguramente trilhou.

Tendo, porém, de optar por uma carreira, escolheu o moço alemtejano a de marinha, e se por um momento reflectirmos, veremos que neste passo tão capital para a sua vida, Gabriel Pereira cedeu a impulsos do romantismo. A memoria do Oriente, onde os heroes portuguezes destroçavam com o seu braço multidões innumeraveis de inimigos, os magestosos edificios da grande peninsula asiatica, os costumes estranhos dos bronzeados orientaes por um lado; a gloria da marinha portuguesa que, pouco mais de meio seculo antes, tinha cooperado nas empresas navaes de Toulon e Malta incorporada nas esquadras inglesas por outro, convidaram o eborense a seguir a carreira portuguesa de mais gloriosas tradições. Estando, porém, quasi a terminar o curso, interrompeu-o por motivos de ordem sentimental, tendo pouco tempo depois de ver-se forçado a reger uma cadeira no liceu municipal da cidade fronteira ás ruinas de Cetobriga.

A marinha portuguesa perdeu certamente um bom official, mas não perdeu um bom amigo, porque Gabriel Pereira consagrou uma parte da sua actividade

aos estudos da historia geografica e cartografica. Além de redigir varios catalogos de cartas, publicou varios roteiros e deu pela primeira vez noticia dos tesouros guardados nos arquivos da Marinha e Ultramar recolhidos no edificio da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Como professor nada nos legou, mas nos seus trabalhos nota-se sempre insistencia na difusão da instrucção popular e no combate á rudeza, o que o levava depois, sendo director da Biblioteca Nacional de Lisboa, a facultar mais amplamente do que devera ser a consulta de compendios elementares á juventude escolar. A sua cultura humanistica provocou-lhe a versão para portuguez dos trabalhos dos classicos romanos e gregos nos pontos que se referiam á Lusitania. Os seus *Contos para operarios*, as *Madrugadas* e a versão dos contos de Andresen são os unicos productos da sua fantasia de que tenho noticia tivesse publicado, sendo para notar no primeiro d'elles os intuitos sociaes do seu auctor, então seduzido por uma certa corrente politica a que Antonio Ennes e Bordalo Pinheiro não eram estranhos.

Os primeiros trabalhos de Gabriel Pereira foram sobre arqueologia, havendo saído da sua pena, em 1875, um estudo sobre os dolmens dos arredores de Evora. A lista completa do que escreveu sobre arqueologia é grande, quer descrevendo quer catalogando antiguidades, tanto de monumentos como de edificios e de objectos. A pintura chamava a sua atenção e na qualidade de director da Biblioteca de Lisboa valorizou os quadros que se encontravam naquelle estabelecimento, publicando então um catalogo d'elles e collocando nos sitios mortos da casa todos os productos dos pinceis nacionaes.

Consagrou-se especialmente a descrever Evora em grande numero de seus aspectos, chegando a publicar ainda um grosso volume sobre a terra natal que contém peças de grande valor para

a historia da cidade desde a reconquista christã, publicação que foi levada a cabo sem o menor auxilio dos poderes publicos.

Tendo fixado residencia em Lisboa em 1887, em virtude da sua nomeação para director da Biblioteca Nacional, consagrou-se nos periodos de verão, em que residia fóra de Lisboa, a visitar as povoações proximas da capital e com o resultado das suas observações publicou alguns trabalhos sobre Carnide, Bemfica, Ericeira e Torres Vedras, nos quaes não só deu largas á investigação historica, como tambem á agronomia e *folklore*. Estes estudos, que foram depois reproduzidos em volume, são impregnados de certa melancolia, sendo raro, como em todas as suas publicações, encontrar qualquer manifestação de alegria ou bom humor. A natureza atraía-o singularmente nos ultimos annos da sua vida e só nella encontrava um amparo contra o scepticismo sobre os individuos em geral.

Depois de ter considerado Gabriel Pereira sobre multiplos aspectos, passo agora a entrar noutra esfera em que propositadamente ainda não toquei. Os pontos que foram explorados são apenas uma parte secundaria de toda a sua actividade, em face da remodelação que deu á Biblioteca Nacional; e se o fiz préviamente foi para demonstrar que muito antes da sua nomeação para director d'esse estabelecimento o seu nome era assás conhecido entre os estudiosos, se bem que o vulgo, os politicos e os semi-intelectuaes ignorassem a existencia de quem não consta que tivesse pisado as salas de nenhum centro politico.

Uma das pessoas que mais deve ter influido no espirito de Gabriel Pereira foi por certo o professor do liceu de Evora e director da biblioteca d'aquella cidade, Augusto Filipe Simões, erudito

natural de Coimbra, medico e bacharel em filosofia. Em 1863 encontrava-se já na capital do Alemtejo e poucos annos depois o iria encontrar o futuro director da Biblioteca de Lisboa, diplomado com um curso que era já pouco frequentado e hoje não existe. O primeiro professor d'esse curso, que se chamava Aula de Diplomatica, foi o illustre Doutor João Pedro Ribeiro, a cujos estudos deveu depois Herculano poder tratar com tanta segurança os primordios da historia de Portugal. Estabelecida essa cadeira nos fins do seculo XVIII, no reinado de D. Maria I, periodo entre nós de intensidade scientifica muito superior ao da dictadura pombalina, não se tornou notavel nem pelo numero nem pela qualidade media dos frequentadores. Todavia, os poucos que se salientaram nos estudos não foram astros de segunda grandeza: basta o nome de Herculano para illustrar aquella escola. Creio que muito contribuiu para a falta de brilho da aula onde se professavam os principios de Mabillon, o criador da Diplomatica, a tendencia utilitaria do programma. O seu fim consistia em formar empregados da Torre do Tombo e peritos paleografos, dando a estes a faculdade de conferir e assinar as certidões que houvessem de passar dos diplomas e mais documentos lavrados no seculo XVIII e antecedentes.

Foi, pois, na aula de Diplomatica que o moço eborense, debaixo da direcção de João Pedro da Costa Basto, futuro director da publicação academica dos *Portugalix Monumenta Historica*, se matriculou aprendendo ahi a decifrar os venerandos pergaminhos conservados durante seculos nos cartorios monasticos. Em 18 de agosto de 1876 foi assinada a carta de perito, na qual se declara que Gabriel Victor do Monte Pereira, filho de Antonio Pereira da Silva, natural de Evora, frequentou a aula de diplomatica no Real Archivo da Torre do Tombo, com muita distincção e aproveitamento, como prova o attes-

tado do Lente d'aquella disciplina, no anno lectivo de 1869.»¹

De posse dos conhecimentos de leitura de letras antigas e dos principios da diplomatica, que então tinha por thema essencial distinguir os documentos falsos dos verdadeiros, foi nomeado cartorario da Misericordia de Evora. Não creio que fosse possivel encontrar melhor funcionario do que Gabriel Pereira para ser investido naquelle cargo. O alemão Fladt, que escreveu em 1764 um tratado sobre arrumação de cartorios, fixou alguns requisitos necessarios aos arquivistas que bem parece applicarem-se a Gabriel Pereira. Disse elle que esse funcionario deve ser de animo tranquillo e sossegado, porque os temperamentos sanguineos e voluveis não servem para tal; e ainda que não deve ser falador, mas deve ter a lingua no coração e não o coração na lingua. O praxista pretendia ainda que o cartorario ou arquivista fosse filho de paes honrados, de nascimento legitimo e de condição livre, porque uma tal mancha e a falta de liberdade não dava confiança ao cartorio, nem a elle podia ser prestado credito.²

Ignoro qualquer disposição na nossa legislação sobre as qualidades que devem ter os arquivistas, todavia vou lêr algumas palavras escritas pelo superintendente dos paços reaes numa carta sua datada de 17 de setembro de 1911, publicada no jornal *O Mundo*, onde se imprime mais valor á consciencia do que á sciencia na senda de aquelles funcionarios. Eis as palavras a que me refiro: «Resta o arquivista. Foi uma inovação minha muito discutida e muito censurada, chegando a dizer-se que eu fôra colocar um homem modesto no lugar que occupava a alta intellectualidade de Alexandre Herculano. E' falso! Ale-

xandre Herculano nunca occupou esse lugar, que foi sempre exercido por um empregado da secretaria e que por isso recebia uma gratificação. O arquivo tinha para nós agora uma importancia extraordinaria. Lá estava o segredo de toda a administração. Era necessario obstar a que esses documentos desaparecessem, ou pudessem ser viciosamente usados contra a Republica; impunha-se por isso colocar á frente do arquivo um homem honrado, de fé bem republicana, para ser da confiança de todos nós.

Procurei-o; indicaram-me o sr. Joaquim Ferreira Pacheco. Não o conhecia então, hoje honro-me com a sua amizade. Não quis aceitar elle o lugar, foi necessario que lhe indicasse o trabalho a fazer, a sua necessidade, e reconhecer, depois de o ter começado, a meu contento, que lhe não faltava competencia... Disse que a nomeação fôra minha e assim é, pois que o sr. ministro das finanças pôs neste caso, como em outros de nomeações novas, dificuldades que não cessaram senão depois de eu afirmar que de outra fôrma não poderia ter a tranquillidade necessaria ao desempenho do meu espinhoso cargo.»

Um exemplo tão perto de nós como este que acabo de citar demonstra quanto é importante o cargo de arquivista, ainda que o agraciado careça de habilitações, como o barbeiro nomeado pela Superintendencia e que modestamente se recusava a exercê-lo.

Gabriel Pereira honrou a confiança que nelle depositaram os provedores da Misericordia, melhorando as condições do arquivo hospitalar e fazendo consequentemente entrar muitos rendimentos que andavam desviados do cofre do estabelecimento pio.

No intervalo da sua vida burocratica em Evora recebeu a honrosa incumbencia da confecção do indice dos documentos que enriquecem o arquivo da Universidade de Coimbra, sendo bem natural que entrasse aqui a indicação do Dr. Augusto Filipe Simões, se bem

¹ *Registo de Mercês* de D. Luiz, liv. 29, fl. 220.

² *Holtzinger, Registratur—und Archivkunde.*

que já os trabalhos do erudito ebo-
rense dispensassem qualquer recomen-
dação.

Em 1887 abandonou Gabriel Pereira
de vez a cidade natal e os trabalhos
de arquivos para se ir dedicar a uma
outra ordem de actividade, para a qual
ia entrar solidamente preparado e onde
os serviços que prestou são de molde a
perpetuar-lhe o nome.

Só em 1902 Gabriel Pereira readqui-
riu o contacto com os documentos na
sua qualidade de Inspector dos arquivos
e das bibliotecas, cargo a que subira
pela morte de Lino de Assunção. Tinha
então sob a sua administração o Ar-
quivo de Marinha, colocado junto d'elle
proprio e a Torre do Tombo. Poucas
vezes podia aqui vir, porque as suas
elevadas funções não lhe permitiam au-
sentar-se do posto que desempenhava,
mas quando ingressava no velho edificio
beneditino o seu espirito curioso e sem-
pre aberto ao estudo das antiguidades
não cessava de examinar de fugida os
corpos guardados nas estantes, de lêr os
velhos documentos que vinham da sala
de consulta ou que se conservavam nas
mesas dos empregados e de se infor-
mar das necessidades da casa, que elle,
não obstante todo o seu empenho, não
podia debelar, por não achar ouvidos
nas estações competentes.

O Arquivo de Marinha muito deve á
prática e saber de Gabriel Pereira, que
sobre elle publicou dois opusculos que
nos deixam antever a riqueza das suas
memorias.

Os pergaminhos que se guardam na
Biblioteca Nacional, ficando ali detidos
quando iam recolher-se á Torre do Tom-
bo, e que figuram nos seus mostradores
ou jazem encaixilhados nas paredes, fo-
ram pelo velho perito paleografo esco-
lhidos e valorizados.

Hoje, entre os bibliotecarios d'aquella
casa, apenas se encontra José Antonio
Moniz, outra excellente aquisição de
Antonio Ennes, que bem os saiba inter-
pretar.

Cumpr-me agora tratar da penul-
tima estação a que chegou o meu bio-
grafado no decurso da sua vida. Em
1887. o bibliotecario-mór da Biblioteca
Publica de Lisboa, que era Antonio
José Ennes, depois de se ter assegu-
rado do concurso dos funcionarios su-
periores da Torre do Tombo, lançou as
mãos á empreza de unificar as direcções
d'estes dois estabelecimentos e de al-
guns da provincia, sob o molde francês.
Em dezembro d'aquelle anno foi assi-
nada, ao abrigo de uma disposição do
Parlamento, a reforma desses estabele-
cimentos, entrando nessa ocasião entre
outros muitos novos funcionarios para
a direcção da Biblioteca Publica, que
passou a denominar-se Nacional, Gabriel
Pereira. Este já ali estava alguns meses
antes e tivera ocasião de observar o
funcionamento da casa e das modifi-
cações de que carecia. Quando tomou
posse do estabelecimento não era por-
tanto um novato e por isso não come-
teu erros, nem provocou reparos injus-
tos.

Antonio Ennes, chamando-o para esse
logar, conhecia tão bem o homem como
o estudioso. Muitos annos antes, sendo
estudantes, tinham travado relações, que
continuaram sempre inalteraveis. Ennes,
que foi depois ministro em virtude de
um facto que destruiu as esperanças do
povo português, apreciava Gabriel Pe-
reira pelo seu justo valor e nunca teve
ocasião de reconsiderar no seu juizo, o
que demonstra a largueza de vistas do
autor dos *Lazaristas*.

Este ao tomar conta da Bibliotheca
encontrava-a quasi como nos seus co-
meços. Os seus bibliotecarios eram ins-
truidos, mas a sua instrução era exclu-
sivamente humanista e numa epoca em
que as sciencias naturaes estavam to-
mando um desenvolvimento inaudito,
tornava-se um estabelecimento dessa es-
pecie um anachronismo que era neces-
sario transformar.

Fez-se a remodelação, mas Ennes não
conseguiu dar-lhe a extensão precisa

consoante as necessidades modernas e como de costume o pessoal continuou a absorver quantias muito maiores que o material.

Annunciada a reforma choveram os pedidos e os influentes moveram-se em favor de individuos que nem sempre tinham mostrado applicação aos livros, mas que apresentavam rol de serviços politicos, o que se repetiu ainda ha pouco. Felizmente o director era uma creatura excepcional e que obviava ás insufficiencias do pessoal substituindo-o elle proprio, não sofrendo portanto o publico e obtendo elle por esta fórma informações que o capacitavam a melhorar o expediente.

Tanto para os seus estudos, como para a elaboração dos catalogos, era-lhe preciso conhecer os livros da casa, e conhecendo bem a demora na busca e na transmissão das ordens, elle, o proprio director, despido de toda a filaucia burocratica, os compulsava *in loco* e os transportava ainda revestidos de pó para o seu gabinete.

O conhecimento da colocação dos livros obteve-o em virtude da completa remodelação dos catalogos e do modo de arrumação, a qual sendo até então indicada por um complexo de letras, elle substituiu pelos algarismos, processo mais adequado a grandes bibliotecas. Tendo terminado em pouco tempo a remodelação da marcação, logo em seguida entrou no prelo o inventario dos livros pertencentes aos varios corpos do estabelecimento, o que hoje está completo. Igual caminho levou a colecção dos manuscritos. Este trabalho não foi levado a cabo unicamente por Gabriel Pereira, mas a elle se deve o espirito de continuidade e o incitamento aos chefes das secções para realizarem dentro do campo de acção os melhoramentos propostos.

Todavia não se iniciou uma operação essencial aos estabelecimentos desta especie, o que tem sido sentido muitas vezes sem que até hoje se tenha reme-

diado. Para se saber que material sobre determinado assunto ha, ou tem-se de recorrer á memoria dos funcionarios, ou lêr pacientemente os catalogos, o que implica consideravel perda de tempo. A existencia de um catalogo metódico impõe-se cada vez mais, e a não coordenação d'elle na Biblioteca Nacional de Lisboa parece implicar sobre Gabriel Pereira uma falta. Ora ella tem taes atenuantes que a memoria do falecido inspector fica pouco menos que illibada de negligencia. As exposições ali celebradas, sendo as primeiras de Santo Antonio em 1895 e a do P.^o Antonio Vieira em 1897, de que se publicaram catalogos, a preciosa colecção Pombalina, adquirida por compra, de que se compôs e imprimiu um minucioso catalogo, são padrões que mostram claramente que durante a gerencia directa de Gabriel Pereira ali se trabalhou. Afirma-se que mais se poderia ter feito, mas os que levantam tal accusação ignoram que nem todos os restantes funcionarios d'aquella casa tinham o ardor, as aptidões e o sentimento de responsabilidade do extinto.

Raros empregados ali se encontravam que excedessem a sua pontualidade, não sendo difficil encontrá-lo na sala de leitura a presidir a esse serviço, o que fazia quer para não sofrer alteração o movimento, quer por espirito de observação. Por esta fórma nada ignorava da organização da casa e do cumprimento das ordens que ministrava. Parecerá superfluo dar conta de taes minuciosidades, tanto mais que os leigos estranhos aos serviços burocraticos supõem que esta attitude é normal, o que regulamentarmente é, mas que muitas vezes deixa a desejar, como ainda ha pouco sucedia.

O seu desejo de espalhar conhecimentos nunca cessava, e apesar de conhecer os inconvenientes da admissão na sala de leitura de creanças e de individuos de pequena instrucção, nunca lhes fechou a porta francamente, no

que não seria de censurar se o praticasse.

Recordo-me também que abrindo-se em 1892 a aula de bibliologia, sob a regencia do actual primeiro-bibliotecario o sr. José Antonio Moniz, a quem tenho a esperança de vêr um dia director da Biblioteca Nacional de Lisboa, Gabriel Pereira conseguiu que varios continuos e serventes a frequentassem.

Além dos livros e manuscritos havia no edificio da Biblioteca um grande numero de telas com retratos de pessoas reaes e de religiosos, que apesar dos sentimentos do aulico e piedoso Viale estavam guardadas com pouco recato, mas que Gabriel Pereira, amante de antiguidades, deliberou tornar apresentaveis. De facto examinou-as atentamente, collocou-as em melhor local e publicou em 1900 o respectivo catalogo, até que doze annos depois elles foram levados para um sitio lóbrego, conjuntamente com uma estatua de D. Maria I. Em 1906, dizia Gabriel Pereira apontando para a arte religiosa: «Será bom reparar nestas obras d'arte, mórmente agora por causa da invasão franceza de estatuetas e oleografias baratas». O destino ironico obrigou-o cinco annos depois a colaborar nessa invasão.

Gabriel Pereira, não obstante toda a sua illustração, nunca conseguiu elevar-se ás altas regiões do livre pensamento, ficando por esta fôrma abaixo de muitos analfabetos, e, palavras textuaes d'elle, dos «camponios insolentes, turbulentos, cupidos, eivados d'alcoolismo, devastados por seitas ferozes que preoccupam na Alemanha, na Italia, na França a gente que pensa e vê alguma cõsa.»

Numa noticia sua sobre Torres Vedras, lê-se: «No domingo, 14 d'agosto de 1904, assisti á missa na egreja de S. Pedro. Muita gente, com bastante respeito.»

Sobre a educação expande-se elle no *Noticias de Carnide*: «E' preciso educar as almas, para que sejam boas, fortes,

livres e religiosas na grande accepção do termo.»

Creio assim ter demonstrado que o exodo dos paineis que ornavam os corredores da Biblioteca Nacional não foi obra de Gabriel Pereira, porque isso entrava em conflito com as suas ideias e com as suas obras.

Apressei-me a tratar de Gabriel Pereira, como Inspector das Bibliotecas e Arquivos, o ultimo logar official que occupou por promoção em 1902, em virtude da manifesta ligação que havia no caso dos paineis entre o seu procedimento como director do estabelecimento e como superior hierarquico d'este mesmo.

A morte repentina de Lino de Assunção, falecido da mesma doença a que dez annos depois o seu sucessor havia de succumbir, em nada prejudicou a direcção que Antonio Ennes tinha imprimido á direcção dos estabelecimentos; todavia, recentemente, tem-se pretendido formar uma lenda sobre a direcção reaccionaria dos serviços da Biblioteca Nacional, que está em desacordo com os factos, como mostrarei.

Gabriel Pereira foi sempre desvelado director d'esse estabelecimento, auxiliar de todos os estudiosos, quaesquer que fossem os seus principios politicos e religiosos, e promotor de todo o progresso da Biblioteca. Superiormente a Gabriel havia outro, o Bibliotecario-mór, funcionario de ordem politica e que, ignorante de todas as condições da casa, deixava-se guiar pelo Inspector, sendo, portanto, da responsabilidade d'este todo o movimento. E' justamente durante este periodo que se pretende tirar, segundo uma frase pitoresca, ao povo o peccado de lêr, inventando, para prova, estatisticas fantasticas, sobre elementos que estão publicados ha muitos annos.¹

Só ha um ponto que aceitar, e é que

¹ *O Seculo*, de 10 de abril de 1912.

a saída de Gabriel Pereira da direcção da Biblioteca significou um desastre para os estudiosos, que nelle encontravam sempre um guia valioso no meio d'aquelle dedalo, ao passo que no cargo de Inspector a sua acção era muito restrita. Os politicos, em geral pouco instruidos, olhavam-no receosos; elle, por sua vez, ofuscado pelos raios que vinham do poder, não indicava as necessidades a satisfazer com a franqueza necessaria.

Em 1911 repetiram-se as mesmas scenas de 1902, anno em que foi promulgada a penultima reforma das bibliotecas e arquivos. Em 1902, o Inspector Lino de Assunção teve apenas algumas horas para lêr a reforma que ia ser decretada em dictadura, o que se lhe permitiu apenas por formalidade burocratica. Em 1911, o Inspector Gabriel Pereira redigiu um projecto de reforma, sob determinadas bases, projecto que foi alterado sem sua consulta e que depois se converteu em lei dictatorialmente. Em virtude d'esse diploma, quasi toda a obra d'elle foi aniquilada, destruição em que teve de colaborar com o sorriso nos labios.

Não obstante toda a sua fleuma, a tensão de espirito em que andava provocou o desenlace inesperado, que privou as bibliotecas e arquivos de um dos seus mais prestimosos funcionarios. Felizmente, depois de largo intervalo, durante o qual se empregaram todos os meios para evitar a entrada de pessoa competente, o Ministerio do Interior nomeou um Inspector a todos os respeito de merecimento e que é um digno sucessor de Gabriel Pereira.

Não é demais fazer um exame a esse diploma, que foi assinado em 18 de março de 1911, e que passa em parte por ser trabalho de Gabriel Pereira, mas que na realidade estava muito longe do espirito do Inspector.

Poucos meses depois da mudança de

instituições politicas comccçou a formar-se em volta do ministro que geria a pasta do Interior uma atmosfera que tinha por fim a remodelação organica das bibliotecas e arquivos. Varias reformas lhe foram apresentadas e de taes termos acompanhadas, que o ministro julgou que era indispensavel proceder a modificações e, nesse intuito, foi incumbido o respectivo Inspector de redigir o projecto, o que elle fez, introduzindo nelle, como hoje se diz, principios democraticos.

A historia das bibliotecas portuguezas está ainda por fazer, mas sabe-se que ella tem tradições remotas e que não escasseavam os livros nos paços reaes, nem nos solares nobres, nem tão pouco nos conventos, de entre os quaes se eleva consideravelmente a do mosteiro de Alcobaça. Bibliotecas publicas, no verdadeiro sentido da palavra, só datam, e apenas uma, do reinado de D. Maria I, época em que as sciencias e as letras floresceram com mais pujança do que no anterior reinado de D. José I, onde o omnipotente Pombal não via com bons olhos o desenvolvimento das letras, dificeis de policiar. A' data da extincção dos conventos em 1833, dezenas de milhares de livros passaram para as mãos do Estado, que criou comissões para lhes dar destino, sendo uns vendidos em leilão, como succedeu no Minho e depois em Coimbra, outros indo formar bibliotecas provinciaes.

A maior parte d'este espolio, muito util para conquistar o ceu e para apurar a linguagem com a leitura dos classicos, tinha o defeito de olhar pouco pelas cousas da terra, e por isso, á parte os antiquarios, o publico nunca quiz perder tempo a soletrar os rotundos volumes que se lhe ofereciam.

Os proprios instruidos preferiam a conversa ou a palestra a cansarem os olhos, comparando textos e tomando apontamentos, e este preconceito não era partilhado só pelos reaccionarios e conservadores, um homem inteligente e

de ideias avançadas, e que em virtude d'ellas morreu num carcere no tempo de D. Miguel, nem mais nem menos do que Borges Carneiro, pronunciou nas côrtes de 1822 um discurso contra as sciencias, que eu julgo valioso aqui registrar. Assim, disse elle:

«Que faz a Academia? — reparte a vacina e a semente do bicho da seda... dá premios aos que resolvem problemas e imprimem livros. Não precisamos de problemas nem de programas; quando lá pelas nações estrangeiras se descobrir o que é *circulo quadrado*, por cá se ha de espalhar a noticia... Livros, diz o Genuense, que haja poucos e bons... Não ha precisão de comprar quantos livros o prurido de inumeraveis escrevinhadores vae escrevendo por toda a eternidade... Quanto aos que a Academia compõe e faz imprimir, se forem bons, tem o privilegio de os vender, cuido que por sessenta annos, ha de ganhar muito dinheiro; se forem maus... nesse caso tenham paciencia! vão da imprensa para o confeitiro. Já me succedeu o mesmo... Não carecemos de mais livros e problemas resolvidos. *Nolli esse sapiens multum*, diz o Ecclesiastes... Temos sciencia e sabios de mais. Se se tecem tantos elogios ás sciencias e aos livros, é porque são os sabios que escrevem. Se escrevessem os lavradores, estes elogiariam as classes productoras, á custa das quaes se nutre uma infinidade de ociosos ou inuteis com o nome de sabios, dos quaes nenhum proveito real vem á sociedade. E que sciencias são estas com que tanto se gasta? Se chamamos — sciencia — o conhecimento da verdade, e se chamamos — verdade — só aquillo que é conforme as leis eternas da natureza e do mundo conhecido, teremos de confessar que a maior parte d'essas gabadas sciencias, especialmente as positivas, são fabulas, invenções, erros, pataratas inventadas para comedorias, e para levar boa vida á custa das classes productoras. Ponho exemplo no senado de Lisboa,

de quem até agora o povo fazia continuas queixas e mostrava estar com elle muito incommodado; e eu dizia-lhe — esperem, que em saindo de lá os sabios e entrando homens bons eleitos pelo povo, logo cessarão todas as queixas. — Assim succedeu: saíram para fóra, saiu com elles a chicana, e todos estão hoje á sua vontade. A maior parte dos sabios são discursistas, dialecticos, arrazoadores e interpretadores, que em ultimo resultado só dão trapaça e incommodo aos povos.»¹

Estas palavras de Borges Carneiro, que eu peço desculpa de repetir, mostram-nos a cultura d'aquelle tempo, que desgraçadamente para Portugal ainda em muitos perdura.

Eu sei de quem, não é português, informando-se de qual era a verba para compra de livros destinada pela lei de 18 de março de 1911 á Biblioteca Nacional de Lisboa e sabendo que não aumentava a estabelecida pela anterior reforma, declarou que a nova organização era má e que a não leria. E', porém, verdade que se lhe não deram mais livros, deram-lhe mais pessoal.

O relatorio da lei que foi assinada por homens que eu julgo illustrados, entre os quaes se elevam tres professores, sendo um d'elles de tal ordem que o seu nome não esquecerá facilmente, é um documento assombroso pelas afirmações e pelas ideias expendidas, completamente opostas ás que sempre manteve Gabriel Pereira ou ás de qualquer pessoa de mediano bom senso. Parte-se nelle do principio de que os livros estavam ocultos aos olhos do povo propositalmente e que mediante a reforma o publico poderia instruir-se e entreter-se, vindo a conquistar mais felicidade e justiça.

A preocupação de que os livros estavam ocultos ao publico para impedir a

¹ Thomaz Ribeiro, *Historia da Legislação liberal portuguesa*, II, pag. 182.

illustração resalta a cada passo no relatório citando o seu autor leis e usos mais que seculares, como estando em vigor nos nossos dias. A publicação no diário oficial de semelhante peça significou uma vergonha para o nosso país, quasi demonstrando quão baixa estava a nossa craveira intelectual.

Uma biblioteca nacional deve conter todas as publicações que tenham saído a lume no país a que pertencem e o maior numero possível dos estrangeiros, a fim de que os eruditos possam facilmente compulsar as obras que lhes sejam necessarias para os estudos que intentam e com a publicação dos quaes vem a lucrar a nação e o Estado. O edificio deve ser espaçoso e a dotação para as compras avultadas. Na biblioteca haverá ainda salas consagradas aos manuscritos, aos mapas e até colecções monetarias. Na Biblioteca Real de Berlim existe uma sala para cegos. Todas estas aspirações das modernas bibliotecas conhecia-as muito bem Gabriel Pereira e para as satisfazer multiplicava-se em auxiliar os leitores, pois que do Estado elle bem sabia que estes pouco tinham a esperar.

Um aspecto completamente diverso devem ter as bibliotecas populares, longe das quaes está a preocupação da investigação e do progresso. Se nas bibliotecas scientificas os leitores teem completa autonomia do pensamento, nas bibliotecas populares esta falta completamente e o bibliotecario tem de avaliar o grau de mentalidade dos frequentadores e ministrar-lhes assim a leitura. As obras que estes estabelecimentos devem guardar são todas de facil assimilação e por isso é ridiculo alimentá-las com publicações de especialidades e investigação. Na aquisição destes livros levanta-se, porém, outra dificuldade que se não póde resolver rapidamente. Sendo o movimento de publicações originaes muito diminuto entre nós, agravado ainda pela impropriedade de algumas d'ellas, o enrique-

cimento d'esses estabelecimentos será pouco avultado. A aquisição de traducções e o largo contacto dellas como em publico pouco firme nas suas tradições tem consigo o mal de contribuir para a desnacionalisação da raça portuguesa tão combalida. Estes problemas já resolvidos nos povos germanicos, que são os que pelo seu espirito taciturno, pensador e propenso á vida interna crearam as bibliotecas populares, não se podem resolver de leve. A reforma de 18 de março de 1911, que pretendia ignorar a existencia em Lisboa de bibliotecas municipaes ou populares, nunca neste ponto chegou a realizar o seu programa. Houve só maior facilidade na leitura dos jornaes diarios, fazendo neste ponto concorrência a estabelecimentos especiaes, na leitura de romances e nos empréstimos. O operariado serio continuou alheado da frequência da Biblioteca Nacional, a que só accorria com prejuizo dos estudos regulares a juventude frequentadora dos nossos diversos tipos escolares e os aprendises de numerosos officios. O que noutros países é facultado com grandes cautelas e se tem tornado objecto de estudo dos especialistas foi entre nós resolvido de golpe, sem que houvesse vestigio de duvidas, o que demonstra quanto a leviandade ainda impera entre os nossos estadistas, ainda que sejam professores.

Outra innovação em Portugal e de que no estrangeiro ainda é objecto de duvidas da sua utilidade foi a criação da biblioteca infantil destinada a facultar ás creanças de qualquer idade a contemplação de estampas. Esta innovação é completamente inexequivel, porque supõe que as creanças que frequentam as escolas teem oportunidade de se irem encerrar algumas horas numa pequena sala, simplesmente para folhearem livros de gravuras.

Eu creio que esta ultima medida demonstra uma carencia absoluta de conhecimentos pedagogicos.

A pretendida fundação das bibliotecas populares e infantis, para não falar nas bibliotecas moveis, de que nem uma se criou, apesar do hino que lhes foi levantado no famoso relatorio, a não ser a que o rei de Hespanha remeteu para um centro espanhol, serviu aqui apenas para anarquizar todos os serviços da nossa principal biblioteca, que se não corriam modelares, todavia corriam sem grandes reclamações. Todos os frequentadores habituaes do estabelecimento a quem as letras tanto devem, se sentiram incomodados por aquela desorganisação, que fez fugir muitos delles, não escaceando aos restantes ameaças encobertas. O nosso pequeno nucleo de intellectuaes não teve, porém, até agora, coragem de reagir contra esse estado de cousas que representa por assim dizer a victoria do analfabetismo ou da ignorancia sobre a instrução.

Gabriel Pereira assistia a este desbarato de braços cruzados tendo mesmo algumas vezes de ser cúmplice nelle; e na sua qualidade de Inspector, de principal responsavel. As suas impressões a este respeito a poucos as communicou e estas mesmo muito laconicamente, porque sabia que a uma pequena critica lhe sucederia uma repressão violenta. Gabriel Pereira conhecia bem o seu país e que a opinião publica se lhe mostraria indifferente.

Este scepticismo encontro-o em dois passos, que se applicam absolutamente á devastação de que foi vitima a Bibliotheca Nacional.

Em 1905 publicou o falecido Inspector um trabalho que tem por titulo «De Bemfica á quinta do Correio Mor». Nelle ao referir-se a uma certa pedra lavrada diz: «Creio que é uma ara romana. Salvou-se junto da fonte d'agua com virtude, guardada pela tradição. Por aquelles sitios teem apparecido antiquidades romanas, ainda que são muito

menos numerosas as inscrições que nos arredores de Cintra. *Como esta pedra lavrada atravessou intacta tantos seculos, neste país de estragados!*»

No anno seguinte publicou um breve estudo sobre Torres Vedras e ahi escreveu: «Que singular encanto o de ouvir a dona da casa explicando alguns retratos de familia! Que consolação neste país de gente estragada, encontrar um ninho conservado! Que rara impressão no conjuncto, milagroso entre nós, de tantas recordações e tradições, vivas na mente, na linha, nas feições, na voz da herdeira lidima!»

A sua colera, porém, não ribombava em frases energicas e contundentes, como as dos Santos Padres, as quaes Herculano, á força de lêr, tão admiravelmente assimilou nas suas obras; pelo contrario, Gabriel Pereira usava uma só palavra, as mais das vezes irónica.

A proposito do satiro que Fr. Luiz de Sousa descreveu, diz elle no seu *S. Domingos de Bemfica*: «Felizmente eu tirei o desenho do satiro ha tempos; modernamente houve obras no edificio, e um alvaneo mais gracioso divertiu-se a lançar cal sobre a pobre estatua».

A impotencia em que elle se via, sem que houvesse ninguem para quem apellesse, sufocou-o e as fibras do seu coração rebentaram. O ultimo anno da sua vida foi uma dolorosa paixão.

Meus senhores, ao procurar interpretar com palavras destituídas de grandeza os pensamentos do extinto e descrever a sua actividade, busquei um exemplo que sirva de modelo a todos os que enveredarem a carreira que elle seguiu, carreira modesta, mas que serve para auxiliar todos aquelles que querem profundar a nossa historia e o pensamento que conduziu os portuguezes de outr'ora.

O cancionero arabe de Ibn Cuzmane

A sua importancia historica e philologica



Em 1896, o sr. Darin de Gunzburg reproduziu pela photographia o manuscrito unico do cancionero de Ibn Cuzmane, existente no Museu Asiatico de S. Petersburgo, e annunciou um estudo largo sobre elle. Esse estudo promettido nunca appareceu.¹ Foi o sr. Ribera quem o apprehendeu ultimamente, e em maio do corrente anno deu o resultado das suas investigações no seu discurso de recepção na Academia Real Espanhola.²

Damos a seguir uma analyse d'este trabalho importante.

¹ *Ibn Qozmán. Le Divan d'Ibn Guzman: feuilles en phototypie. Texte arabe, traduction et commentaire, enrichi de considérations historiques, philologiques et littéraires sur les poèmes d'Ibn Guzman; sa vie, son temps, sa langue et sa métrique, ainsi que d'une étude sur l'arabe parlé en Espagne au VI^e siècle de l'hégire dans ses rapports avec les idiomes de la péninsule ibérienne, par D. de Gunzburg. Fascicule I. Le texte, d'après le ms. unique du Musée asiatique impérial de St.-Petersbourg. Berlin, 1896.*

² *Discursos leídos ante la Real Academia Española en la recepción pública del señor D. Julián Ribera y Tarragó, el día 26 de Mayo de 1912. Madrid, 1912. Discurso do sr. Ribera, p. 1-69; discurso do sr. Pidal y Mòn, p. 73-94.*

Este artigo era destinado á secção bibliographica, mas em vista do seu desenvolvimto vae publicado neste lugar.

I

Cada dia apparece mais claro que o elemento arabe foi uma minoria na Hispania muçulmana. Os muçulmanos peninsulares eram os mais d'elles originarios da Peninsula; a civilisação que elles elaboraram tem caracteres proprios, não obstante caracteres geraes que derivam da mesma religião e das mesmas leis que nas outras partes do mundo islamico; o elemento peninsular conservou, ainda depois de islamizado, a sua lingua propria, e o arabe era apenas a lingua da religião, da politica e da litteratura. Ha, pois, na vida peninsular, como que duas correntes de vida social, uma profunda que estabelece a continuidade historica, outra superficial que provém das circunstancias politicas.

E' um phenomeno vulgar na historia. Por toda a parte onde ha vencedores e vencidos no mesmo territorio é assim; não succedeu differentemente aos berberes do norte d'Africa, aos elementos christãos da Turquia.

A antithese: o elemento arabe factor progressivo, o elemento christão depois da reconquista factor deprimente, que no periodo romantico se estabeleceu entre o mundo muçulmano e o mundo

christão, não passa de uma figura de retórica, bonita para espiritos poeticos ou credulos, mas pouco conforme com a realidade que nos vae apparecendo hoje. Foi o elemento indigena que elaborou a civilização islamica da Peninsula. Tambem o peninsular se converteu, como succedeu em tantas outras regiões islamicas. E convertendo-se tomou um nome muçulmano; e depois, quando vinha a notoriedade, forjou uma genealogia oriental que lhe apagasse a novidade da sua fé e ennobrecesse a sua prosapia. E' ver, em Marrocos, como os chefes almorávidas e almóhadas, berberes genuinos, procederam do mesmo modo.

Foi sempre assim. Assim é que nos seculos xv e xvi os mouros que em Marrocos vinham fazer-se christãos, aos differentes logares occupados pelos portuguezes, ao receberem o baptismo tomavam o nome de seus amos; e inversamente, os christãos que iam fazer-se muçulmanos tomavam os nomes dos seus novos correligionarios. Nas *Memorias de Arzila*, de Bernardo Rodrigues, que a Academia das Sciencias resolveu publicar para commemorar o quinto centenario da conquista de Ceuta, ha muitos exemplos; e muito mais proximo de nós temos um, na segunda metade do seculo xviii, em João de Sousa, o arabista, que foi um sirio convertido ao christianismo e tomou o nome dos seus patronos.

Não nos enganemos, pois; muitos dos individuos com nomes arabes que nos apparecem nos documentos ou livros arabes da Peninsula são christãos de hontem. Do passado nem tudo morreu. Os muçulmanos novos continuam a vestir-se como até ahi; não usam o turbante. Celebram festas christãs, como as Janeiras e S. João. Servem-se do calendario christão para a sua vida quotidiana. Teem escravos christãos. A maioria, senão todos, guardaram a sua lingua, depois de convertidos; e porque esta lingua era a da grande maioria, o elemento puro arabe deve ter aprendido

essa lingua: podemos hoje affirmá-lo, apesar da opinião em contrario de Dozy. O arabe foi a lingua da litteratura e dos actos publicos, mas o romance peninsular seria a de todos os outros momentos da vida, como veremos em breve.

Realizaram-se, pois, de modos differentes as invasões germanicas e a dos arabes: aquellas trouxeram á Peninsula massas de população, constituídas por familias inteiras; a ultima, em regra, foi de soldados que se fixaram no país e constituíram familia com mulheres peninsulares; e dado o systema polygamico, quando a esposa não é indigena, são-no as escravas e concubinas do harem. E assim, depois de algumas gerações, o elemento semitico vae desaparecendo com essas constantes allianças. A propria familia real dos Omíadas era assim alterada. As mulheres que povoavam os harens reaes eram de raça peninsular; os soberanos eram filhos de concubinas e escravas, e por isso não arabes, e quasi sempre originarias do noroeste ou do nordeste da Peninsula. Os Omíadas tinham predilecção pelas mulheres de côr palida, como nô-lo diz um historiador de Cordova, Ibn Há-zame.

Temos uma serie de documentos que nos permitem certificar essa procedencia. Os contractos de venda, troca, emancipação, resgate, etc., de escravos faziam-se perante notario; estes notarios tinham formularios para os casos mais frequentes d'essas transacções. Conhecem-se tres collecções d'estes formularios, existentes na «Junta para ampliação de estudos» e na Academia de Historia, de Madrid: de Toledo, de Cordova e de Algeciras. Na primeira collecção, as formulas-typos mais usuaes dos contractos dizem: *escravo gallego*, *escrava gallega*, termo com que os escriptores muçulmanos designavam as populações christãs do noroeste da Peninsula (asturianos, gallegos, leoneses e portuguezes). Na collecção de Cordova

a expressão mais corrente é ainda essa, mas é já frequente outra: *escravo catalão, escrava catalã*, isto é, do nordeste da Península e não só da Catalunha; e apparecem também individuos de outras origens, eslavos, berberes e pretos. Mas predominam os de origem gallega. Na troca de escravos, os gallegos são de maior preço; assim, um escravo gallego, carpinteiro ou pedreiro, valia dois de outra origem. Em Almacari fala-se d'essa preferencia: «Os gallegos possuíam excellentes qualidades moraes e grande belleza physica. A maior parte dos escravos (da Hispania muçulmana) eram gallegos: elles são esbeltos, ingenhosos e habeis.» Devia haver outra razão de preferencia: é que o romance d'essa gente era, pouco mais ou menos, o mesmo que se falava entre os muçulmanos e mozarabes da Andaluzia; e pelo contrario os escravos de outra origem deviam ser difficeis de comprehender e por isso de menor apreço para os serviços domesticos. Que esse romance era assim, isto é, muito proximo do galaico-português e do leonês, já o provou o sr. Menéndez Pidal nos *Discursos leídos ante la Real Academia Española en la recepcion pública del sr. D. Francisco Codera*, p. 70 e seguintes.

O elemento arabe era, pois, em pequeno numero no meio da massa da população indigena. Mas elle era o conquistador, e impôs a essa população não só a religião e a lingua, mas as suas instituições. Esqueceriam os vencidos a sua lingua? Já dissemos que não. Lembremo-nos do que succedeu noutras partes do imperio islamico; por toda a parte subsistiu a lingua dos vencidos ao lado da lingua arabe. Porque havia de ser differentemente na Península? São tão abundantes as provas do contrario que contestá-lo seria fechar os olhos á evidencia. Sabemos que nella havia duas linguas arabes, o classico da litteratura e o vulgar da vida quotidiana. Mais de um escriptor arabe affirmava a existencia d'esse arabe vulgar.

Não é menos verdade que existia um romance. Simonet deu no seu *Glosário de voces ibéricas y latinas usadas entre los mozárabes* todas as fontes e citações que o comprovam, e podem ver-se resumidas no nosso estudo *Os arabes nas obras de Alexandre Herculano*. Mas como Simonet e outros, também nós affirmamos que esse romance seria a lingua dos mozarabes, e o sr. Ribera prova exuberantemente que ella o devia ser também do elemento muçulmano. E' que o elemento muçulmano devia na sua maioria ser constituido por peninsulares convertidos em data mais ou menos recente; e que se muda mais facilmente de religião que de lingua.

Dos muitos testemunhos que cita o sr. Ribera só queremos referir dois que são bem categoricos. Um é oriental, geographo dos fins do seculo x, Almo-cadací, que conheceu em Meca alguns peregrinos peninsulares, e dos quaes diz que elles tinham duas linguas: uma arabe, mas differente da que se fallava no Oriente; e a outra pareceu-lhe semelhante ao grego. E' evidente que esta seria o romance andaluz. A outra referencia é tirada do auctor de uma *Historia dos juizes de Cordova*, de Alcoxaní. Diz este que no reinado de Abderramão II (da segunda metade do seculo ix), «o povo de Cordova fez queixa ao sultão do juiz da aljama, Iojamiz. As denuncias foram tão insistentes que Abderramão mandou aos seus ministros que inquirissem do procedimento suspeito do juiz. Havia então naquella cidade um ancião, chamado Ienair, que só fallava romance, de tanto prestigio pela sua honradez e sinceridade que o seu testemunho fazia fé em actos notariaes e judiciaes; era popularissimo em Cordova pelas suas virtudes e pela orthodoxia das suas doutrinas religiosas muçulmanas. Os ministros convidaram-no a depôr naquelle processo, e o ancião respondeu em romance assim: «Eu não o conheço bem e pessoalmente, mas tenho ouvido dizer ao povo que é um

individuo mau, e para expressar esta idea empregou um diminutivo romance tão significativo que o monarca, quando lhe foi communicado pelos ministros o termo exacto, ficou encantado...» Discurso do sr. Ribera, p. 21-22.

Mas a prova mais flagrante do uso corrente do romance é o cancionero de Ibn Cuzmane. Com effeito, elle tem a singular particularidade de misturar as duas linguas vulgares; umas vezes são palavras e phrases de romance que se combinam com palavras e phrases de arabe vulgar, outras vezes o romance forma versos inteiros: tal não succederia se os muçulmanos o não comprehendessem. Assim, a seguinte estrophe da canção x:

Iā mutarnani Xalbālu (Salvato)
Tu-n hazīn tu-n banālu (penato)
Tarā aliaum uaslālu (guastato)
Lam taduc fih gair lucaima.

que traduzida diz assim:

Oh! meu inconstante *Salvado*,
Tú [estás] triste, tú [estás] *penoso*,
Senteste hoje *desgostoso*:
Só aproveitaste um pedacinho!

Verso inteiro encontra-se um na terceira estrophe da canção LXXXII:

« Perdelu qui a(n) mur a(n)tar »
« Perde-o quem a[o] muro [o] atar »

E' o quarto verso da estrophe. Nos versos anteriores diz-se que vão prender um carneiro a uma parede, mas os carniceiros oppõem-se a isso, porque ha um dictado que diz: *Perde-o quem ao muro o atar.*¹

¹ A nossa transcripção é approximada, como o é a propria leitura do original, segundo nos communica o sr. Ribera.

II

Merece um estudo especial este cancionero. Elle é da segunda metade do seculo XII. Só contém composições de Ibn Cuzmane. São para ser cantadas na rua ou em publico, com um estribilho que o publico diz, e acompanhadas de instrumentos musicos, indicados em algumas canções, como sejam o alaúde, o tambor, a flauta e as castanholas.

O cancionero tem 149 canções e cerca de 7:000 versos. As canções são em estrophes de 4 a 12 versos (menos de 11); o seu numero varia muito. As estrophes de cada canção teem o mesmo numero de versos; e um estribilho, que principia todas as canções, em regra um distico, indica a materia, o metro e a rima commum da canção. Os tres primeiros versos de cada estrophe teem rima propria á estrophe, mas os restantes teem a rima commum ás estrophes, indicada no estribilho.

As combinações metricas são muito variadas. Vejamos como Ibn Cuzmane construe os differentes typos de canções.

1) Quadras: composição da estrophe: estribilho em rima commum (AA) + 3 versos em rima propria (bbb) + 1 verso em rima commum (a), ou seja: AA; bbb a; ccc a; ddd a, etc.

2) Quintilhas: AA ou BB; ccc a; ddd a, etc., ou ccc ab; ddd ab, etc.

3) Sextinas: formam-se como as anteriores.

4) Estrophe de sete versos: formam-se como as anteriores. Em ambos os casos ajuntam-se aos tres versos de rima propria tantos versos de rima commum quantos sejam necessarios; os versos de rima commum devem ser tantos quantos os do estribilho, que podem ser mais de dois. Assim, a sextina com o estribilho ABC terá a seguinte notação: ABC; ddd abc; eee abc, etc.

Para as estrophes de oito e mais versos procede-se, não por adição, mas por

divisão de cada um dos versos da fórmula mais simples, isto é, da quadra. Assim, seja a quadra *ccc a* : dividindo cada um dos versos do elemento ternário em dois e á rima *a* acrescentando uma nova rima *b*, temos: 5) a oitava *cd cd cd ab*; se á oitava se acrescentar uma nova rima, temos: 6) a novena *cd cd cd aba*; se á novena se acrescentar nova rima, temos: 7) a decima *cd cd cd ab ab*; e se cada um dos versos do elemento ternário se dividir em tres, temos: 8) a duodecima *cde cde cde aab*.

Poder-se-ha chamar popular uma métrica assim complicada? Certamente não; todavia não é a métrica clássica, tradicional, que se aprendia nas escolas; e diz Ibn Cuzmane no prologo que teve de se exercitar nella bastante tempo. a) A métrica clássica conta por pés e Ibn Cuzmane por syllabas. b) No arabe clássico cada syllaba começa sempre por consoante, e não ha artificios poeticos quanto á medida; no arabe vulgar (em Ibn Cuzmane, pois), não só se supprime a flexão grammatical, mas ha eliminação de consoantes, fusão de syllabas e formação de ditongos, e por isso são possiveis esses artificios. c) Na métrica clássica as rimas podem ser antedruxulas, e Ibn Cuzmane só as tem graves e agudas, mas usa sempre de rimas consoantes, como na poetica erudita.

Mas é popular pela lingua, pelo publico e pela materia. A linguagem é a familiar, da rua e dos mercados, e muitas vezes chula: é posta na boca da regateira, do garoto da rua, do estudante em regabofe. Canções ha que são formadas de phrases feitas, populares, e até de rimas infantis, que não teem significação para nós hoje. E então apparecem frequentemente palavras, phrases e até versos inteiros em romance que são uma prova flagrante que esse romance era de uso corrente na população de Cordova, pelo menos a que mourejava pela vida.

Essas canções são, como vimos, para

ser cantadas na via publica, e os estribilhos entoados em côro pelos presentes, que formam circulo em volta do cantor.

E' igualmente popular pela materia. A maior parte das canções compõem-se, além do estribilho, de duas partes juxtapostas, sem ligação íntima. A primeira parte é em regra um tema popular, tradicional, dito em phrases chistosas e muitas vezes indecentes. Este tema é quasi sempre amoroso: encontro de amantes, separação e ausencia, lamentos, arrufos, etc. Estes temas não teem caracter fundamente arabe, antes geral: apenas uma ou outra alusão á religião, ou usos e costumes dos muçulmanos (como a sua pascoa e o jejum do ramadão, e em regra irreverentemente); e ha temas pelo contrario que não são muçulmanos, como as festas das janeiras, dos maios e das «verbenas», e designadas estas festas com os proprios termos romances¹; ha mesmo temas vulgares na lyrica medieval, como a *alvorada*, e talvez, modificado, o tema muito conhecido da *mal maridada*. A segunda parte é de assunto completamente diferente; nella o poeta canta as qualidades do individuo a quem a canção é dedicada e de cujo louvor espera uma paga condigna.

Vê-se, pois, que ha nestas composições varios elementos que não são arabes, quer na sua estrutura, quer na materia. Como explicar esse facto? Pela influencia de uma poesia dos proprios logares, diz o sr. Ribera; e essa tem de ser uma poesia popular, em romance. Ha fortes presunções a favor da sua existencia, mas não temos nenhum exemplo d'ella; apenas alusões a narradores de materia historica ou tradicional. Ibn Haiane (citado por Almacarí) serviu-se para a sua historia de taes narradores. Mas existiu certamente uma poesia popular muçulmana. Provam-no-lo o

¹ *Ianair, maio e verbenas*.

cancioneiro de Ibn Cuzmane e aquelles seus antecessores que elle cita no prologo. Disse-o Ibn Galibe (em Almacari, II, p. 105) quando affirmou que ella foi uma invenção dos muçulmanos peninsulares. E como as lyricas peninsular e provençal teem caracteres communs com ella, o sr. Ribera affirma tambem, e procura demonstrar, que os cancioneros respectivos soffreram uma forte influencia d'essa lyrica andaluza, de que o cancionero de Ibn Cuzmane é o unico que chegou até nós. Tem, pois, grande importancia este cancionero; aos romanistas compete agora examinar de novo as origens das lyricas peninsular e provençal, á luz de um tal monumento litterario.

O cancionero de Ibn Cuzmane suppõe, pois, uma lyrica andaluza em romance, anterior ao seculo x. Mas não será esta antes uma lyrica galega antiquissima, trazida a Cordova? A sua possibilidade historica foi longamente tratada pelo sr. Ribera neste seu discurso; a colonia galaica, isto é, do noroeste da Peninsula, em Cordova e restante país muçulmano, era muito numerosa, e pôde ter introduzido essa poesia do seu país, a qual depois tão exuberantemente se desenvolveu nos seculos XII a XIV, no proprio solo. E a ter-se introduzido naquellas regiões foi-o muito cedo, antes do seculo x. Effectivamente, a metrica erudita e complicada de Ibn Cuzmane suppõe um periodo largo de preparação. Conhecem-se composições do mesmo typo da primeira metade do seculo XI; e sabemos por Ibn Baçame, que poetou tambem neste genero Mocádeme, de Cabrera, do principio do seculo x, isto é, dois seculos antes do primeiro trovador provençal cujos cantôres existem, Guilherme de Poitiers.

«Confesso, diz o sr. Ribera, que ao começar o exame dos cancioneros provençaes, vi com surpresa que o primeiro trovador provençal, em quasi todas as composições que se conservaram,

emprega os typos mais classicos da tradição lyrica da escola andaluza: canta os amores deshonestos com a mesma desinvoltura que Ibn Cuzmane e emprega um systema estrophico tão semelhante ao d'este, que não ha duvida que são um mesmo. Ainda tive uma surpresa mais agradavel. Ao ler o trabalho de Jeanroy,¹ modelo de erudição e de agudeza critica, vi que a solução que este douto romanista dá ás origens de certas formas provençaes, suppõe a existencia de um systema que elle não conhecia e que a sua sagacidade lhe fazia presentir. Se Jeanroy tivesse podido ter em conta os precedentes do systema lyrico peninsular, teria explicado essas formas da lyrica provençal, não por conjecturas sagazes, mas por typos já fixos, seguros e inteiramente formados. Pag. 40, do seu discurso.

Feito este exame na lyrica provençal, o sr. Ribera passa ás *Cantigas de Affonso o Sabio*. Encontra nellas uma dupla influencia: a provençal e a nacional, muito proxima da de Ibn Cuzmane, pois que 90 % das suas cantigas são d'este typo. Depois de estudar esta diffusão de tal forma poetica, o sr. Ribera conclue: «A chave mysteriosa que explica o mecanismo das formas poeticas dos varios systemas lyricos do mundo civilizado na idade media, está na lyrica andaluza, a que pertence o cancionero de Ibn Cuzmane.» Pag. 50, do seu discurso. Põe-se assim em opposição com as affirmações dos orientalistas e dos romanistas. «Da poesia lyrica (dos arabes), diz Menéndez Pelayo, nada passou, nem pode passar para a idade média.» *Antologia de poetas líricos castellanos*, I, p. LXII.

Em tres Appendices, o sr. Ribera dá o quadro geral das combinações metricas usadas por Ibn Cuzmane; a traducção de muitos estribilhos; e a traducção de uma canção completa.

¹ *Les origines de la poésie lyrique en France au moyen-âge.*

Damos alguns estribilhos de amor:

— «Está comigo a minha amada; é branca; é rosada. Viste a lua noctivaga? Pois ainda brilha mais a minha querida.»

— «Tenho em meu peito uma cousa que ninguem sabe, para dizê-lo a uma formosa ausente a quem adoro.»

— «Até quando me tratarás injustamente, minha amada?»

— «Se o objecto da minha paixão me viesse ver, veria a minha esperança realizada.»

— «A terra cobre-se de verde tapete; as macieiras abrem as suas corolas; o mundo está todo vestido de flôres.»

— «Para ti não ha coisa mais razoavel, justa e excelente do que beber vinho e amar as formosas.»

— «Nunca me occorre dizer cousas tristes, quando vejo a minha amada.»

— «Quero-te ardentemente, pelo teu muito alvo rosto, alegria minha, querida minha, Pascoa minha!»

— «Vejo uma formosa e logo a esqueço por outra mais bella: que rapidas voltas dá o meu coração!»

DAVID LOPES.

ENSAIOS DE CRITICA E DE ESTHETICA

I

LE DISCIPLE, de PAUL BOURGET

EDIÇÃO LIDA E CITADA: A DE ALPHONSE LEMERRE, PARIS, COM ILL. DE S. MARCCHIATI

I



ESTE livro, obra notavel de engenho litterario, foge subtilmente á critica. O nosso espirito desvaira-se no bem architectado dos pormenores, na sua verdade relativa, na sua deducção logica, n'aquelle todo homogeneo que tem a apparencia de uma profunda e completa realidade. Póde dizer-se que é em especial depois de uma primeira leitura, quando o detalhe já não interessa relevantemente por si proprio, e que de espirito mais limpido comprehendemos a sua razão de ser nos conjunctos e a estes mesmos na sua estructura simplificada, que certos defeitos geraes e particulares d'*O Discipulo* se nos apresentam precisamente.

Como estudo critico d'esta obra não conhecemos outro além do de Moniz Barreto, publicado na antiga *Revista de Portugal* em março e abril de 1890; mas ahi trata-se menos de uma critica, de um julgamento no puro sentido da palavra, que de uma intelligente explicação. Moniz Barreto acceitou *O Discipulo*, admirando-o como ao *Rouge et Noir* de Stendhal e a *Madame Bovary*;

explicou-o depois com o methodo e a proficiencia de um espirito culto, que era o seu. D'ahi proveiu um nitido comentario d'aquelle romance, que muito interessa a quem deseje comprehender brevemente a sua logica interior e o seu sentido na moderna arte litteraria. Elle só discordou no ponto de vista geral do effeito e necessidade como obra de these, e no particular do exacto desenvolvimento da doutrina philosophica de Adrien Sixte, um dos principaes personagens, achando n'ella alguma coisa de vago e de incoherente, conforme as suas expressões.

No prefacio, dedicado aos jovens do seu paiz, Bourget é explicito a respeito da intenção da sua obra. Trata-se de pôr em relevo a responsabilidade moral que contrahem os seres que pensam e escrevem perante o meio social que os lê e acolhe. O livro é, realmente, a historia de uma d'essas responsabilidades, collocada em acção tragica por uma serie habilissima de successos de uma psychologia de contraste e dolorosa.

N'esse prefacio Bourget evoca a recordação da guerra de 70, cheia de humilhação para a gloriosa França; lembra-nos como elle e os novos de então sentiram com opprobrio a fraqueza da

sua patria. Pede aos seus jovens patriotas que sejam generosos, que tenham pela França um amor altruista, cheio de Ideal e das mais nobres intenções. Ha todavia dois seres, em especie, que elle particularmente receia; um é aquelle que Daudet chamou o *struggle-for-lifer*, positivista de uma grosseira materialidade, homem cynico, ambicioso, mundanista impudente, egoista, sceptico do character moral. O outro, mais temivel para Bourget, é o que tem «todas as aristocracias dos nervos, todas as do espirito»; possui o sentido critico, uma extensa cultura; é profundamente sceptico, afóra na acção virtual da sua intelligencia requintada; egotista cuja maior pretensão é augmentar o campo das suas sensações e para quem a existencia e a vida social são um meio simples de gozo e experiencias. Para Bourget, no fundo d'este intellectualismo ha ferocidade; por debaixo d'essa feição geral póde esconder-se a perversão do character. É, finalmente, um sophista que se degenerou pelo abuso e orgulho da intelligencia.

Nós desde já podemos notar que achamos raro este último ser quando bem caracterizado. Este intellectualista é tomado em regra pela vida prática e adquire facilmente o aspecto d'aquelle *struggle-for-lifer*, d'aquelle egoista cynico que não acredita no character moral. Assim, entre uma e outra especie de seres a essencial differença julgamos que é a parte de actividade e representação social.

E' evidente que o protagonista do romance pretende exprimir em synthese um d'aquelles seres que Bourget considera de uma acção moral mais dissolvente; ha n'elle o tal abuso e orgulho da intelligencia, o fundo de character perverso e emfim as outras propriedades que fazem com que Bourget tome esse ser como uma entidade psychologica de um notavel relevo. No romance o fructo da acção d'este individuo é socialmente iniquo.

Por todos estes factos se vê a importancia que pretende adquirir *O Discipulo* como obra de these e a sua intenção francamente social e nacional. Resta saber se traduz bem essa intenção. Para nós portuguezes, que atravessamos igualmente uma crise espiritual e social de evolução, havendo a tormenta na alma d'aquelles que são conscientes da nossa individualidade de character nacional, e orgulhosos, assim como ambiciosos, da influencia propria na vida do Espirito humano,—é de interesse immediato e importante a critica da obra de Bourget. Esta fal-a-hemos primeiro em certos pormenores, em breve em pontos de vista mais geraes e, por fim, em todo o conjuncto e na mais alta das suas intenções, a esperanza e o caminho que apresenta á alma asperamente abalada do leitor no sentido de o conduzir á calma e á generosidade do espirito na vida social.

II

Adrien Sixte, o philosopho, uma das capitaes figuras do romance, original na respectiva litteratura, achamol-o bem caracterizado na sua psychologia propria se exceptuarmos uma pequena omissão de elemento constructivo de character e uma ou outra superficial e convencional feição d'este. Não seria um facto sem uma influencia benefica a allusão a qualquer vibrante acontecimento de natureza affectiva que se dêsse na adolescencia ou na mocidade de Adrien Sixte. Não se ignora quanto certas impressões da sensibilidade, n'uma determinada phase da vida, levam o ser intelligente e de temperamento concentrado a adquirir a consciencia da sua alma. O verdadeiro psychologo — e Sixte é um grande philosopho psychologo — tem no seu coração impressões inolvidaveis, que são em parte elemento original da sua mentalidade e á qual dão muitas vezes

traços expressivos da particular physionomia; ao longo da sua vida de intelligencia não é raro que o psychologo olhe reflexivamente para aquella transitoria affectividade. Bourget está longe de desconhecer estes factos e assim o prova tratando da evolução espiritual de Robert Greslou, o discipulo de Sixte e protagonista do romance. Se não fôsse o seu desejo, que é sensível, de tornar completa a definição do character psychologico de Sixte, nós não teriamos mesmo accusado aquella falta, sem deixar todavia de subentender no personagem os elementos de formação espiritual a que alludimos.

E' um tanto convencional Bourget quando refere que Sixte possui em si três individuos, «como que encaixados uns nos outros» (pag. 47): o *bonhomme* Sixte, — «o grande psychologo» — e o «autor animado, sem o querer, do susceptivel amor proprio commum a todos os escriptores.» Bourget descrevera Sixte de uma fôrma que é mal conciliavel com esta última modalidade do seu ser. Sixte é tão altamente philosopho, vive tanto no dominio puro das ideias, que se concebe difficilmente que possua tambem uma personalidade nitidamente diferenciavel de escriptor com o amor proprio vulgar da profissão e que o leva a sentir rancor pelo crítico espiritualista Dumoulin.

Em outro lugar d'*O Discipulo* Bourget, não se apresentando já propriamente como convencional na psychologia, tem comtudo uma attitude vulgar e convencional de observador. Faça-se reparo nas suas expressões quando pretende significar a attenção que se ligou á primeira obra de Sixte, a *Psychologia de Deus*. Ha ahi algumas phrases communs, de um apoucado convencionalismo. A' curiosidade da juventude, sobre a qual, segundo o A., passava um vento de revolução, foi designada a obra de Sixte por «uma brochura d'um bispo muito conhecido, uma allusão indignada d'um cardeal n'um discurso no Senado,

um artigo fulminante do mais brilhante crítico espiritualista n'uma celebre Revista.» (Pag. 12.) Eis aqui, em todo o seu convencionalismo, o bem conhecido *succès* dos francezes. E' esse um logar commum do seu character; mas um nobre autor só o póde usar quando o colloca na bocca ou nos sentimentos dos seus typos litterarios; como coisa sua deve desprezal-o. Os francezes comprehendem o *succès*, referem-se-lhe vulgarmente com o mesmo espirito com que aquella diplomata filandez dos *Maias*, de Feça de Queiroz, dizia immutavelmente a respeito de todo o personagem em evidencia: «*Oh! il est très fort... excessivement fort.*» Phrases feitas, conceitos que traduzem enganos de convenção, attitudes vulgares e superficiaes do conhecimento; tem-se tornado naturaes pelo habito, pela repetição do seu artificio; apparecem na flôr da linguagem, na physionomia do ser; mas uma percepção subtil deve ter d'elles a immediata intuição, deve desdenhal-os, consideral-os como são na verdade: uma inintelligente apparencia das coisas.

N'*O Discipulo* estes representam, entretanto, ainda defeitos minimos. Significação differente teem para nós os conceitos, que talvez sejam os do proprio Bourget, sobre as naturaes relações entre o espirito abstracto, isto é, o pensamento, e a acção. (Veja, em especial, na pag. 140.) E dizemos que talvez sejam de Bourget, poisque sendo Greslou quem fala, quem conta a sua historia, elle toma o melhor da responsabilidade das suas proposições. Nota-se que Greslou confunde um tanto a acção com o movimento, com a representação exterior e social dos seres. Exemplificando a respeito dos casos em que, segundo elle, não se excluíram a acção e o pensamento, diz: «Não se excluíram no Renascimento e, mais perto de nós, n'este Goethe que encarnou em si o duplo destino do seu Fausto, alternadamente philosopho e cortezão, poeta e ministro; nem em Stendhal, romancista

e tenente de dragões; nem em Constant, que foi o autor de *Adolpho* e um orador fogoso, ao mesmo tempo que duellista, jogador e seductor.»

Ha aqui evidentemente uma tal ou qual confusão de ideias, uma certa falta de nitidez na concepção exacta dos factos. Greslou considera a acção como bem traduzida pelas qualidades do duellista, pelas de seducção, de eloquencia e pelo lado representativo de certas posições sociaes. Mas isto deve considerar-se, preferentemente, a parte exterior da acção, a actividade, o movimento mais sensível do ser na vida social. N'um ponto de vista mais intelligente, mais lato, a acção tem o significado de expressão de energias, traduz a vontade. Dizia um compatriota de Bourget, Guyau, no seu estylo, que é por si mesmo o gesto de um espirito lucido, que o pensamento é acção condensada, vida no seu maximo de desenvolvimento. Compreender, dizia tambem, é já começar em si mesmo a realização do que se comprehende. (Veja a *Moral sem obrigação*, etc.) O phenomeno intellectual não é simplesmente pensado — permitta-se-nos esta fórmula de expressão. Reflecte-se na natureza affectiva do ser, mais ou menos de perto, com maior ou menor intensidade; correspondem-lhe energias que se despertam, base original de outros pensamentos, de sensações recentes, de novos sentimentos. Por fim, o pensamento resulta em acção no meio social, energias em potencia ou em actualidade de effeito.

E' só para um conceito vulgar que a acção exprime exclusiva ou principalmente o movimento exterior, ostensivo, representativo do ser na sociedade. N'este sentido restricto e de certo modo superficial e inintelligente, é que se póde pretender que a acção e o espirito abstracto possuem antagonismo, sendo certo que a alta faculdade de abstracção possui em regra uma influencia inhibitoria na actividade do ser, na sua realização actual e exterior.

Vejam agora rapida, mas tão precisamente quanto possivel n'esta necessaria brevidade, um pouco da psychologia da acção. A acção como expressão de vontade sobresaee quando se dá no ser uma harmonia ideo-affectiva. Supponhamos essa alma verdadeira que é a de Hamlet. A vontade de Hamlet é debil, ao passo que o pensamento e a affectividade são complicados e intensos. Nota-se que são os proprios pensamentos e sentimentos, quer por notavel differença de intensidade, quer de qualidade, que teem em si e geram elementos volitivos que se contrariam, não chegando a uma acção coerente, harmonica. Na ordem moral taes elementos antagonicos de volição chamam-se escrupulos.

D'aqui se infere, por opposição, — e note-se que outras analyses de almas podiam provar-nos o mesmo, — que desde que o pensamento e o sentimento se harmonizem, sublima-se a acção, caracteriza-se a vontade, e que esta é pois um fructo da harmonia ideo-affectiva. Quanto á acção breve e ostensivamente realizavel no meio social, a que se traduz em actividade, movimento, franca representação exterior do ser, basta procurar as condições que lhe permitam ou que o levem a possuir n'esse meio a harmonia ideo-affectiva; estas resultam claramente de uma coherencia entre o ser e o meio, da adaptabilidade de um ao outro, as quaes tanto melhor se realizam quanto o ser reflecte melhor o espirito do meio. N'este caso não se suscitam n'elle reacções que determinem o desequilibrio ideo-affectivo.

O intellectual tende a isolar-se do meio, a transformar a sua vida affectiva, a enriquecer a sua vida de pensamento, de meditação, de contemplação. Por esta fórmula vae creando com o meio, em regra, antagonismos de acção pratica. Em si mesmo vae creando estes antagonismos, que destroe e substitue por uma origem harmonica de vontade á medida que vae adquirindo o sentimento mais

proximo e perfeito da ideia. A vida affectiva do philosopho tende a concentrar-se nas emoções essenciaes ao proprio pensamento, realizando com elle uma alta e particular harmonia ideoaffectiva.

Quem ler *O Discipulo* ha-de achar allusões frequentes á acção e ao pensamento. Tratar um pouco analyticamente este assumpto era uma necessidade para Greslou, porque d'elle depende bastante o desenvolvimento de factos de interesse capital na sua historia. Greslou pretendia em si a deficiencia de vontade que encontrava nos seres dedicados ao pensamento e attribuia ao contraste entre a sua natureza e a do conde André de Jussat, um representante typico da acção e da vontade, o rancor que por elle sentiu e que é um dos mais importantes motivos para seduzir a irmã de André, a nobre Carlota. Até o fim d'*O Discipulo* mantem-se, a nosso ver, a falta de intuição de uma psychologia nitida da acção, da vontade e do seu significado no que respeita ao pensamento. Podiamos até accusar uma ou outra contradicção. Basta que se repare em que Greslou refere-se em tal ponto á sua incapacidade de se servir do seu espirito para se dirigir e dominar (pag. 108), e em tal outro affirma que está no seu character a impotencia para a acção, «mas quando não é sustentado n'essa acção por uma ideia.» — «Que l'idée soit là, diz Greslou, et elle m'infuse une invincible énergie jusqu'au fond de l'être.» (Pag. 183.)

Ha realmente no decurso d'*O Discipulo*, sobre este particular, alguma coisa de brilhante e com uma logica de um rigor apparente e de superficie que disfarça uma certa incomprehensão fundamental.

Todavia taes defeitos, que se podem considerar ainda de pormenor, pouco se tornam sensiveis ao lado de muitos factos de bôa observação e das notaveis faculdades de uma psychologia deductiva e inductiva que manifesta o ro-

mance de Bourget. Ha ali joias verdadeiras que é só capaz de formar um espirito intelligente, susceptivel de abranger em nitidas percepções certos conjunctos sobre as ideias e os seres. Exemplifiquemol-o brevemente.

Antes do interrogatorio de Sixte pelo juiz de instrucção, M. Vallete, conta Bourget: «...a physionomia do juiz de instrucção readquirira gravidade. Estas passagens d'uma attitude a outra são muito mais sinceras do que imaginam aquelles que observam estes contrastes de compostura entre o homem e o funcionario. O perfeito comediante social, o que considera o seu mistér com um inteiro desprezo, é um monstro felizmente muito raro.» (Pag. 29.) Um grande observador, Tolstoi, na *Ressurreicção*, que é posterior a'*O Discipulo*, tem mais ou menos explicitas várias deducções que são faceis de tirar da excellente nota de Bourget.

De facto só excepcionalmente o homem se não convence de qualquer importancia e necessidade da posição social que occupa. As acções que esta o leva a praticar, mesmo que sejam prejudiciaes a muitos, e para estes como para os simples espectadores acções criminosas, tem para elle um motivo serio e pelo qual se crê, de certo modo, justo e honesto. Quem comprehender com clareza estes conceitos e o que d'elles se deduz naturalmente, não pode deixar de olhar com uma grande serenidade para a acção dos homens na vida social; uma parte d'esta acção é, por sua natureza, desintencional senão inconsciente de maleficio. E' a que se prende directamente com a dignidade profunda de cada ser. Do proprio facto de existir, o ser deduz espontaneamente a razão da sua existencia. Como pertence á vida social, essa razão relaciona-se ao cargo, á situação que ali tem ou desempenha; d'esta razão provém uma dignidade, que é o sentimento de necessidade e de differença; d'esta dignidade um mobil especial de acção,

que tem, por esse facto, uma relativa e pessoal nobreza.

A proposito de differença que se sente, vem a pêlo evocar uma excellente nota de Bourget a respeito dos individuos que tendem a isolar-se. Greslou observa que o torna só a consciencia exaltada da sua personalidade. Elle diz tambem: « não ousar mostrar-se é isolar-se, e isolar-se é, bem depressa, preferir-se. » (Pag. 93.) Fala do sentimento do proprio isolamento, que se exprimiu de diversa maneira em Renan, em Benjamin Constant e em Stendhal. N'elles um consciente orgulho; em Greslou, quando creança, um profundo instincto.

III

Analysemos agora os conjunctos, aspectos geraes do romance. Greslou, que condensa em si o maior interesse quanto a estudo psychologico, resume tambem a melhor parte da acção. Individuo inclinado desde a infancia, por circumstancias especiaes entre que avultam as de educação e hereditariedade, a refugiar-se em si mesmo, a uma absorvente abstracção do espirito e á analyse interior que leva até á tortura. Pelo seu sangue loreno e pelo encontro hereditario de duas naturezas muito divergentes, a do pae e a da mãe, naturalmente disposto á necessidade e poder de desdobramento, ao gosto pela multiplicação das attitudes e aspectos psychicos. As obras de Adrien Sixte, que levam o naturalismo e o determinismo psychologicos a uma nunca vista analyse, ao systema de uma altissima abstracção, incluindo a alma humana como parcella elementar no fatalismo do universo, produzem sobre elle uma influencia dominadora, perfeitamente escravizante. Todas estas condições que interveem na formação do character de Greslou estão superiormente estudadas. Aos vinte an-

nos elle é já um ser cuja perspicacia e ardor na comprehensão da philosophia psychologica causam espanto ao proprio Sixte. A esses caracteres somma-se uma forte sensualidade, impetuosa emoção sexual, que o A., além de parecer originar, aliás incaracteristicamente, na influencia hereditaria paterna, desperta com o conhecimento que faz Greslou da operaria Marianna, a sua iniciadora na vida dos sentidos.

Quem quer que, abstrahindo da brilhante sequencia de detalhes, em sua maioria intelligentemente comprehendidos, repare nas condições especiaes e maximas do desenvolvimento da acção, isto é, o plano de seducção de Carlota, a que se segue o seu suicidio, notará que se apresentam duas circumstancias supremas sem as quaes a acção ficaria prejudicada. Em primeiro logar, como mais geral, character permanente de Greslou, a sua intensa, irreprimivel sensualidade. Em segundo logar, como accidente, causa occasional, o seu rancor por André, irmão de Carlota, — rancor que nasce impetuoso na sua alma apenas conhece o energico e sympathico militar. E' notavel que este odio em grande parte depende do temperamento sensual de Greslou; se elle o não tivesse accentuadissimo não sentiria tão dolorosamente a sua inferioridade physica relativamente a André. Este sentimento accidental de odio é muito importante para a acção. Até o fim acompanha os caracteres essenciaes de Greslou, que o invoca persistentemente; e torna-se de facto a causa determinante da acção, a qual tem motivos predisponentes nos caracteres constantes do protagonista, em particular, segundo o nosso conceito, a sensualidade.

Ora precisamente, nem a sensualidade capaz de muito contribuir para a prática de um acto vil, nem aquelle rancoroso sentimento pelo irmão de Carlota os tomamos como psychologicamente caracteristicos no protagonista.

Dizia Greslou, recordando a maxima

do Sabio antigo: «Faz subir a tua sexualidade ao teu cerebro.» (Pag. 125.) Elle conhecia assim um pouco da essencia do ser intellectual, do homem espirital, para quem o trabalho da intelligencia é uma funcção necessaria e dominante. Greslou é inferior a si proprio crendo-se um puro intellectual, illudindo-se n'esse conceito último a respeito do seu ser que possui em si elementos de contraste, de desequilibrio, de desorganização. A sua sensualidade é realmente usurpadora; na sua natureza torna-se um elemento de discordia.

Aqui longe está de pretender-se que não fôsse possivel. Nota-se sómente que tira a integridade ao typo psychologico, cedendo-lhe alguma coisa de muito contingente e de singular.

Quanto ao accidente determinante, sendo tambem possivel, é ainda todavia menos natural, é bastante desharmonico com a intelligencia e algumas das principaes tendencias do protagonista. A antipathia que este sente por André logo que o conhece, nasce quasi simplesmente do contraste entre a sua e a natureza de André, que diz ser «a acção feita homem». (Pag. 129.) Logo o leitor fica extranho áquella antipathia; recorda-se da educação mental de Greslou, das suas pronunciadas inclinações pela especulação do espirito; nota a serenidade contemplativa da intelligencia que d'ahi resulta, e sente semelhantes factos em má concordancia com um rancor que não seja de ordem mais geral e especulativa. Querendo tornar mais comprehensivel em suas origens a aversão por André, Greslou refere-se tambem ao odio de um representante de uma raça conquistada pelo de uma raça conquistadora. «Reflectindo, diz elle, achei no sentimento que tento definir-vos o vestigio provavel de um atavismo inconsciente... Eu julgo saber que elles são de pura raça conquistadora, emquanto que nas veias do descendente dos cultivadores lôrenos que vos es-

creve estas linhas corre um sangue de raça conquistada.» (Pag. 131.) Não contente com isto, ainda apella para a influencia da hereditariedade no ponto de vista do odio entre os que representam a acção e os que exprimem a vida de pensamento. «É quando, escreve Greslou, dois representantes d'este soberano trabalho das edades, tão typicos cada um no seu genero como nós o eramos, o conde e eu, se encontram, como não se ergueriam logo em frente um do outro como dois animaes de especies diferentes?» (Pag. 132.) Aqui admira-se desde já e mais uma vez o defeito de conhecimento proprio que tem o protagonista e que releva bem a incoherencia d'este typo psychologico. Precisamente se elle fôsse um bom representante do trabalho e vida de pensamento através as edades não teria experimentado pelo energico e leal André aquelle odio revelador da mesquinhez de um espirito vulgar.

Defrontamo-nos, além d'isso, de uma maneira evidente, com uma falsa ideia de Greslou. Julga elle que a acção e o pensamento são de tão adversa natureza que os seus lidimos representantes serão de campos oppostos, inimigos naturaes. Mas basta que se repare no proprio Adrien Sixte e em sua extranheza perante a qualidade dos sentimentos que levaram o seu discipulo á seducção de Carlota. No fundo d'aquelle falso preconceito está a já alludida incomprehensão de Greslou sobre a acção e o pensamento. Que esse preconceito era necessario para acrescentar um motivo aos sentimentos de Greslou, não ha dúvida; mas é tambem certo que elle não tem elementos que lhe dêem o character de generalidade e certeza que o protagonista pretende.

Um verdadeiro intellectual, um espirito comprehensivo, por exemplo um Adrien Sixte, observando André teria, ao contrario de Greslou, experimentado um sentimento de admiração objectiva, como se fôsse perante um bello exem-

plar de raça. André seria para elle um factor a mais da propria contemplação e da do mundo dos seres e das coisas. Greslou possuiu-se de « antipathia admirativa », — sempre, entretanto, antipathia. A esta succedeu um sentimento de emulação, que fez com que elle ambicionasse possuir no mundo das fórmulas e do movimento a intensidade de um ser como André. E isto, se não fôsse aquella antipathia, seria razoavel n'um puro intellectual. Mas Greslou concebe logo, por odio pelo conde, a necessidade de o sobrepujar na vida physica seduzindo-lhe a irmã. Quer dizer, elle aggrava psychologicamente aquella antipathia, a sua aversão, transformando por completo a sua attitude já deficiente de ser espiritual n'uma abjecta disposição da vontade!

No que ha de mais importante para se desenrolar a acção o leitor reconhece, pois, alguma coisa de forçado, de pouco natural, ainda que possivel. D'aqui resulta já uma parte da grande contingencia do character de Greslou. Trata-se, por fim, não de um individuo que possua um tal ou qual rigor logico na sua interna psychologia, não de um intellectual estreme, porém sim de um desequilibrado, com faculdades entre si dispersivas e combativas, e que prejudicam nos seus complicados aspectos modos de sentir e de ser altamente geraes e intelligentes.

Provada a contingencia d'este character, vê-se que para o descrever com perfeição bastava manter a logica na fundamental irregularidade. Bourget realizou este último facto n'*O Discipulo* de uma fórmula habil, que absorve pelo brilhante entrecimento dos pormenores e por um poder notavel de deducção e inducção psychologicas. E, particularmente, de deducção. Bourget usou de muitos conhecimentos de psychologia geral, adaptou-os a alguns personagens, sobretudo a Greslou, substabeleceu-os no entrecho. *O Discipulo* tornou-se um bello exemplar do engenho de

composição no romance. E' um livro feito sobre regras, de um sapiente mecanismo de technica. E' um excellente documento sobre a arte de composição do romance moderno.

IV

Mas estas qualidades são exactamente o reverso das reaes insufficiências d'*O Discipulo*. Tal contingencia no character do protagonista, que ali se mantem com uma logica certeza, tira-lhe o sentido de intuição psychologica e não pouco da difficuldade da sua execução como typo litterario. Visto que o seu character permite uma grande irregularidade de acção, basta que n'esta irregularidade se mantenha uma logica intelligente, mas que é, por sua natureza, fluctuante como a acção. Greslou é possivel, por conseguinte verdadeiro; mas a sua verdade é restricta, contingente, de um sentido acanhadamente substancial. Bourget, usando de um equivalente espirito de razão e de logica ao que tem n'*O Discipulo*, podia apresentar Greslou com manifestações diversas d'aquellas com que o põe em scena; basta que nos lembremos que um dos factos essenciaes da sua psychologia é o desdobramento da personalidade, a tendencia á multiplicação dos aspectos psychicos. Assim, ha n'elle, fundamentalmente, uma logica de actos imprevistos. Greslou fica um typo muito impessoal, sem uma particular necessidade ou obrigação psychologica. E' antes um modo, aliás restricto, de ser do que um ser. E o que tem de comprehensivo como estudo geral de sentimentos, disfarça o que tem de vazio como individualização psychica.

Se o compararmos com uma outra personagem do romance, reconhece-se facilmente pelo exemplo a exactidão d'estes conceitos. Carlota é um ser, um typo psychologico definido; possui, ain-

da que summarias, linhas precisas de observação e intuição psychologicas. Ella só podia ser como se apresenta, e as regras a que se sujeita são as proprias da sua psychologia individual, não as de uma psychologia geral a que pretendessem adaptal-a. E' uma pessoa que só tem de imprevisto o que se relaciona com o exterior, o meio em que vive. Tudo que depende do seu proprio eu é previsível, pois que a sua psychologia lhe pertence e é conhecida.

Dir-se-ha que d'um lado temos um ser com caracter moral, Carlota, e do outro um ser que o não possui. Em primeiro logar, mesmo sem caracter moral pode prever-se um determinismo de acção; é aquelle que affirmam faculdades pouco contingentes, assim como, por exemplo, a accentuada inclinação da amoralidade em certo sentido, supponhamos a usura cruel, tyrannica. Os seres a que competem essas faculdades não teem caracter moral mas teem um caracter; ha n'elles alguma coisa de definido, de certo; possuem um ambito de acção e dentro d'elle o seu determinismo. D'ahi a naturalidade mais extensa d'esses seres. Quer o leitor que lhe apontemos alguns exemplos de franca amoralidade coincidindo com um determinismo de acção? Repare em Vautrin, em Iago, em Ricardo III... Em psychologia todos os seres teem caracter; o que nos importa é conhecê-lo. Desde que o conheçamos, certificamo-nos de todo um determinismo de actos. Estudar esse determinismo precisando as suas leis em factos que se acceitam integralmente, em actos que se explicam, é definir um typo psychologico. Tornal-o vago é não caracterizar uma individualidade psychica.

D'onde provém a insufficiencia da individualização psychologica de Greslou? De que Bourget pretendeu fazer um livro defendendo uma these que reputamos ingrata, mal consistente. Quiz provar que certas doutrinas philosophicas — e em especial, segundo pa-

rece ser o pensamento de Bourget, as de sentido materialista, — podem conduzir os individuos á desorganização moral, a um completo alheamento de uma base ethica na vida collectiva.

Ora eis precisamente o motivo do que Greslou possui de incharacteristico como typo psychologico, de pouco extenso em sua naturalidade. Era necessario pôr em scena um individuo que taes doutrinas philosophicas pudessem suggestionar, e de fôrma que chegasse á prática do acto vil que é toda a seducção de Carlota em seus moveis declarados. Portanto um ser muito intelligente com faculdades excepcionaes de assimilação espiritual, de auto-analyse, de abstracção. Que não tivesse este aspecto da sua personalidade e já não poderia tornar-se altamente receptivo das doutrinas philosophicas de Sixte e de outros grandes pensadores, como Spinoza e Kant. Mas havia, com isto, a necessidade de determinar as circumstancias que pudessem fazel-o desviar para a ausencia de moral prática, assim como, n'uma engenhosa combinação, o poder de desdobramento do eu, — que Greslou considerava a característica essencial da sua natureza (pag. 141), — a sexualidade intemperante, o doloroso sentimento de solidão, a consciencia da sua origem humilde, a da fatalidade das taras ancestraes e tantas outras que formam, com effeito, um surprehendente conjuncto de causas viciantes da moral prática. Resumindo, era necessario que Greslou tivesse ao mesmo tempo um espirito de philosopho e um caracter absolutamente amoral. Assim teve de se transformar o ser de intelligencia, para o que tantos e tantos elementos psychologicos se dispõem em Greslou, n'um grande desvairado do espirito, n'um homem com as faculdades perceptivas e de caracter moral n'um embate desharmonico de forças. Eis a genese d'aquella singular e não pouco antinomica maneira de ser.

Se por um lado a these está estra-

gando a caracterização psychologica, esta, por sua vez, está prejudicando a these. Agora trata-se realmente da influencia amoralista de determinadas especulações philosophicas sobre individuos francamente predispostos á amoralidade, á prática de actos destituídos de respeito pelo semelhante como individuo e como membro da familia collectiva. Por este facto a these restringe-se, acanha-se, não adquire um sentido de latitude em espirito, perde o seu alcance como theorema de ethica social.

Olhando o romance d'este ponto de vista, fica-se admirado de como a leitura das confissões de Greslou tivesse produzido em Adrien Sixte uma tão intensa impressão de repugnancia e desânimo. Pois esse profundo philosopho habituado a reconhecer a verdade por detrás de toda a apparencia do sentimento, sob toda a illusão da psychologia, e apesar de todo o disfarce de aspecto social, não viu immediatamente que esse mobil que Greslou parece apresentar como dominante da sua acção, as suas proprias doutrinas philosophicas, só tinham realizado o effeito que o seu discipulo confessa porque se inquinara d'ellas um ser em angustiante desequilibrio de faculdades?! Qual era a culpa de toda a sua vida de intelligencia, de todo o seu trabalho purissimo do espirito? Para que veem no livro os *tormentos das suas idéas* (cap. v), aliás bem deduzidos das hypotheses do A., mas inconsistentes se se attender á comprehensão nitida que Sixte logo devera ter de Greslou como entidade psychologica? Como não viu que o seu pretendido discipulo juntava a uma notavel, impressionante intelligencia um caracter de certa fórmula inintelligente, e antinomico, até certo ponto, com o seu entusiasmo e as suas faculdades de vida espiritual?

Pelo facto de as doutrinas de Adrien Sixte haverem só provocado a acção que se desenvolve n'*O Discipulo* porque suggestionaram um ser tão raro como

Greslou, não é licito agora perguntar se isto não prova precisamente que é muito difficil que taes doutrinas possam ter influencia prejudicial na moral do individuo e na collectiva? Nós respondemos affirmativamente. Parece-nos, em verdade, que Bourget provou contra a sua these.

V

Lendo *O Discipulo* nós não sentimos aquella sensação de plenitude que nos deu, por exemplo, *Madame Bovary*, o *Primo Basilio*, *Rouge et Noir*, o *Crime e Castigo* de Dostoïevsky, a *Guerra e a Paz* de Tolstoï e tantas outras obras-primas do romance. Insatisfeito, attentámos na obra. Nada a principio lhe distinguimos que nos explicasse o nosso sentir. Permanecia entretanto, profundo, um sentimento de falta e com elle um desejo de completar as emoções suscitadas, uma anciedade de aperfeiçoar o nosso espirito. Tratava-se afinal de ver esta obra em pormenor e em synthese, e de a considerar com uma rude franqueza.

Agora, sob uma technica notavel de composição, maravilha de engenho litterario, por debaixo d'aquelle todo harmonioso, seduzente, distingue-se a artificialidade de certos materiaes e a da sua situação logica; apparecem determinadas insufficiencias de conceito, inconsistencias de intuição, deficiencias de analyse e a falta mais grave de um exacto julgamento synthetico. A geometria, a fórmula, muitos pormenores intelligentes empolgam não poucas vezes o crítico, dominam-o, tornam fluctuantes os seus raciocinios. Elle sente-se em frente da obra como perante um interlocutor habilissimo, subtil e artificioso na conversa, que o obriga a desviar-se da expressão brusca do seu leal sentimento, que mesmo o está manobrando, aqui fugindo-lhe com uma phrase, o olhar,

ali interpellando-o de face, e sempre n'uma solícita observação dos seus gestos. Para conhecer o seu verdadeiro pensamento é necessario que use de rudeza, que intercepte com uma palavra secca, com um conceito preciso, a maleavel, a finissima interlocução do que se tornou o seu oppositor.

O *Discipulo*, pela palavra e acção, exprime superficialmente na arte do romance a fórma geometrica, decorativa, logica, peculiar ao espirito francez. Consegue-o, todavia, só superficialmente. O que ha por debaixo d'ella de estreme como alma e como intelligencia, *O Discipulo* não o consegue reflectir. Permanece um mecanismo sêcco, uma expressão sem emoção.

E sempre, acreditamol-o, principalmente porque é um romance de theorema a demonstrar. Livro de uma these ingrata, a propria these o prejudicou, deformando a feição psychologica do protagonista, tornando-o excepcional como typo e assim base inconsistente de uma demonstração de genero. Ultimamente podémos ler de Bourget algumas palavras que são bem applicaveis á sua obra. Falando da litteratura social pretende que se torna facilmente uma litteratura de these. «O mais importante, continúa, é que a litteratura de these não respeita a realidade. Para escrever a sua these, o escriptor combina os acontecimentos e os caracteres. Falseia-os involuntariamente no ponto de vista da sua demonstração... Socialmente taes livros podem ter influencia; *ils n'ont pas de portée*. Isto é, falta-lhes a condição essencial para que uma theoria seja solida, a submissão ao objecto. Etc.» (*Rev. du Foyer*, 15, VI, 1912; in *Merc. de France*, 16, VII, 1912.)

VI

O *Discipulo* termina com uma verdadeira invocação ao Espirito de um Deus

religioso, o Pae Celeste. O grande philosopho Adrien Sixte contempla a mãe de Robert Greslou ajoelhada junto do cadaver do seu filho. Ao seu coração chegam as palavras de prece que tinha rezado na sua infancia: «Padre nosso que estaes nos ceus...» — «Não é, interroga o A., a mais tocante das orações esta necessidade de orar? E, se este Pae Celeste não existisse, nós teriamos esta fome e esta sêde d'Elle n'aquelles momentos?» Adrien Sixte, por fim, chora.

Evidentemente esta situação como termo da tragedia não pode ter outro intuito que apresentar ao leitor a crença religiosa em o Deus Supremo como fonte de serenidade para as grandes angustias do espirito, o sentido rectilíneo na vida para a nossa alma. Bourget, no prefacio da sua obra, já nos falara no Amor e na Vontade para aquelle que pretende libertar-se da dôr no presente e da agonia no futuro; para fóra d'elles, dizia, *il n'y a que flétrissure présente et qu'agonie finale.*

Entretanto a Vontade e o Amor concebem-se tambem com independencia de um Espirito Celeste, de um Deus religioso na qualidade da propria natureza do Incognoscivel, limite da observação, do conhecimento scientifico e philosophico. Podem conceber-se de uma fórma espiritual pura, sem o preconceito acanhadamente religioso, agora já inintelligente campo de sentimento e de acção.

Que a nossa alma se impregne de uma philosophia pura de esforço e de amor. Que elles traduzam a anciedade de uma livre aspiração e o desejo de uma alta bondade.

Partámos da nossa existencia para crear o seu orgulho; demos-lhe força, vida no tempo e no espaço. Conheçamos a natureza e os seres emquanto transitorios; ha n'elles um aspecto superficial e contingente. Demos-lhes certeza, realidade, em vida, alma, duração, infinito; que os vivifique um espirito animador e eterno.

Procuremos assim a expressão em espirito do que é transitorio, o seu sentido de infinito, a verdade espiritual.

Esta verdade intentam abranger a sciencia, a arte e a philosophia; a synthese, a amplidão, a profundidade, a analyse extrema.

O desejo de verdade espiritual conduz a Alma a uma Serenidade muito alta, ao conceito de uma Belleza har-

moniosa e fecunda, a um sentimento de Bondade imperecível. E, por si mesma, a verdade espiritual é uma fonte perenne de Bem.

VIII-1902 — VIII-1912.

HENRIQUE VILHENA.

Explorações archivísticas

I

Um alquimista português em 1562

Nos seculos XVI e XVII grassou com grande intensidade a preocupação do achado da pedra filosofal e do fabrico synthetico do ouro e da prata. Os individuos que trabalhavam nesta materia tinham o nome de alquimistas e eram por assim dizer irmãos gêmeos dos astrologos que procuravam lêr no movimento dos astros o futuro das cousas humanas.

Tomadas estas noticias em absoluto, parece-nos que os individuos que se applicavam a transmutar os metaes e a contemplar o ceu, não passavam de vulgares charlatães, mas uma meditação mais serena obriga a considerar muitos d'esses homens como verdadeiros homens de sciencia, não comprehendidos pelo vulgo.

Gradualmente o alquimista converteu-se no quimico, que, se não é capaz de produzir o ouro, tem a possibilidade de fabricar productos que no ultimo seculo tem revolucionado a tecnica tradicional. A aspiração do quimico moderno vai até em admittir a possibilidade de fabricar a vida, *desideratum* para o qual elle avança vertiginosamente.

No periodo da Renascença, papas,

imperadores e reis protegem os alquimistas, assim como hoje os soberanos dos paizes adiantados e os capitalistas, representantes dos antigos senhores feudaes, oferecem aos quimicos e aos fisicos somas grandiosas para as suas investigações puramente scientificas.

Em Portugal é difficil registrar a existencia destes homens eminentes, apenas no seculo XVIII temos na fisica o Padre Bartolomeu de Gusmão, a quem agora vai ser levantada uma estatua em Santos, que será inaugurada em 1915.¹

Em quimica só nos nossos dias podemos encontrar entre nós figuras de valor.

Antes de 1562, como diz uma carta que mais adiante cito, «destes chocarrios ya ouve muito no mundo e a esse Reyno forão alguns.»

De facto em 1557 foi preso em Lisboa o P.^o Antonio de Gouvea, natural dos Açores, que corrêra grande parte da Europa e que estava então residindo no palacio de D. Isabel de Albuquerque.

¹ Importa em 25:000 francos, é construída em Italia, sendo intermediario o sr. João Manuel Alfaro Rodrigues.

que, onde pretendia transmudar a prata em ouro. A prisão, porém, do ex-jesuita, pois á Companhia pertencêra algum tempo, e a sua condenação obedeceram unicamente ás adivinhações que pretendia fazer e não pelas manipulações que fazia.¹ Este esclarecimento é necessario para que a Inquisição não acarrete com o labeu da perseguidora da sciencia, se bem que os antigos investigadores muitas vezes pugnassem por ideias que aquella instituição não tolerava.

E' possível que quando D. Francisco Pereira, embaixador de Portugal em Madrid, escreveu o trecho da carta que dei ha pouco tivesse na mente ao P.^o Gouveia.

O embaixador era crente na criação do ouro e prata e recomendou ao rei D. Sebastião, que então era menor, o christão-novo Diogo Mendes, a quem a Inquisição guardava a mãe e irmans, como habil promotor de metaes preciosos.

A recomendação e a insistencia de D. Francisco Pereira foram inuteis para vencer a frieza da côrte e ao que parece o alquimista achou na pessoa de um alto funcionario hespanhol o acolhimento que a patria lhe não deu.

Não seria grande impossibilidade que um quimico conseguisse obter os resultados a que Diogo Mendes chegou e que o embaixador ingenuamente admira e classifica de prata.

A El Rey.

Dioguo mendez irmão de Ruy mendez o de frandes que dese Reyno sayo o ano de .58. de que lá averá muita lenbrança chegou A esta corte e veyo ter a minha casa que foy cousa do mundo que me mays espantou porque o tinha por morto e ya seu Irmão em Frandes trouxe doo por ele, diseme que do navio en que estava embarcado se desembarcara o qual se perdeo con a jente, finalmente ele andou por Ytalia e correo muytas terras

e veo parar en barçelona onde esteve dous anos naquele tempo diz que lhe ynspirou nosso Senhor hũa certa invenção que de muito pouco cabedal faz ouro e Prata de seu valor, Perante mym tirou hũas pedrinhas pequenas que diz ser olio o qual ya vem confecionado e deitado en hũa pá de ffero muito quente a pá ficou prateada e Realmente parece prata, mas ficou espalhada, e ao dereter ficou sem nenhum fumo que he hũa das Partes que elle poen por muyto principal, ysto que diguo vy eu polos olhos mas v. A. não se fie na minha philosophia, diseme o ditò dioguo mendez que Aquilo se avia dé deitar en hũa certa aguoa e fazerse corpulento de que se fazia prata e doutro material ouro, eu lancey mão dele visto que nesta terra se lança mão de cousas de menos validade e lhe pedy que deste negocio non dese parte a pessoa nenhũa e que pois era portugues que o que tinha alcançado por experiencia o executase en sua patria e en serviço de V. Al. tem-no asy aceitado como verdadeiro e bon portugues vasalo de V. A. diz que hirá con muito boa vontade a esse Reyno e que non quer fazer ninhũ partido senão apresentar a V. A. esta ciencia que lhe deus deu A entender e que quando V. A. vir o proveito dela lhe fará a mercé que for muito conforme A seu merecimento, dioguo mendez hé muito bon homem, non sayo dese Reyno senão con o picar muyto a prisão de sua may e Irmaãos non then culpas por que deixe de entrar nelle V. A. não mete nenhũ cabedal nesta cousa. Por ventura que se fará Algun efeito de que V. A. seya servido, parece-me que lhe deue escrever hũa carta en que lhe mande que se vá a esse Reyno para o feyto deste negocio, por que toda esta yente se perde por honra e se d'este não for servido screverme a myn que ho faço hir con palavras de contentamento, porque pois non Pede nem quer nada. Pouco se aventura en se ver A experiencia E se for cousa de que se deva lançar mão con muita Rezão lhe pode V. A. fazer a merce que for servido. A ysto me fará merce mandarme Responder porque ele tira por mym Pela Resposta. Nosso Senhor etc. de madril A xix dabril de 1562.

Fl. 35 v.

A El Rey.

Eu tenho escrito a V. A. sobre hũa invenção de dioguo mendez querer fazer ouro e Prata a pouco custo e menos cabedal posto que destes chocarrerois ya ouve muitos no mundo e A esse Reyno forão Alguns todavya no que se nam se aventura nada nom he má A experiencia e o entretivy até guora esperando Por Resposta de V. A. do que sobriso lhe screvy quando agora veo o Correo del Rey sem ella quiserame matar e Peditome li-

¹ *Arquivo Hist. Port.*, vol. III, pag. 179.

cença para se yr. Procurey tudo quanto me foy Possivel pelo entreter Até me V. A. mandar Responder, diseme que se tornava a Barcelona e con qualquer Recado de V. A. se veria, mas por cima disto eu soube que elle se fora a hun dos do Conselho del Rey e começavão de lançar mão d'elle torney Apertar

que esperase Reposta de vosa Al. pela que deve ser servido de me Mandar Responder por este.

De Madril çerada a ix de mayo de 1562.

Fl. 46.

II

Uma esquadra de Carlos V no porto de Cascaes em 1524

No anno de 1524 ancorou no porto de Cascaes uma poderosa frota de 86 urcas, do comando do almirante Hildibrand de Emchura, a qual despertou pelo procedimento incorrecto da tripulação geraes clamores no povo da vila e no dos arredores. A esquadra pertencia ao imperador Carlos v e trazia a bordo gente de variadas nações do norte, que deveriam ser na maior parte flamengos, holandeses e alemães, povos que constituiam nominalmente o velho imperio alemão e que pelo tempo adiante vieram a formar potencias independentes.

As acusações de intemperança e rudeza lançadas contra aqueles homens eram geraes desde que houve contacto entre eles e portugueses, contacto que é tão remoto como a constituição do Estado em Portugal.

As queixas vindas da vila que pertencia aos Castros, senhores de Monsanto, obrigaram D. João III a tomar medidas excepcionaes ou pelo menos a ameaçar com essas mesmas os homens do norte.

Foram incumbidos da missão o governador da Relação e o védor da fazenda Nuno da Cunha que quatro anos depois iria governar a India deixando um nome illustre. Como interpretes mar-

charam o português Francisco Jacome, os mercadores flamengos João Abecudo e Joam Revelo, e os seus colegas alemães Jeronimo Seiler e Jorge Encuria. Este Jeronimo Seiler foi socio dos grandes potentados financeiros Welser, como o Dr. Haebler escreve na sua obra *Die überseeischer Unternehmungen Welser und ihrer Gesellschafter*, pg. 52 e segg.

A missão chegou á fala com os chefes dos turbulentos, de que possuímos os nomes de dez, suficientemente estropiados para eu os não poder restaurar.

O interprete, conseguindo fazer-se entender do almirante, que entretanto já havia prohibido a saída da sua gente a terra, admoestou-o em nome do rei de Portugal a reprimir os desmandos, lembrando-lhe a colera do imperador e as bombardas da torre do castello de Cascaes.

Ou porque o almirante já tivesse determinado como deviam ser as relações das duas partes ou porque as palavras dos mensageiros tivessem calado no animo dele, parece que as devastações terminaram.

Indubitavelmente as urcas estavam de passagem para a parte meridional e mediterranea de Espanha, mas apesar de pertencerem ao rei do país vizinho nada tinham com a administração deste.

O numero de cêrca de cem velas é importante, não me parecendo que no seculo xvi, apesar do desenvolvimento notavel da marinha portuguesa, podesse juntar esta um numero tão elevado de navios de alto bordo.

O nome de *urca* é germano e derivado do vocabulo *Hulke*.

A esquadra vinha das margens dos *Países-Baixos* e devia ser principalmente holandesa, pois a parte meridional da provincia, que é hoje chamada Belgica, prestava-se menos á navegação do que a septentrional.

Apesar da extensão das costas que constituem a moderna Allemanha, este país só nos ultimos trinta annos conseguiu formar uma esquadra que deve ser sensivelmente a segunda do globo. No seculo xvi não havia marinha imperial, a não ser que se considere como tal a que possuia a provincia referida.

A leitura do documento dará pormenores que eu omiti.

A situação de Cascaes convidava as armadas que faziam o percurso entre o Mediterraneo e o Mar do Norte a descançarem ali. Em 1545 uma esquadra francesa veio abastecer-se a Lisboa e nella embarcou o gramatico Fernão de Oliveira, varão que foi objecto de uma erudita memoria do nosso brilhante escritor sr. Lopes de Mendonça.

No seculo xv as galés de Veneza ancoravam repetidas vezes em Cascaes. Sabemos que em 1452 ali estiveram quatro galés, ás quaes o rei de Portugal mandou fartos abastecimentos, assim como dez annos depois ali estiveram algumas outras embarcações pertencentes á opulenta republica. O habito de enviar viveres ás esquadras estrangeiras representava certamente uma necessidade, o qual tinha por fim sanar os conflictos entre os moradores da terra e os adventicios.

Nas historias dos descobrimentos tambem lemos os reis gentilicos presentarem com regalos de boca os navegantes, que nem sempre estavam dispostos

a alargar os cordões da bolsa para satisfazer os seus desejos.

Documentos

I

Auto que se fez per mandado do gouernador sobre a jda que elle e Nuno da Cunha e o Corregedor foraão a Casquais.

Anno do nascimento de nosso Senhor Jhesu Christo de mjl e quynhentos e vimte e quatro anos aos vimte e cimquo dias do mes de Julho em esta cidade de lixboa, Estamdo ho gouernador Em suas pousadas lhe ffoy dada hũa carta del Rey noso senhor na quall amtre outras cousas que se nela comtinham vinha hũu capitollo em que lhe o dito Senhor mandava que loguo elle e Nuno da Cunha veador da sua ffazenda e o Corregedor Maracote ffosem a Cascais e hy mandasem chamar o almirante e mestres das vrcas que estam no porto davamte de Cascais e boamente lhes disese que ele Era emfformado de muitas pessoas dos agravos e sem Rezoões que a Jemte das ditas vrcas ffaziaão e que ele Era contente que as cousas do emperador cujos vasalos Eles erão em seu Regno ffosem tratadas e oulhadas como suas lhes Emcomendase que tivesem boni Regimento no sair e ffazer da dita Jemte de modo que se nom desmandasem nem ffezesem cousa que nom devesem e que todos os mantimentos que ouvesem mester lhes ffosem dados por seus dinheiros segundo se todo na dita carta e capitulo melhor conthem por bem do quall os ditos gouernador e Nuno da Cunha e Corregedor loguo ao outro dia ante manhan partirão e fforam ante de correr ha dita villa de Cascais levamdo comsyguo çertos alemaães e framenguos aqueles que mayores casas E ffazendas them e fazem nesta cidade. s. Jany abicudo framemguo e Jany Reuelo fframemguo e Jeronimo alemão e Jorge Emcurya alemão e francisco Jacome purtuges que ha sua lingoajem sabe e depois de chegados E apouentados os ditos senhores mamdaram aos ditos mercadores que ffosem chamar o dito allmirante e mestres e defeyto fforam e com Elles vierão Illobrant de Emchuisa allmirante de oytenta e seys vrcas o quall diserão ser de Olanda e com Ele vinhão Yllobrant o grande e Seyl de Hardemboch e Antonio mullocq e Dingson Corudlysz e Cornoles bontaort e Pycior fruyts e Clays Clopier e Jacome Gharart e Cornolys Baygart e outros muitos mestres e senhorios das outras vrcas os quaes todos ffaziaão e catavão hobidiencia ao dito almyrante e por ele se região e governavão

como pessoa principall na dita frota e sendo vindos ho dito governador e veador de fazenda e Corregedor os fizerão entrar dentro nos paços de dom Pedro de Crasto que são dentro no castello e Estando elles dentro asentados e com eles hos ditos mercadores que levavam Emtrarão dentro os ditos allmyrante e mestres e capitães e depois de asentado ho dito allmirante e allgūs dos outros mestres o dito governador pello dito francisco Jacome que pera lhe ffalar levava lhe fez dizer como elle e o dito Nuno da Cunha e Corregedor Erão ally vindos pera lhes ffazer saber como eles Erão emfformados que ha sua Jemte depois de no dito porto estarem tinha ffeito muito mall na dita villa e termo de derredor e que elle governador pello allmyrante e toda outra Jente que com Ele vinha serem vasalos do emperador a quem el Rey nosso senhor tanta Rezão e vontade tinha de contemtar e nom anojár tinha pasado e disymulado com isso parecendo lhe que elles se castigassem e emendasem o que elles nom quizerão ffazer mas antes cada vez perseveravão mais nisso e fazião mays mall pelo quall lhe emcomendavão que mandassem a sua Jente que se comedise e nom ffezese cousa descamdallo em nenhũa maneira que fose porque a Jente da terra nom Recebesse mays dano e perda da que Recebida tinha e se caso ffosse que mantimentos lhe ffalecessem que elles por seus dinheiros lhe mandarião dar todos os que ouesem mister como aos proprios naturais deste Regno pois pela dita Rezão dos senhorios se podião por elles contar lhes ffarião todo o mais comprimento asy disso como da Justiça que lhes necessario ffose sendo certos que fazendo o contrario e nom vedando sua Jente de modo que leixassem de fazer o que fazião que elle tornarya a isso e por Justiça os castigaria segundo merecessem e se ffazer se nelles nom podese que elle lhes ffaria todo o mall que podese asy com a artilheria da torre como com Jente por terra de que se seguyrya muito mall e escamdallo e a elles lhes pesaria bem disso porem que elles allmyrante e mestres darião diso comta ao emperador ou a quem devessem pois todo o dito mall se podia atribuyr a sua cullpa e que esto lhe Requerião da parte do dito senhor por que de todo avia de mandar ffazer autos publicos pera serem mostrados ao dito senhor e que elles devião oulhar por isto evidar sua Jente que nom fizesse mall nenhũu pera nom averem de vir a mayor mall o que todo o dito francisco Jacome em voz que todos ouirão dise ao dito allmirante e mestres ajudando lhe allgũas vezes a memoria o dito Jany abyqudo e depois de lho ter dito estando todos depemdurados da boca do dito allmirante pera que Responde Elle em lingoajem fframemguo Respon-

deo dizendo que a ele lhe pesava muyto do mall e nojo que pela dita Jemte na terra Era feito e que por esto vedar ele e sua jemte aviaão quinze dias que nom sayão flora das naaos e por jso nom sabia o que da outra jemte se fazia e que na frota avia Jemte de muitas naçõeens os quaes poderiam fazer o dito mall e todo se atribuyr a elles nom sabendo diso parte que por tanto pediam a elle governador que mandase prender qualquer deles que fizese allgũa cousa que nom devese e ho castigase ordinariamente segundo de-reito e que se pera iso ouese mister a elle que elle lhos premderia e mandaria presos pera neles ser emxecutado seu merecimento de culpa por que elle nom Era contemte de nenhum mall que elles fezesem por que avia muitos dias que estavam naquele porto pola contrariadade dos tempos e que segundo mostravam ajnda isto lhes duraria mais por homde tinhaão mais Rezão de contemtar a Jente da terra que anojaila pois dela tinham pera seus mantimentos necessidade, porem que elles dally por diante ouharião por elles e ffaryão de maneira com que nenhũu desmancho ffose ffeito pedindo pera isto ajuda de muitos por seus dinheiros o que ouvindo os ditos senhores pelo dito francisco Jacome por todos os ditos mestres nisto concordarem lhes diserão que lhes dysese que lhe agrada-rão muito sua boa vontade e Reposta e que de sua pessoa delle allmyrante confiavão ser aquillo asy como dezia que qualquer cousa que ouese mister de mantimentos o fizesse saber ao dito Nuno da Cunha e que elle hos proveria como necessario lhes fose com o quall e com as mais boas vontades que hũus a outros mostrarão se levamtarão e com os barretes nas maãos ficamdo em muita paaz e amizade se forão o dito allmirante e mestres sendo a todo esto presentes Antão lamprea e Ruy gomez esprivãees e bem asy os ditos mercadores que ho dito governador e nuno da cunha comsyguo levarão e Eu yoam de çisneiros taballiam que este auto por mandado do dito governador fiz ao pee do quall asynarão o dito Amtão lamprea e Ruy gomez e os ditos mercadores comiguo — *Antam lamprea — Rui Gomez — Yoam de cisneyros — Johani becuo — Johannes Reyveloyt — Jorge emcuria — francisquo Jacome 1524 — Jeronimo Sailer.*

Auto que ho governador manda a el Rey nosso Senhor o qual será dado ao seu secretayro.

Corpo Chronologico, Parte I, maço 31, doc. 40.

II

Ordenança que se soya dar aas galees de Veneza.

It. em xxbij dias de Julho era de mill

iiij^ol^oij anos vieram as gallees de Veneza a Cascaes e foy lhe dado em serviço de graça o que se segue.

It. lhe mandou dar el Rey. ij mill paaes aluos de Reall. s. a cada galee bc paaes. It. lhe mandou dar oyto t^os (tonees) de vinho encascados. s. a cada galee ij t^os de vinho. It. lhe mandou dar xij vacas a cada galee quatro vacas It. lhe mandou dar R. carneiros a cada galee x carneiros. It. lhe mandou lxxb baltas de fruta em que ouue biiij gygas grandes. s. a cada hūua galee ij gygas de fruta. It. lhe mandou dar cem quintaes de bizcoyto a todas quatro gallees.

E esto derom aas gallees anno de iiij^olxij segundo se mostra na Recadaçam de Diogo da Silva tesoureiro moor.

It. dous mill e quinhentos paaes E dez pipas de vinho encascado E cinquenta carneiros e dez vacas tirado per mym pedralvarez.

Chancelaria de D. Duarte, liv. 2, fl. 41.

PEDRO DE AZEVEDO.

HISTORIA LOCAL

Concelho de Lagos — Freguesia de Nossa Senhora da Luz



O povo da Luz, a O. de Lagos, está situado junto á espaçosa praia do mesmo nome e é séde de freguesia.

Li, algures, que a Luz foi desanexada da freguesia de Santa Maria de Lagos, no principio do seculo XVIII, constituindo então freguesia independente.

Em pastoral do bispo do Algarve D. Francisco Barreto 2.º, datada de 1673, ha referencia ao padre cura da Luz.

Nos termos de casamento, celebrados na igreja da Luz, até 2 de outubro de 1738, declararam os padres, que os assinaram, que eram curas da referida igreja; nos celebrados em 3 de novembro do dito anno, e de aí por deante, declararam que eram parocos da freguesia da Luz e que a sua igreja era parochial.

A freguesia da Luz confina:

A N. com a freguesia de Bensafrim, a S. com o mar, a E., começando n'um marco geodesico que existe no pequeno planalto de Santo Estevão, com a freguesia de Santa Maria e com a de S. Sebastião de Lagos e a O. com a freguesia de Budens.

No planalto de Santo Estevão, onde se encontra o referido marco geodesico, existiu, segundo a tradição, uma ermida dedicada ao dito santo.

Abandonada esta ermida foi edificada outra, de que ainda hoje ha vestigios, em terreno menos elevado.

Este pequeno planalto foi sempre frequentado pelas familias de Lagos, que, em cavalgatas e levando os seus farneis, iam, e vão, ali gosar o deslumbrante panorama que d'êle se descobre.

Indo de Lagos pela estrada de Atalaia e dobrando uma curva que existe no fim da mesma estrada, encontra-se uma grandiosa e singular perspetiva cheia de imprevisto, magestosa.

Essa perspetiva aumenta de imponencia ao dirigirmos os passos para o marco geodesico de Santo Estevão, junto do qual se torna quasi fantastica.

Alongando as vistas pelo horizonte depara-se-nos ao S. o mar — umas vezes espelho imenso, encantado, refletindo o azul do ceu, outras colerico, espumante, tentando despedaçar as rochas que o limitam ou sepultar vitimas no tumulto das suas profundezas.

O terreno ao longe a N. e O. em ondulações sucessivas que produzem uma vista em extremo agradavel, vae terminar n'um maciço dos imponentes montes da serra de Monchique, no Promontorio Sacro de Sagres, ou Vila do Infante, padrão em que os lacobrigenses rememoram o periodo aureo da historia Patria e a que para sempre estará colada a brilhante

pagina dos descobrimentos de novos mundos, escrita, em grande parte, por seus egregios avós.

Ao terminar o planalto do lado O. vê-se a nossos pés uma encosta, em que trepam verdes vinhas, a qual vae acabar em extenso e calmo vale de robusta e poderosa vegetação.

Nesse vale a cerejeira, a nespereira, a amendoeira, a figueira e outras arvores de muitas especies, amenizando os seus atractivos com o doce perfume das suas flores, tentam-nos a descer do planalto, por velha estrada que serpeia a dita encosta, a saborear os seus delicados frutos, a embriagar-nos com seus perfumes, a gosar as suas sombras e a descansar em alvas quintas, de caprichosas formas, que se divisam entre a sua garrida e repleta folhagem, variada na forma e sugestiva nos tons.

Na Luz encontram-se vestigios de uma povoação romana.

Nesse povo existiu, desde antiquissimos tempos, a industria da pesca da sardinha e do atum.

Tambem existiu ali a pesca da baleia, estabelecida no reinado de D. Affonso 3.^o ou de D. Diniz.

A praia da Luz, de Lagos, diz um nosso escritor, é uma das joias da costa algarvia.

A referida praia serve hoje de arraial a tres armações para a pesca de sardinha, as quaes acomodam 90 homens, cuja diaria regula entre 200 a 500 reis e, além d'isso, 10 % sobre o produto das mesmas armações, deduzido o imposto do pescado.

Duas fabricas existem junto á praia da Luz. Uma, construida em 1884, serve para preparar conserva de peixe em azeite — e outra, construida mais tarde, para salga de sardinha.

Estas fabricas pertencem á empresa industrial da Luz e acham-se, nas mesmas, empregados 20 soldados, 20 trabalhadores e 60 mulheres.

Não sei em que ano foi edificada a igreja da Luz.

A imagem de Nossa Senhora da Luz foi cativa dos mouros quando estes, frequentemente, infestavam a baía de Lagos.

Consta do exposto nas «Antiguidades da Luz», inéditas, do cura Vicente Benevides, datadas de 16 de maio de 1775:

Alguns velhos disseram ao cura Benevides que a imagem de Nossa Senhora da Luz tinha sido cativa dos mouros e que El-Rei, tendo-a resgatado, a enviára para a sua igreja e mandára então construir a fortaleza, ha pouco vendida a João Marreiros Netto, com o fim de evitar que os mouros novamente cativassem a imagem da Senhora.

A torre de vigia, que estava dentro da fortaleza, foi construida, segundo o mesmo cura, em 1624 e a muralha que cercava a igreja era devida ao capitão-general do reino do Algarve — o Conde de Ponteval.

N'esta muralha, tambem segundo o mesmo cura, existia uma inscrição em que se lia: «Sendo Governador d'este reino do Algarve o Conde de Ponteval, no anno de 1678, mandou fazer esta defensão á igreja de Nossa Senhora da Luz e reedificar esta fortaleza que se achava arruinada pela parte do mar.¹

Na capela-mór da igreja da Luz exis-

¹ A inscrição não podia ter a data de 1678.

Nuno da Cunha Ataide, Conde de Ponteval, exerceu duas vezes o cargo de governador capitão-general do reino do Algarve:

A primeira durante os anos de 1653 a 1655 e a segunda durante os anos de 1674 e 1675.

O Conde de Ponteval foi substituido no governo do Algarve por Simão Corrêa da Silva, Conde de Castanheira, que o exerceu em 1676 e em parte do ano de 1677.

Na outra parte d'este ano e em 1678 foi o cargo de governador capitão-general do reino do Algarve exercido por Manoel de Sousa e Castro — Conde de Castro.

D'aquí conclue-se que o cura Benevides não copiou devidamente a dita inscrição.

Seria a data d'ela — 1675?

Vide «Monographia de Lagos», pag. 122, 131 e 132.

tia uma faixa com algumas letras goticas, que o cura não sabia o que significavam.

Na cruz do zimbório da mesma igreja só se podia ler — 1521.

A paginas 21 da «*Monographia de Lagos*» digo que, em 25 de maio de 1805, um chaveco e uma fragata de mouros tinham tomado dois barcos de Olhão na baía de Lagos.

Hoje posso acrescentar ao exposto que entre os cativos, feitos pelos mouros, n'essa ocasião, se encontravam José Teixeira e sua mulher Tereza, avós de Duarte Antonio Teixeira, hoje morador na rua Lima Leitão, de Lagos, e José Brigadeiro.

Resgatados — voltaram eles a Lagos, trazendo Teixeira e mulher uma filha, que lhes nascêra em Argel, e a quem tinham dado o nome de Argelina.

A vasta praia da Luz é frequentada como estação de verão e balnear.

E' isso não só devido a ser linda a referida praia, privilegiado o seu clima e encantadores os seus arredores, mas tambem a não haver n'ela o luxo de muitas outras praias e ser ali a vida baratissima.

A povoação da Luz tem casino, com vasta sala de baile, restaurante, algumas mercearias e é servida, duas vezes ao dia, por um estafeta.

A' freguesia da Luz, que tem 2445 habitantes, pertencem as povoações de Espiche e de Almadena.

Estas duas povoações ficam a NO de Lagos e acham-se ligadas a esta cidade por uma estrada de macadame, de comprimento de 5982,^m construida pela camara municipal de Lagos em 1874.

Esta estrada, que custou ao municipio 7:773\$720 reis, passou, por decreto de 15 de março de 1877, a fazer parte da estrada nacional n.º 78, que tem o seu termo em Sagres.

No povo d'Espiche existe escola official para ensino das crianças de toda a freguesia da Luz.

Ha nele uma fonte, abundantissima d'agua, onde muitos dos habitantes de Lagos a mandam buscar para seu consumo, por ser de melhor qualidade do que a do Paul, que abastece d'agua potavel a dita cidade.

Ignoro quando foi edificada a capela d'Espiche; sei, unicamente, que foi re-edificada em 1885.

Em 15 de setembro de cada ano há uma importante feira no povo d'Espiche para venda de gado.

E' nesta feira que se fixa o preço por que os proprietarios do concelho de Lagos venderão a uva da colheita desse ano.

Neste povo teem aparecido instrumentos de pedra, potes de barro grosseiro mal cozido, sarcofagos, e, alem disso, argolas, fivelas de cinturão e outros artefactos de cobre macio, que se cortam a canivete.

Almadena — A esta povoação refere-se a carta de Lasaro Moreira Landeiro Corte Real, dirigida a fr. Manoel de S. José, em que descreve o terramoto de 1755, no concelho de Lagos.

Nesta carta diz o referido Corte Real: «Em Almadena, distante desta cidade (Lagos), duas leguas, descobriu o mar uma grande povoação, que o general d'este reino (D. Rodrigo Antonio de Noronha Menezes) foi ver e divisaram (sic) varios edificios e alguns de muita grandeza».

João Luiz Quintas, em 1895, ao plantar uma vinha no serro do Covão ou Atabueira, a um kilometro ao S. d'Almadena, encontrou uma necrópole, certamente pertencente á dita povoação, descoberta, como disse, pelo mar na ocasião do terramoto de 1755.

Essa necrópole era bastante extensa e na planura onde foi feita a plantação encontrou o referido Quintas algumas dezenas de sarcofagos, orientados N. S.

Um deles chamou-lhe, principalmente, a atenção, não só pela grandeza da loisa que o cobria como tambem porque esta tinha emendas coladas com betume.

Apesar das recomendações, feitas pelo Quintas, aos trabalhadores, estes, ao levantarem a mencionada loisa quebraram-a, mas pela parte não emendada.

Dentro deste sarcófago, em leito fabricado de calhaus argamassados, estava um esqueleto completo, que, dizem, tinha mais de dois metros de comprimento. A caveira descansava em almofada tumular e proximo desta encontraram-se cascas de lapas, mexilhões e busios que pareciam ha pouco ali colocadas.

Os outros sarcófagos, sem loisas e sem almofadas, tinham, como o primeiro, telhas que cobriam as caveiras e arcaboços dos esqueletos — e tambem cascas de marisco.

A plantação da vinha não foi feita em todo o campo mortuario; na encosta do serro referido ainda existem sarcófagos por explorar e ao passar-se por eles encontram-se muitos ossos á superficie da terra.

Aqui foi encontrado um machado de pedra.

Em 1881 teve logar a construção da estrada municipal n.º 104, que ligou directamente Lagos ao povo da Luz. Esta estrada, que começa no sitio do Escaravelho, tem 2:382,^m e custou 4:594\$000 reis.

Em 1874 a camara municipal de Lagos ligou directamente o povo da

Luz com o de Espiche, mandando construir a estrada n.º 105, que tem 1:674,^m e custou 3:241\$000 reis.

Em 1894 foi ligado o povo da Luz ao povo de Burgau, do concelho da Vila do Bispo, pela estrada n.º 135, que tem 4:284,^m e custou 991\$000 reis.

As referidas estradas atravessam os mais ferteis e arborizados campos do concelho de Lagos e poucos do Algarve os poderão exceder ou mesmo igualar na pujante vegetação.

Essas estradas são, porem, de inigualavel beleza, como todas do concelho, quando as amendoeiras, que as orlam, se vestem de brancas flores e com as suas petalas alfombram os pavimentos das mesmas estradas.

Não tenho côres para bosquejar, nem de leve, o quadro que as ditas estradas então apresentam, como não tive ao referir-me ao panorama que se desfruta do planalto de Santo Estevão; não lamento, porem, esse facto, porque este modesto trabalho não comportaria aguerridas galas em pormenores descriptivos, bastando nele chamar ligeiramente, como fiz, a atenção dos leitores para essas belezas que, realmente, existem nas mencionadas estradas e para as do panorama referido.

MANUEL JOÃO PAULO ROCHA.

SUBSIDIOS PARA O ESTUDO DO PALEOLITICO PORTUGUÊS

SOBRE TRÊS "COUPS-DE-POING,, DO CASAL DO MONTE E MOINHO DAS CRUZES

NA fig. 1 representa-se uma curiosa peça de silex amarello-claro. Toscamente lascada, tem os bordos muito retocados. A face



Fig. 1

não visível na figura é a superfície natural da pedra e na figurada observa-se também na parte central o *talon*. E' muito aguçada e foi colhida na estação

do Casal do Monte. Mede 0,^m09 de comprimento, 0,^m04 de largura e 0,^m03 de espessura.

O instrumento da fig. 2 é um bello *coup-de-poing* de silex castanho-escuro. Os bordos estão esplendidamente retocados, e a ponta bastante afilada tem também bastantes retoques. Na face que

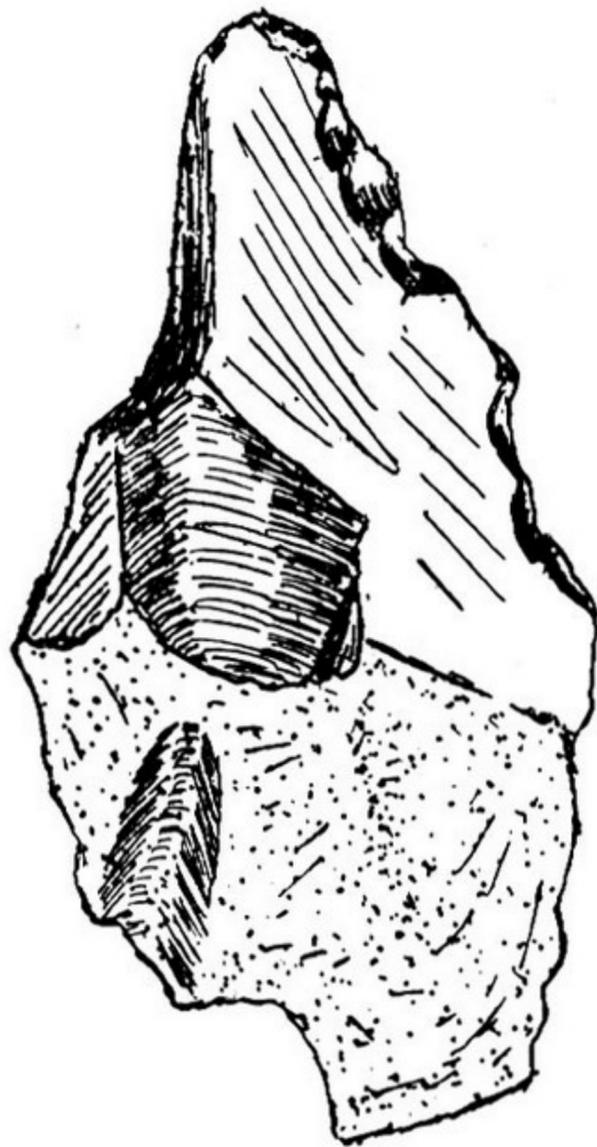


Fig. 2

se vê na figura tem na base uma porção por talhar (*talon*), a outra foi trabalhada a amplos golpes em toda a superfície. E' do Casal do Monte. Tem 0,^m09 de comprimento, 0,^m035 de largura e 0,^m03 de espessura.

O ultimo *coup-de-poing* dos aqui estudados (fig. 3) foi feito d'uma grande



Fig. 3

lasca de silex amarellado. A ponta, que é intensamente corada de vermelho, tem bellos retoques. Bastante afilada e encurvada, apresenta uma leve fractura na sua parte superior. Os bordos foram muito retocados. Na face inferior vê-se o bolbo de percursão, e a base é o plano. As dimensões d'esta peça são: 0,^m1 de comprimento, 0,^m035 de largura e 0,^m04 de espessura. Foi encontrado na estação do Moinho das Cruzes.

Estes três instrumentos, d'um mesmo typo, são fórmulas inéditas no paleolítico português.

Tem os bordos muito retocados e a ponta (muito afilada) é bastante contundente.

No livro *La Préhistoire* de G. et A. Mortillet, lê-se: « D'autres fois, au contraire, l'amande s'allonge en se rétrécissant jusqu'à être méconnaissable au premier abord et à prendre un faux air de poignard. »¹

Pertencem a esta categoria os *coups-de-poings* aqui figurados.

¹ Pag. 132.

VIDA SOCIAL

RELATORIO DA VIDA SCIENTIFICA E ADMINISTRATIVA NO ANNO DE 1911-1912

EX.^{MOS} CONSOCIOS:

Nos termos do art. 12.º do nosso estatuto, o Conselho de Direcção, em vigencia no anno de 1911-1912, vem por intermedio do seu secretario apresentar-vos o relatorio da vida social, scientifica e administrativa, no referido anno.

I

Foi esse anno o primeiro de vida regular da Sociedade, um anno de formação, em que a Sociedade, ainda sem installação propria, procurou recursos para o seu funcionamento, já grangeando socios, já organisando a sua revista, mas sempre tendo por fim o integral cumprimento do seu programma. Sabe este Conselho de Direcção que o ambicioso plano de trabalhos, que a Sociedade almeja, só no decurso de longo tempo se poderá realisar, e mediante um augmento de recursos gradual, ainda que lento, durante o qual se mantenha persistentemente uma mesma orientação.

Bibliotheca propria, conferencias e

leituras publicas, congressos e tantas outras formas de actividade social só se poderão conseguir com uma installação propria, condição indispensavel para os progressos da Sociedade.

Convencido dessa certeza, procurou o actual Conselho de Direcção, de accordo e societariamente com a Sociedade dos Bibliophilos Portugueses, organizar uma séde commum, o que se não obteve, apesar dos bons desejos de ambas as partes.

Voltando a pensar nesse primacial problema da nossa assistencia social, o Conselho de Direcção demissionario propôr-vos-ha outro meio, que será o do aluguer de uma ou duas salas a outra instituição congenere.

A parte do nosso estatuto, que cabalmente se cumpriu, foi a das sessões periodicas. Effectivamente, durante o anno findo, realisaram-se as 10 sessões ordinarias, correspondentes aos 10 meses do anno social, e 2 extraordinarias. A ordem nas extraordinarias foi a questão das bibliothecas e archivos religiosos.

Nessas doze sessões realisaram-se 15 communicações scientificas, a saber:

Dr. Silva Telles: «O Primeiro Congresso Internacional de Raças de Londres»;

Dr. Leite de Vasconcellos: «Sobre

uma inscrição tumular da Beira»; «Sobre dois nomes de deuses lusitanos»;

Pedro de Azevedo: «Um capitão português em Florença no seculo XVI»; «Destruição de livros»; «O porto franco da villa de Caminha no seculo XIV»; «O navegador português Pero Fernandes Queiroz»; «Braz Baião no Extremo Oriente em 1540»; «Noticia dum alchimista português em 1562»;

Joaquim Fontes: «A estação paleolithica do Casal da Serra»; «Um novo typo de instrumento da epoca paleolithica»;

Fidelino de Figueiredo: «Uma polemica camoneana no seculo XVII»; «Uma classificação de generos litterarios»; «Sobre terminologia de critica litteraria»; «A Critica Litteraria como Ciencia».

A forma externa de mais alcance da actividade social foi a propaganda, que a Sociedade levantou pela conservação das bibliothecas e archivos das corporações attingidas pela lei da separação do estado das igrejas. Foi do sr. Pedro de Azevedo a proposta inicial e sua foi tambem a redacção do projecto de medidas a adoptar, apresentado ao ministro da justiça, então o sr. Antonio Macieira.

Como o ministro, a quem foi entregue pessoalmente o projecto, não providenciase, por proposta do presidente, sr. dr. Silva Telles, a Sociedade fez publicar e distribuir um manifesto redigido pelo sr. Pedro de Azevedo. Foi esse manifesto distribuido por todas as escolas secundarias e superiores, pelos ministros, deputados e senadores, pelas sociedades congeneres e pela imprensa de Lisboa e parte do Porto. Todos os jornaes de Lisboa a elle fizeram extensas referencias de apoio ou o reproduziram.

Embora nunca se lograsse uma resolução official para assumpto tão importante e urgente, julga o Conselho de Direcção poder afirmar que á iniciativa da Sociedade se deve quanto fez, pois

que a Inspeção das Bibliothecas Eruditas e Archivos adoptou medidas, que inteiramente coincidem com as alvitadas no projecto. Por isso se resolveu officiar ao sr. Julio Dantas, digno inspector, cumprimentando-o pela forma por que tem exercido o seu cargo e convidando-o para socio. Ainda pelo mesmo motivo, fez o secretario inserir no «Diario de Noticias» de julho, a local que segue:

Sociedade Portuguesa de Estudos Historicos

A proposito das bibliothecas religiosas

Na sua ultima reunião, a Junta Consultiva das Bibliothecas e Archivos pronunciou-se pela conveniencia de fazer recolher no Arquivo Nacional todos os monumentos paleograficos anteriores a 1600. ¹ Esta proposta do inspector, sr. dr. Julio Dantas, bem como todas as medidas, por ele adotadas nesta materia, são exclusiva iniciativa desta Sociedade, onde o assunto foi primeiramente levantado pelo socio sr. Pedro de Azevedo, em 1911.

No § unico do art. 2.º do projecto, que apresentou ao sr. ministro da justiça do governo transacto e que foi reproduzido no manifesto de propaganda, claramente se propõe essa medida.

«§ unico. — Os cartularios tanto de pergaminho como de papel, bem como todos os pergaminhos avulsos datados até 1600, serão enviados para o Arquivo Nacional, ficando os restantes nos mesmos locais, onde se reunirem os livros e gravuras (Vide art. 1.º e seus §§).»

Além do apoio de varias colectividades, entre elas a Academia das Sciencias de Lisboa, que mandou delegados á sessão, em que esse projecto foi discutido, a Sociedade de Geografia, muito particularmente tem enviado esforços para que o assunto se resolva.

¹ Foi assim noticiada na imprensa esta resolução da junta:

A junta consultiva das Bibliothecas e Archivos pronunciou-se, sob proposta fundamentada do inspector das bibliothecas eruditas, pela conveniencia de fazer recolher no Arquivo Nacional todos os monumentos paleograficos anteriores a 1600, cuja posse, por determinação da comissão central de execução da lei de separação ou da comissão jurisdiccional dos bens das extintas congregações religiosas, reverta em deposito para as Bibliothecas e Archivos.

Oficiou n'esse sentido ao sr. ministro da justiça do governo transacto e ultimamente se recebeu na secretaria da Sociedade o seguinte officio:

Ex.^{mo} Sr. — Encarregou-me s. ex.^a o presidente d'esta sociedade, Dr. Bernardino Machado, de responder ao officio que v. ex.^a lhe dirigiu em 15 de maio p. p., no qual, em nome da Sociedade Portuguesa de Estudos Historicos, lhe solicitava que empregasse as suas diligencias no sentido de se levar a cabo a iniciativa d'essa Sociedade sobre a conservação das bibliotecas e arquivos eclesiasticos.

Para os devidos efeitos participo a v. ex.^a que o sr. dr. Bernardino Machado, particularmente recomendou o assunto ao Governo e ao Senado, sendo de presumir que no parlamento em breve se discuta o projecto apresentado a s. ex.^a, o ministro da justiça.

Saude e Fraternidade.

Lisboa, 29 de junho de 1912.

O secretario perpetuo,

(a) *Ernesto de Vasconcellos.*

A Sociedade vai renovar as suas instancias para que tão importante assunto seja resolvido.

Das informações que tem dos seus delegados provinciais, sabe como é urgente terminar desperdicios e destruições, que se estão dando.

O secretario,

(a) *Fidelino de Figueiredo.*

Por proposta do secretario, deliberou a Sociedade promover a traducção das obras latinas de Francisco Sanches e Antonio Gouvêa, do seculo xvi, para o que contava com os serviços gentilmente offerecidos pelos srs. prof. Teixeira Guedes e prof. Basilio de Vasconcellos. Ainda se não pôde realizar este seu designio, porque quanto ao primeiro levantaram-se duvidas acêrca da sua nacionalidade,¹ e do segundo ainda não foi possivel obter exemplares.

Diligenciou o Conselho de Direcção entabolar relações com as escolas supe-

riores e sociedades litterarias e scientificas nacionaes e estrangeiras, e conseguiu já cordeaes relações de permuta com as seguintes instituições e revistas:

Academia das Sciencias de Lisboa;
Academia de la Historia de Madrid (Real);

Academia Gallega (Real), Corunha;
Archivo Nacional da Torre do Tombo;
Associação dos Archeologos Portugueses;

Associação dos Regentes Agricolas;
Ave (O), revista de historia local (Santo Thyrsos);

Bibliotheca Nacional de Lisboa;
Bibliotheca da Universidade de Coimbra;

Bibliotheca Publica do Porto;
Camara Municipal de Lisboa;
Faculdade de Sciencias da Universidade do Porto;

Grupo « Studium » da Figueira da Foz;

Historical Society of Pensylvania;
Illustração Villacondense (Villa do Conde);

Instituto Historico do Rio de Janeiro;

Instituto Historico do Ceará;
Instituto Historico de Parahyba;
Limiana (Ponte do Lima);

Renascença Portuguesa (Porto);
Sociedade de Estudos Pedagogicos;
Sociedade de Geographia de Lisboa;
Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães;

Universidade de Coimbra, (*Revista*);
Universidade Livre, Lisboa;
Universidade de Manchester.

Foram apresentadas á Sociedade duas consultas technicas: do sr. Patrocínio Ribeiro, de Beja, pedindo informações sobre as fomes e epidemias occorridas em Portugal nos annos de 1482 a 1528; dos herdeiros do sr. Antonio Maria Judice da Costa, pedindo parecer sobre o manuscripto inedito do Diccionario historico, geographico, biographico, etc., do Algarve.

A' primeira respondeu-se immediata-

¹ O mesmo motivo levára o sr. dr. Ricardo Jorge a desistir de analogo intento, muito anteriormente á proposta referida.

mente, prestando os necessarios esclarecimentos, o socio, sr. Pedro de Azevedo; á segunda ainda se não respondeu, por se ter encerrado o anno social.¹

A organização da Bibliotheca social alguns passos deu tambem, porque a Sociedade possui já, por offerta, 240 volumes.²

A revista, a que se deu o titulo generico de «Revista de Historia», começou a sua publicação em 1912. Deu-se-lhe esse titulo, para com elle se tomar o compromisso de uma orientação e se frizar a novidade da publicação. Com effeito, o secretario, em quem se delegou a sua gerencia, entendeu que essa revista, órgão duma sociedade historica, deveria inserir principalmente estudos de caracter historico, taes como historia social, sciencias correlativas, critica litteraria, etc., mas não exclusivamente porque, desejando a Sociedade contribuir para o renovamento intellectual do paiz, não poderia confinar-se estritamente numa especialidade, mas, sem prejuizo da sua orientação principal, deveria abrir-se a todos os assumptos, que realisando o seu intuito, tivessem alguma afinidade com ella ou algum caracter nacional. Estabeleceu-se que fosse trimestral para prevenir a falta de original, provavel numa sociedade nascente, e para evitar, a todo o transe, atrasos na sua publicação, porque boa parte do seu exito dependerá da sua pontualidade.

Publicados tres numeros, em dia portanto, obtiveram um lisongeiro e benevolo acolhimento, já por parte do srs. socios, já por parte do publico intellectual. O numero de assignaturas de Portugal e estrangeiro, nas quaes se contam muitos estabelecimentos de instrucção, foi animador e tende a augmentar.

¹ Já foi elaborado o respectivo parecer e lido em sessão pelo mesmo socio.

² Este numero já subiu a 282.

Administrativamente, como não existiram as despesas maiores duma instalação e como a revista foi publicada por um editor, teve a Sociedade um anno desafogado. Pontuaes fôram os srs. socios, no pagamento das suas quotas, e zeloso e economico procurou ser este Conselho de Direcção na sua administração.

A receita geral, constituida exclusivamente pela cobrança de quotas, foi de reis:

Anno de 1911-1912 . . .	143\$450
Adiantadas de 1912-1913 . .	11\$250
	<hr/>
	154\$700
A despesa foi de reis. . .	50\$580
	<hr/>
Saldo, reis. . .	104\$020

Esta despesa está documentada devidamente.

A Sociedade conta actualmente 38 socios portuguezes e estrangeiros.¹

II

Finalmente o Secretario toma a liberdade de vos expor alguns alvitres sobre a orientação dos trabalhos da Sociedade, no anno que hoje se inaugura, alvitres nascidos da experiencia colhida no exercicio do seu cargo:

Instalação. E' indispensavel que quanto antes a Sociedade tenha uma séde propria, base forçosa da sua existencia e dos seus progressos. Sem ella, a Sociedade só existirá realmente nos breves tempos das suas sessões, porque, fóra dellas, os seus socios dispersos não poderão manter a unidade e cohesão que são necessarias. O Conselho de Direcção não poderá reunir, as relações entre os seus varios membros serão

¹ O numero actual é de 42.

diffíceis e morosas e, publicamente, a Sociedade pouco valimento poderá ter. A sua bibliotheca, na posse do secretario, não será utilizada pelos socios ou, para o ser, terá de se dispersar por emprestimo, o que não é de conveniencia. Julgamos, por estas razões, que no presente anno social deve ser este o problema principal a discutir e a procurar realisar e alvitramos como meio o aluguer de uma ou mais salas, de acesso independente, a uma collectividade congenera, que tenha a sua séde em ponto central da cidade. ¹

Estatuto. A experiencia mostrou que é conveniente rever o estatuto na parte de admissão de novos socios, tornando-a mais facil. O paragrapho appenso ao artigo 4.º, com a intenção de o attenuar, deve subsistir, mas o seu proposito não fica cumprido inteiramente. Seria conveniente, adoptando as medidas que se julgarem prudentes para evitar que o espirito e os intuitos da Sociedade se desnaturem, promover uma maior facilidade de entrada de novos socios.

Tambem o artigo 5.º precisa ser modificado, como nos ponderou o socio, sr. David Lopes, porque não é justo que os socios provinciaes e estrangeiros, que usufruem só algumas das vantagens dos socios residentes em Lisboa, hajam de satisfazer uma quota igual á destes. Poderá argumentar-se com a consideração de que a Sociedade não tem só por fim conceder vantagens aos seus membros, como se fosse uma mera associação de auxilio mutuo, mas sim incorporar esforços dispersos numa grande empresa commum, activar os estudos historicos e contribuir para o renovamento mental do paiz, e que neste ponto de vista, ella terá de pedir mais do que conceder.

¹ O Conselho de Direcção já está trabalhando por alcançar uma installação independente e condigna.

Todavia, lembrando ainda que qualquer redução que se adopte, sentir-se-ha na receita diminuta da Sociedade, propõe-se o assumpto, para que a assembléa resolva. ¹

Relações exteriores. Propõe-se a Sociedade contribuir para a ampliação do nosso ambiente scientifico, trazendo á discussão os modernos problemas das sciencias historicas e relacionando esse ambiente scientifico com as academias, sociedades e altas individualidades scientificas estrangeiras. Nesse sentido, o Conselho de Direcção envidou todos os seus esforços por encetar relações de permuta em Portugal e no estrangeiro, e actualmente ainda algumas diligencias vem empregando. O resultado obtido até hoje já vos foi exposto atraz, quando vos foi lida a lista das corporações, com que nos correspondemos. Nessa lista são manifestas as lacunas, tanto de Portugal, como de Espanha e do Brasil, de forma que poderemos dizer que os resultados obtidos foram inferiores aos esforços empregados.

Logo que a Sociedade se constituiu, expediram-se dezenas de circulares notificando a existencia da Sociedade; e para que as corporações destinatarias fossem elucidadas dos nossos propósitos enviava-se tambem a circular programma da commissão organisadora e o estatuto. Foram pouco numerosas as respostas.

Quando appareceram o 1.º e o 2.º numeros da revista, novamente se insistiu, e o resultado não foi mais animador.

Este facto indica-nos uma norma a seguir. Querendo organizar um meio scientifico, tudo nos assegura que esse meio scientifico, na Europa, só póde contar com os lusophilos, valiosos elementos, e com a Espanha, pois que o interesse é mutuo, tão íntimas as affini-

¹ Já foram alterados estes dois artigos do estatuto.

dades historicas e linguisticas, tão conjugados os destinos são. Bom serviço prestaria a Sociedade, contribuindo para solidarisar na enobrecedora lucta do pensamento os povos peninsulares. Apesar de limitrophes, a separação é profunda. Nas numerosas excursões de estudantes e professores ao estrangeiro, que a Espanha tem enviado nos ultimos annos, não se conta uma só a Portugal, onde tantos objectos de interesse reclamavam a attenção da sciencia espanhola.

Fóra da Europa, seria o Brasil o meio, com que nos deveriamos relacionar, como a Espanha busca avidamente a intimidade de relações com as republicas sul-americanas.

A viabilidade deste alvitre parece-nos assegurada pela vantagem que desta aproximação tirariam as varias partes, Portugal, Espanha, Brasil e os lusophilos, vantagens que é ocioso expôr perante a assemblêa, que sobejamente as reconhece.

Do norte da Europa, Portugal tem principalmente que receber e muito pouco a offerecer; nem os seus offercimentos são facilmente acceitaveis, porque não lhe é favoravel o consenso desses ambientes, como o francês, o inglês e o allemão, animados como estão dum certo scepticismo para com o seu trabalho. Vem esse scepticismo de que nem sempre o que no estrangeiro se exhibiu como representação da mentalidade portuguesa era animado da pun-donorosa gravidade, que lá fóra se exige no cultivo das sciencias, e ainda de circumstancias particulares, que não é opportuno memorar.

O desconhecimento da nossa lingua mais ainda difficultaria esse contacto.

Ha porém um assumpto que á Europa muito interessa e sobre o qual nós muito poderemos proporcionar-lhe: a historia das empresas maritimas e coloniaes.

Julgamos que a Sociedade deve con-

ferir a essa parte da historia nacional uma especialissima attenção, promovendo quanto possivel a publicação da grande quantidade de documentos ineditos sobre esse assumpto. A collaboração, inserta na revista, acêrca das descobertas e conquistas, poderia ser redigida em francês ou resumida, pelo menos, em francês, e os numeros, que a contivessem, deveriam ser divulgados com especial cuidado, no estrangeiro, junto das collectividades e individualidades, cujo interesse por tal assumpto fôr conhecido.

Ainda na mesma ordem de idéas, seria de conveniencia que na secção de bibliographia da revista, se registassem todas as obras estrangeiras sobre essa época da historia nacional. E numerosas e frequentes são ellas. E' imperdoavel que obras de vulgarisação, tão prestantes, como a do nosso consocio inglês, sr. K. G. Jayne, e obras, em que se propõem pontos de vista novos, como as do sr. Henry Vignaud e do sr. Beazley, passem despercebidas no paiz, a que especialmente interessam e a que se dirigem. E grande é o desaire para a erudição portuguesa, tendo á mão os repositorios de documentos, que desse facto resulta. Uma verba especial para aquisição dessas obras deveria ser consignada no nosso orçamento.

A affectuosidade do Brasil conseguir-se-hia, além de outros meios, pela publicação de documentos e de estudos sobre a sua historia.

Para cumprir este programma, para alcançar o necessario prestigio, que lhe garantisse exito, a Sociedade tem de se afirmar externamente de uma maneira efficaz e convincente. E essa affirmacão affigura-se-nos que bem poderia ser um largo exame á situação dos estudos historicos em Portugal, quer no seu aspecto educativo, no ensino secundario, quer no seu aspecto de especialidade, no ensino superior e no cultivo individual. Um inquerito ao ensino historico, organizado de accordo com a Sociedade

de Estudos Pedagogicos¹, e um congresso nacional de historia corresponderiam a esses dois aspectos. Para o primeiro é maxima a oportunidade, agora que uma commissão conclue o seu plano de reforma do ensino secundario; para o segundo aproxima-se a oportunidade, a comemoração de Ceuta e de Affonso de Albuquerque.

Propôs o presidente, sr. dr. Silva Telles, que a Sociedade representasse ao parlamento sobre a necessidade de desdobrar o ensino da historia nacional nas faculdades de letras, recém-creadas, estabelecendo uma cadeira sobre o seculo XVI; propuzemos nós que se estudasse o meio de reestabelecer o ensino do direito ecclesiastico, valioso subsidio para a investigação das relações do estado portuguez com a curia romana,

¹ Para este fim está nomeada uma commissão mixta, composta de dois delegados de cada Sociedade.

reestabelecimento como cadeira livre, ou breve curso annexo, facultativo.

Uma e outra vêm ao encontro das idéas expostas no presente relatorio.

Estas propostas poderão ser renovadas, para que se lhes dê seguimento.

Taes são, Ex.mos Consocios, os alvitre que a nossa boa vontade considera poderem constituir as bases da nossa actividade social, no anno de 1912-1913, que hoje se inaugura.

Bom será que a Sociedade não desista de exercer a acção que lhe cumpre, que é principalmente contribuir para a formação dum alicerce historico e nacional, em que se fundamente a reorganização do paiz, tarefa sagrada, em que todos nos empenhamos.

Lisboa, 25 de outubro de 1912.

O Secretario do Conselho de Direcção,

FIDELINO DE FIGUEIREDO.

FACTOS E NOTAS



ESPAÑA E A ALTA CULTURA INTELLECTUAL. — Tem-se falado em Portugal, nos ultimos tempos, com especial insistencia na criação dum ministerio de Instrucção Publica, por todos julgada opportuna. E nesse sentido apparecêram tres projectos no Parlamento, e na imprensa e nos altos centros politicos se indicaram nomes. E' innegavel essa opportunidade. Se só beneficios economicos hão de enraizar nos espiritos vulgares a idéa de Republica, só as convicções superiores, pela razão desinteressada, conseguirão a estabilidade perduradora das novas instituições. E essas convicções superiores só se obtém por um lento, continuo e progressivo trabalho através dos diferentes graus de ensino. Essa tarefa de democratização pelo ensino, de divulgação scientifica e de diffusão da cultura impende ao ministerio de instrucção publica, a criar, cuja necessidade todos confessam. Mas não é só o interesse particular das instituições, que aconselha a separação da gerencia da instrucção do mais politico dos ministerios, o interior, é tambem o interesse geral de organizar um systema adequado para exercer uma função propulsora da alta cultura intellectual, num paiz em que as sciencias e as artes não têm muitos cultores nem se encontram

num estado de desenvolvimento consolador.

Tem já a Espanha esse ministerio, e comprehende esse ministerio o papel que tem a cumprir, como á evidencia o demonstra a iniciativa, de que hoje vimos dar noticia. Reclama esta iniciativa a nossa attenção, porque se passa no paiz limitrophe e porque vem revelar mais uma vez que acima da Espanha official existe a Espanha culta, que nobremente collabora na grande obra da sciencia, na grande lucta pela verdade. E' tambem opportuno divulgar entre os leitores da *Revista* a grande iniciativa do ministerio de instrucção publica, porque não obstante ter havido ha pouco uma certa reserva nas relações diplomaticas com a Espanha official, vão para a Espanha culta todas as nossas sympathias e a nossa admiração, porque a sciencia não tem patria, porque é ella a mais nobre expressão do internacionalismo.

Tendo-se verificado em Espanha os resultados escassos das reformas da educação e havendo-se considerado nos exemplos e na experiencia de outros paizes, uma corrente de opinião se formou, que assentava sobre estes principios: todo o plano reformador abortará se não conta de antemão com um pessoal idoneo para o realisar; todo o

plano reformador se deve pôr em pratica com lentidão e continuidade, procurando-se sempre subtrahi-lo ás consequencias das oscillações politicas e ás paixões partidarias.

Foi o ministro de instrucção publica, D. Amalio Gimeno, quem fixou esta corrente, procurando, com apoio official, orientá-la para fins praticos, para a acção. A 22 de janeiro de 1907 — data já hoje notavel na historia intellectual da Espanha — um decreto creava a *Junta para ampliación de estudios e investigaciones scientificas*, á qual se attribuia um complexo programma de trabalhos, todos elles tendentes a auxiliar a formação dum novo pessoal docente, a auxiliar o actual no exercicio da sua missão, a proteger as investigações scientificas e a contribuir para formar um meio propicio, a fomentar as relações desse meio com o estrangeiro e a promover a fundação de instituições educativas para influir sobre a juventude escolar. Era, como se vê, todo um plano de renovamento intellectual.

A junta constituiu-se pouco depois da sua criação official, sob a presidencia da figura scientifica talvez mais prestigiosa da Espanha, D. Santiago Ramon y Cajal, e com o concurso de individualidades bem conhecidas em Portugal, como são D. Gumersindo de Azcarate, D. José Echeagaray, D. Amalio Gimeno, D. Eduardo de Hinojosa, D. Ramon Menendez Pidal, D. Marcellino Menendez y Pelayo, D. Julián Menendez y Pelayo, D. Vicente Santamaria de Paredes, D. Francisco Lopez Acebal, etc., no total 23 membros escolhidos sem preocupação de crença ou partido.

Como era forçoso, a criação da junta foi acompanhada duma dotação pecuniaria. Em 1907 era essa dotação de 300:000 pesetas, em 1908 foi accrescentada de 190:000, em 1909 e 1910 de 225:000 e no orçamento de 1911 foi consignada a quantia total de 775:500 pesetas, ou sejam 140:000 escudos, em moeda portuguesa.

Por que meios empregou a junta os seus esforços para realizar o seu vasto programma?

Dentro de Espanha, a junta tem buscado principalmente fomentar as investigações, aproveitar e agrupar as forças uteis em cada ordem de trabalhos, preparar o pessoal que ha-de ser enviado ao estrangeiro e fornecer ao que regressa os meios de trabalho necessarios. Para isso, criou o *Centro de Estudios Historicos* e o *Instituto Nacional de Ciencias Fisico-Naturales*, cujos trabalhos são immediatamente publicados pela *Junta*. Ao mesmo intuito obedecem as pensões individuaes para estudos, concedidas pela *Junta* e a aquisição de material e livros, difficilmente obteni-veis sem a protecção da *Junta*. Uma *Asociación de Laboratorios*, tambem criada pela *Junta*, concentra osapparelhos e todos os elementos dispersos por dependencias do Estado para os pôr á disposição dos investigadores.

Mas a sua acção tem-se tambem exercido no estrangeiro, aonde tem enviado pensionistas. Já desde 1901 a Espanha enviava pensionistas as estrangeiro, portanto já anteriormente á criação da *Junta*, em 1907; mas por influencias desta tornou-se essa saída de pensionistas mais frequente e a escolha dos enviados successivamente mais apurada e cuidadosa, através de ensaios differentes. Como se diz no opusculo publicado pelo Ministerio de Instrucção Publica, a «selecção das pessoas não depende já dum exame momentaneo e puramente intellectual, nem de um concurso de meritos officiaes, mas dum juizo para o qual concorrem complexas circumstancias individuaes de ordem scientifica e moral, de aptidão e vocação, e considerações objectivas de ordem social e pedagogica.» A pensão deixou de ser fixa, a sua duração depende das circumstancias especiaes de cada caso, como a quantia da pensão, e a materia, a epoca e os paizes são da escolha do pensionista, com sancção da *Junta*. Em continuas

relações com a *Junta*, o pensionista recebe instrucções, informações e facilidades e envia-lhe noticia dos seus trabalhos, integrando a sua actividade no plano da *Junta* e contribuindo, como elemento de propaganda, para as relações intellectuaes, que são tambem um dos fins da *Junta*. Aos Congressos internacionaes envia delegados, e aos paizes americanos, de lingua espanhola para o estudo de variados problemas; projecta a publicação de livros sobre a America e offerece aos estudantes hispano-americanos alguns lugares nos estabelecimentos scientificos de que a *Junta* dispõe na Espanha e no estrangeiro. Em janeiro de 1911, a *Junta* abriu a Escola espanhola em Roma para estudos historicos e archeologicos, e concentra na sua séde informação cuidada de toda a vida academica nos principaes centros escolares do mundo.

Completam esta vasta obra uma Residencia em Madrid, para onde as familias poderão enviar os seus filhos em condições de moral e hygiene, e com auxilios muito favoraveis aos seus estudos; e um Patronato de estudantes para facilitar a saída de pensionistas para o estrangeiro e organizar instituições de protecção á colonia escolar espanhola no estrangeiro, bem como auxiliar os professores e estudantes estrangeiros que accorram a Espanha.

Até á data da publicação do opusculo, cujo suggestivo conteúdo aqui expomos, por iniciativa da *Junta*, tinham sido enviados ao estrangeiro 170 pensionistas, entre professores e estudantes. Estas pensões tiveram duração muito variavel entre dois meses, das quaes houve 10, e mais dum anno, de que só houve 4. O maior numero foi de um anno, de que houve 65.

Os paizes, para os quaes foram enviados esses pensionistas, são os seguintes: França, 91; Alemanha, 65; Italia, 43, Belgica, 36; Inglaterra, 23; Suissa, 19; Austria, 10; Hollanda, 7; Estados Unidos, 3; Marrocos, 2; Russia, 2; Di-

namarca, 1; Noruega, 1; Monaco, 1; Ruménia, 1; Servia, 1; Bulgaria, 1; Bosnia, 1; Turquia, 1; Egypto, 1; Asia Menor, 1.

E' para notar com estranheza que Portugal, paiz vizinho, com tantas affinidades linguisticas e historicas, não tenha merecido á *Junta* a deferencia dum pensionista. Sem ter o legitimo orgulho nacional de affirmar que na sciencia portugueza houvesse que aprender para algum pensionista, affirmamos com certeza que muitos elementos se offereciam em Portugal de consideração para os estudiosos espanhoes. O Archivo Nacional encerra muita documentação de interesse para Espanha, ainda por publicar, e a nossa litteratura muito campo de estudo offerece á critica comparativa.

Estas pensões tiveram os seguintes objectos de estudo: Direito, 21; Medicina, hygiene e veterinaria, 19; sciencias exactas physicas e naturaes, 22; engenharia e ensino technico, 7; sociologia, economia e finanças, 21; bellas artes e artes industriaes, 19; philosophia e psychologia, 8; historia e geographia, 14; pedagogia e ensino primario, 26; philologia e litteratura, 8; commercio, 5.

A parte que se refere ao Centro de Estudos Historicos, porque é sobremaneira interessante para os socios e assignantes da *Revista* e porque era difficil resumir esse capitulo, já na redacção espanhola muito conciso, reproduzimo-la integralmente:

— «A sua criação foi proposta pela junta no 1.º de agosto de 1907 e levada a cabo pelo decreto real de 18 de março de 1910, referendado pelo sr. Conde de Romanones. Segundo este decreto real, o Centro de Estudos Historicos é encarregado especialmente:

1.º De investigar as fontes, preparando a publicação de edições criticas de documentos ineditos ou defeituosamente publicados (como chronicas, obras litterarias, cartularios, foraes, etc.), glos-

sarios, monographias, obras philosophicas, historicas, litterarias, philologicas, artisticas e archeologicas.

2.º De organizar missões scientificas, excavações e explorações para o estudo de monumentos, documentos, dialectos, folklore, instituições sociaes e, em geral, quanto possa ser fonte de conhecimento historico.

3.º De iniciar nos methodos de investigação a um reduzido numero de alumnos, fazendo que estes tomem parte, quanto seja possivel, nas tarefas acima enumeradas, para o qual organizará trabalhos especiaes de gabinete.

4.º De se pôr em comunicação com os pensionistas que, no estrangeiro ou dentro de Espanha, façam estudos historicos, para lhes prestar auxilio e recolher ao mesmo tempo as suas iniciativas e preparar, aos que se encontrem em condições, trabalho e meios para que prosigam os seus trabalhos, quando regressarem.

5.º De formar uma Bibliotheca para os estudos historicos e restabelecer relações e troca com analogos centros scientificos estrangeiros.»

O Centro conseguiu installar-se no Palacio de Bibliothecas e Museus, utilizando parte do local occupado pelo Museu de Sciencias Naturaes. A comunicação immediata com a Bibliotheca Nacional e com o Archivo Historico suppõe grande economia de tempo e grande material de estudo.

Além da sala geral de leitura e dos depositos de livros, começou o Centro a organizar gabinetes especiaes de trabalho, aonde se levam os livros, os manuscriptos, mappas, collecções de photographias e os demais elementos, de que cada assumpto necessita. Ha tambem em formação uma pequena officina auxiliar de photographia. Convidou a junta para dirigir os trabalhos nas diferentes secções aos srs. D. Rafael Altamira, D. Miguel Asia, D. Joaquim Costa, D. Manuel Gomez Moreno, D. Eduardo de Hinojosa, D. Marcellino

Menendez y Pelayo, D. Ramon Menendez Pidal y D. Julian Ribera.

A enfermidade do sr. Costa impediu-o de emprehender os seus trabalhos, e a sua morte privou a *Junta* e a cultura patria duma força por muito tempo insubstituivel.

Eis os trabalhos annunciados e o resumo do trabalho realizado durante o primeiro anno:

« *Secção 1.ª — Instituições sociaes e politicas de Leão e Castella*, sob a direcção de D. Eduardo Hinojosa. Edição da collecção critica de diplomas publicos e privados dos seculos IX ao XII.

Nesta secção se hão escolhido e copiado no Archivo Historico e Nacional os materiaes ineditos de maior interesse que alli se conservam. Fez-se a exploração methodica dos cartularios e documentos soltos procedentes das igrejas e mosteiros de Leão e Castella (cartularios de Celanova, Sobrado, Sahagun, os da Ordem de Santiago, em Leão e Castella, Aguilar de Campáo, Santa Maria del Puerto, os dois da igreja de Toledo, etc.; documentos soltos das collecções de Celanova, Sobrado, Sabagun, Aguilar de Campáo, os sete tomos de pergaminhos da igreja de Lugo, os de Melon, Samos, Osera, Meira, San Marcos de Leon, Carvajal, Sandoval, Oña, etc.); os alumnos copiaram não só os documentos que tinham de ser incluidos na publicação, mas muitos outros, que podem servir para os illustrar e que offerecem material scientifico para os exercicios praticos; fez-se a analyse dos documentos e a selecção dos mais typicos entre a massa consideravel dos revistos, e depois de elaborados os materiaes assim reunidos, pôde-se começar a publicação, que comprehenderá não sómente documentos ineditos mas tambem outros publicados já, a maior parte delles em collecções pouco accessiveis. Uma introducção historica e as notas darão idéa da importancia e do conteúdo dos documentos.

No curso proximo trabalhar-se-ha nesta Secção sobre as instituições juridicas e politicas visigothicas, desde a invasão até meados do seculo XIII.

Secção 2.^a — Trabalhos sobre arte medieval espanhola, sob a direcção de D. Manuel Gomez Moreno.

O programma anunciado em abril comprehendia:

Preliminares: Arte asturiana cordovesa e toledana na alta idade média. Architectura leonesa no seculo X. Codices, marfins, bronzes, marmores, etc., com caracter mosarabe. Degeneração no seculo XI. Sobrevivencias. Renascimento artistico, estranho ao influxo francês, no tempo de Fernando I. O elemento indigena entre os estylos imitados de França. Architectura de ladrilho em Castella. Arte mourisca.

Começou a preparação dos trabalhos em Madrid, recolhendo dados dos edificios pre-romanticos christãos de Espanha, revendo o que havia escripto acêrca da materia e apontando as analogias entre a arte espanhola e a oriental na idade média primitiva, as caracteristicas da arte cordovesa do califado e as da arte mourisca em Castella.

Seguidamente, emprehendeu-se a excursão, que começou por Toledo, estudando todos os edificios anteriores ao periodo ogival; depois as comarcas de Valladolid, Valencia, Leão e Orense, visitando todas as suas igrejas, attribuidas á primeira parte da idade média; e logo a Pontevedra, Santiago de Compostela, Coruña e muitos outros pontos da Galliza. Continuou nas Asturias, onde se acharam muitas obras pre-romanticas mal conhecidas; explorou-se logo a provincia de Santander, e terminou com a visita da Cogolla e S. João da Peña, dedicando a ultima parte do verão a revelar chapas photographicas e a desenvolver planos e secções dos edificios visitados. Reuniram-se os materiaes em tres grupos: arte wisigothica, arte asturiana e arte mosarabe,

sendo este ultimo o mais completo, interessante e desconhecido.

Desde outubro que se começou a preparação de monographias illustradas de 30 igrejas e vestigios de obras estudadas durante o verão, e explorações complementares em Zamora, Soria, Portugal, Extremadura e Andaluzia.

Os primeiros meses foram occupados em traçar perspectivas isometricas e desenhos dos edificios mosarabes explorados. Em dezembro organisou-se a excursão á Extremadura e Andaluzia; mas convidado entretanto o Centro a prestar o seu concurso para a Exposição archeologica de Roma, decidiu-se abeirar o estudo das nossas ruinas e peças de arte classica mais importantes.

Com effeito, obteve-se uma grande collecção de photographias, na sua maior parte ineditas, cujas ampliações, juntamente com as reproducções em gesso que se mandaram fazer em crecido numero, um plano da Espanha romana e outro de Numancia, para os quaes prestou o seu concurso D. José R. Mellida, e algumas outras reproducções, figuram actualmente na dita exposição. Redigiu-se um catalogo desta remessa, cuja parte principal illustrada se publicará brevemente, e ficam por completar os estudos sobre architectura hispano-romana.

Reatando os trabalhos do curso, foram-se preparando monographias das igrejas mosarabes, com as illustrações correspondentes, a fim de imprimir um repertorio completo das mesmas. Será esse o trabalho primordial do anno proximo.

Secção 3.^a — Origens da lingua espanhola, sob a direcção de D. Ramon Menendez Pidal. Estudos philologicos dos primeiros monumentos da lingua nos diversos dialectos leonês, castelhano e aragonês, para a publicação de uma Chrestomathia do espanhol antigo.

Os trabalhos em Madrid consistiram principalmente na selecção critica e copia de documentos diplomaticos existentes no Archivo Historico Nacional.

Era preciso reunir amostras sufficientes de diplomas redigidos em todas as regiões da Espanha e, como no citado Archivo ha algumas lacunas consideraveis, faltando documentos de Andaluzia, Extremadura, Salamanca, Segarbe, etc., teve de se proceder á sua busca por meio de photographias pedidas aos Archivos dessas regiões. Em Burgos e Huesca, por causa da importancia especial destes centros, foram enviadas missões especiaes, que foram fecundas de resultados. O fructo desses trabalhos foi achar documentos dos seculos XI e XII e primeiras decadas do XIII em quantidade que se não esperava, visto acreditar-se geralmente que os diplomas em romance só abundavam desde o tempo de S. Fernando (1230).

Sobresahem pelo seu interesse varios documentos em letra gothica do seculo XI, procedentes de Leon, Oña, Huesca, etc., e as pazes de Cabrerias entre Affonso VIII e Affonso IX, das quaes se teve a fortuna de achar um novo texto no Archivo da Corôa de Aragão, que completa o mutilado da cathedral de Leão, unico que Risco conheceu para a edição que desse tratado de pazes deu na « España Sagrada ».

A estes primitivos documentos se accrescentaram outros dos seculos XIV e XV, que permittiram estudar a lingua diplomatica durante toda a idade média.

No total, recolheram-se uns 700 diplomas de interesse linguistico, copiados segundo as exigencias da philologia, os quaes se publicarão em dois volumes, cuja impressão já está a correr.

Tambem se trabalhou sobre textos litterarios, especialmente sobre o Auto dos Reis Magos, as Glosas Silenses, o Arcipreste de Hita, o Rimado de Palacio, os discursos politicos do rei Martin de Aragon e as obras de Juan del Encina.

Fez-se ainda uma excursão philologica ás provincias que formavam o antigo reino de Leão, distribuindo o territorio

entre o professor e quatro alumnos, fazendo cada um a sua exploração particular, e acompanhando o professor a cada um delles durante uma parte do campo que a cada fôra reservado. Com os dados recolhidos puderam-se fazer as delimitações phoneticas de mais interesse, ficando quasi preparado para a publicação um mappa linguistico do antigo reino leonês.

Secção 4.^a — Estudos sobre Frei Iuiz de Leon, sob a direcção de D. Marcelino Menendez y Pelayo. Edição critica, commentario e analyse litteraria das suas obras poeticas.

Nesta secção o professor ainda não pôde dar começo aos seus trabalhos.

Secção 5.^a — Methodologia da historia: trabalhos de seminario, sob a direcção de D. Rafael Altamira. Formação dum plano de investigações e um programma de ensino da historia da Espanha no seculo XIX.

O trabalho desta secção foi o seguinte:

a) Trabalhos communs de investigação, methodologia e critica sobre livros geraes e monographicos de Historia contemporanea; bibliographia desta Historia; ordenação de verbetes; determinação de documentos e archivos que se deveriam aproveitar; discussão dos trabalhos realizados pelos alumnos da Secção no estudo dos seus respectivos themas, e exame das principaes questões relacionadas com o ensino da historia espanhola, a partir do seculo XIX, nas escolas e institutos.

b) Trabalhos especiaes monographicos, feitos sob a direcção do professor, por varios alumnos da secção sobre os seguintes themas: Os afrancesados na Andaluzia; Zamora no tempo da guerra da Independencia; Fernando XII em Valencia; recepção que lhe fez a cidade e preparação dum golpe de estado (1813); A idéa de tolerancia na legislação e nos costumes dos primeiros annos do seculo XIX; Pedagogos espanhoes do começo do seculo XIX; As constituições politi-

cas da Espanha. Em relação com estes temas, fizeram-se investigações documentaes no Archivo Historico Nacional, Deposito de Guerra, Bibliothecas do Palacio, Nacional, do Senado, do Congresso, da Academia da Historia, da Faculdade de Philosophia e Letras, etc., e alguns archivos particulares. Realisaram ainda excursões a Cordova, Sevilha e Segovia alguns dos alumnos para buscar e estudar, nos archivos officiaes e particulares das principaes povoações e no de Guerra de Segovia, documentos indispensaveis para o conhecimento dos temas que se tinham proposto estudar.

Destes trabalhos resultará a publicação de algumas das monographias referidas, que se consideram já em condições para serem impressas e que conterão documentos ineditos.

Secção 6.^a — Investigação das fontes para a historia da Philosophia arabe espanhola, sob a direcção de D. Miguel Asin y Palacios. — A Logica — Edição critica do tratado de Abentumlús de Alcira (Seculos, XII e XIII), segundo o codice unico, numero 649 da Bibliotheca do Escorial.

Secção 7.^a — Investigação das fontes para o estudo das Instituições sociaes da Espanha muçulmana, sob a direcção de D. Julian Ribera. Instituições juridicas. Extracto de textos interessantes, especialmente da obra Actas notariaes, de Elfihri de Alpuente, codice unico (seculo XII) da Bibliotheca da Junta.

Como trabalho de preparação philologica e paleographica, necessaria para a tarefa que estas duas secções se propunham realizar, julgaram os professores conveniente reuni-las e emprehender em commum o exame e catalogação devida dos manuscriptos arabes e aljamiados que a Junta tinha adquirido da collecção de D. Pablo Gil. Essa tarefa prévia familiarisou os alumnos com os multiplos problemas que surgem em todas as catalogações de manuscriptos: decifrar palavras duvidosas ou obscuras; interpretar vozes e phrases techni-

cas; identificar manuscriptos acephalos ou incompletos; descobrir o auctor de obras anonymas, etc., o que implica o uso contínuo não só dos dictionarios geraes, mas dos especiaes de vozes technicas, repertorios biographicos, bibliographicos, etc. Os manuscriptos aljamiados de assumptos religiosos e juridicos, familiarisaram tambem os alumnos com a vida, crenças e costumes dos muçulmanos espanhoes.

O resultado da tarefa realisada é o catalogo da collecção precedido duma introduccão critica, que se está imprimindo.»

Taes foram os trabalhos do Centro de Estudos Historicos, que até á data deste relatorio havia publicado 8 volumes e preparava 6. Na nossa secção de *Bibliographia* se noticia um desses volumes.

Pela exposição extensa que fizemos do conteúdo do relatorio publicado pelo ministerio de Instrucção Publica, se vê que alta comprehensão tiveram os seus titulares do papel que lhes incumbia e que obra magnifica e bella produz a coordenação disciplinada de muitos esforços. Será este movimento, quasi febril, tão complexo e tão ancioso elle é, um impulso de occasião, que se abaterá no desalento rapido, que prejudica todas as grandes empresas peninsulares? E' impossivel formular conjecturas, mas a persistencia, em que se empenham todos os cultores da alta sciencia, a protecção do Estado, perseverante e unitaria na fôrma e no proposito, a excellencia dos resultados obtidos deixam-nos a crença de que a *Junta para Ampliacion de Estudios* marca uma era nova na historia da Espanha culta, porque iniciou a renovação intellectual desse paiz.

Para Portugal, no momento actual, em que a iniciativa particular tanto se deve manifestar, este exemplo é dum alto ensinamento, principalmente no ideal que anima essa vasta iniciativa,

um ideal de patriotismo e de humanidade, que é grato enaltecer com o respeito e a admiração que todas as grandes obras inspiram.

Para os intellectuaes portuguezes, este exemplo não vale pela probidade scientifica e rigor de methodo que se observam nas investigações emprenhadas; numerosos são os portuguezes que com superior competencia se dão a varios ramos da sciencia; vale principalmente pela prova concludente de que todos os esforços multiplicam a sua productividade, quando sábiamente coordenados numa concepção geral, num plano em que todos se empenham, a dentro das suas especialidades, animados pelo mesmo sentimento.

E quanto de sentimento, quanto de patriotismo, quanto de solidariedade humana, ha na obra superiormente bella da *Junta para Ampliacion de Estudios*.

O seu iniciador, o ministro D. Amalio Gimeno, e o seu presidente, o sabio Ramon y Cajal, bem merecem as homenagens da nossa admiração.—*F. F.*

VIDA SOCIAL — É do theor seguinte a resposta aos herdeiros do sr. Antonio Maria Judice da Costa, que solicitaram o parecer da Sociedade sobre um manuscripto inedito de seu pae:

«Li cuidadosamente a letra A do *Diccionario biographico, estatistico, geographico, genealogico e topographico da provincia do Algarve, por Antonio Maria Judice da Costa*, que foi escrito em 1906.

Encontrei nelle accumulada grande soma de noticias que fazem honra aos conhecimentos do autor e que são provenientes de variada leitura e aguda observação. Sou, porém, de parecer que alguns dos artigos poderiam ser omittidos sem prejuizo porque em nada se referem á região e se encontram facilmente em publicações de especialidades.

Assim o modo de obter acido oxalico, as significações dos termos *adua, adail,*

adiantado, alcaide, almeitiga, etc., deveriam ser retiradas do prelo.

Outro tanto se aplica a noticias arabes, umas infundadas, outras menos conformes aos factos, que o auctor do *Diccionario* acolheu tendo-os encontrado em publicações muito recommendadas e lidas, mas que a sciencia moderna, menos brilhante mas mais exacta, repudia quasi por completo. Tambem a ortografia desses nomes não está conforme com a transcrição tradicional, ultimamente systematizada com brilho pelo nosso consocio David Lopes.

Entendo que a publicação do *Diccionario*, depois de expurgado destas inconveniencias, prestará grandes serviços aos estudiosos nos pontos em que se refere ao onomastico, aos nomes de plantas, aves e peixes que menciona, além de collocar na mão dos que se consagram a trabalhos intellectuaes um pronto repositorio de assuntos algarvios.

Para a historia, ainda que haja aqui pouca investigação original, é de muito valor que se faça a publicação.

Eis o que me compete dizer sobre esta obra, de que tive ao meu dispôr a primeira letra do alfabeto.—*P. de A.*

CONGRESSO PREHISTORICO DE FRANÇA — Realisou-se de 18 a 24 d'agosto findo a VIII sessão do Congresso Prehistorico de França, na cidade d'Angoulême, sob a presidencia do Dr. Henri Martin.

Foi importantissima esta sessão, não só pela qualidade e quantidade de memorias apresentadas mas tambem por se encontrarem entre os congressistas alguns dos grandes sabios francêses e estrangeiros, como: Mortillet, Cartailhac, Martin, Chauvet, Viré, Baudouin, Rutot, etc.

As questões propostas pelo comité eram:

- a) prehistoria do quaternario medio;
- b) cobre no Charente;
- c) subterraneos-refugios do O. da França.

A sessão inaugural teve logar a 18, no theatro d'Angoulême.

Os dias 19, 20 e 21 consagraram-se a apresentações, communicações e discussões scientificas.

De 22 a 29 realisaram-se as grandes excursões do Congresso.

Este occupou-se sobretudo do paleolitico. Não só foram apresentadas bastantes memorias sobre este assumpto mas tambem foram visitadas muitas estações deste periodo.

Pela minha parte apresentei um pequeno estudo sobre o paleolitico portugûes: *Note sur le Moustérien au Portugal*.

Os silices portugûeses despertaram interesse por constituirem novidade e foram tidos como mosterianos.

Depois da sessão da tarde do dia 19 começaram as excursões. Pequenas excursões de 19 a 21 e de 22 a 24 as grandes excursões.

Eis o que de mais importante visitou o Congresso:

Angoulême — muros romanos e poli-dôres do Hotel de Ville (19); cathedral e antiguidades da cidade (20).

Saint-Amant-de-Boixe — egreja romana (22).

Vervant — pilar de dolmen com um cajado insculpturado (22).

Foret-de-Boixe — dolmens com pilares trabalhados e com gravuras (22).

Fontenille — dolmen com gravura de um machado neolitico (22).

Les Bouchauds — poço funerario gallo-romano e theatro romano (22).

Graves — bella estação paleolitica onde os congressistas puderam colher silices (22).

Rochebertier — a celebre gruta do Placard; typo de superposição (23).

Teyjat — gruta com lindissimas gravuras magdelianas, hoje propriedade do Estado. Foi exposta aos congressistas a riquissima collecção colhida aqui (23).

Le Peyrat — visita ao laboratorio do

Dr. Martin que gentilmente mostrou ao Congresso a sua collecção de La Quina bem como uma reproducção de gesso do craneo por elle ali descoberto. (24).

La Quina — estação paleolitica importantissima. Bellissimo exemplo de exploração methodica do Dr. Martin, que demonstrou ao Congresso o descobrimento do esqueleto fossil de 1911 (24).

Acabada a excursão do dia 24, voltaram os excursionistas a Angoulême, onde na Place de l'Hotel de Ville se fez a deslocação do Congresso.

Ainda que independente do Congresso, realisou-se a 24 e 25 com alguns dos membros d'este, sob a direcção do sr. Viré, presidenté da *Société Prehistorique Française*, uma excursão aos Eyzies, ao celebre valle da Vézère, onde, como se sabe, se encontram as classicas estações do Moustier, Magdeleine, La Micoque, Laugerie basse, Laugerie intermédiaire, Laugerie Haute, Lausel e Ferrassie. Foi permittido gentilmente aos excursionistas fazer colheita de silices e ossos.

CONGRESSO INTERNACIONAL D'ANTHROPOLOGIA E ARCHEOLOGIA PREHISTORICAS. Sessão XIV — De 9 a 15 de setembro realisou-se este anno em Genebra a XIV sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Archeologia Prehistoricas, sob a presidencia do sr. E. Pittard.

As questões geraes propostas pelo Comité foram as seguintes:

1. Chronologia dos tempos quaternarios.
2. Raças fosseis da Europa.
3. Classificação dos Hominidae actuaes.
4. Documentos novos sobre a arte quaternaria.
5. Até que ponto os resultados chronologicos obtidos pelas observações stratigraphicas para um territorio de civilização determinada se podem applicar a

outros territorios apresentando phenomenos analogos de civilisação?

6. Restos das raças prehistoricas na Asia e na America.

7. Ha uma correlação genetica entre as épocas da pedra da Europa e Asia?

8. Os pygmeus prehistoricos e actuaes.

9. Os «primitivos» actualmente vivos.

10. As relações mediterraneas entre a Africa e a Europa nos tempos prehistoricos.

11. Repartição geographica dos descobrimentos azilianos.

12. Determinar a época ou épocas ás quaes remonte a fabricação dos objectos de pedra talhada e da pedra polida na Africa intertropical; indicar a repartição geographica destes objectos e os traços de fabricação actual de objectos semelhantes nas mesmas regiões.

13. Terminologia e classificação dos vasos neolíticos ornamentados.

14. Da utilidade e da extensão das construcções lacustres nos tempos passados e no presente.

15. Como acabaram as palafittas da Suissa.

16. Indicar as estações nas quaes se tem recolhido barro com ornamentos geometros gravados anteriores á época gallo-romana.

17. Relações entre a Italia e a Eu-

ropa ao norte dos Alpes durante a edade de bronze.

18. Origem e emprego do ferro.

19. Procurar por que vias commerciaes chegaram á Europa central e á Gallia oriental diversos productos industriaes de proveniencia hellenica nas épocas de Hallstadt e la Tène.

20. Limites geographicos orientaes da civilisação de la Tène.

21. Estudo comparativo dos signaes symbolicos gravados sobre monumentos ou objectos dos tempos prehistoricos.

22. Pedras com «bassins, écuelles, cupules». Sua origem, significação e destinos.

23. Unificação das medidas anthropologicas (continuação do trabalho começado em Monaco). Unificação da nomenclatura.

A 8 realisou-se a abertura solemne do Congresso, sob a presidencia de S. Ex.^a o presidente da Confederação Suissa, sr. Forrer.

De 16, dia do encerramento do Congresso, a 20, realisou-se uma viagem archeologica aos pontos da Suissa mais interessantes pelo lado prehistorico.

Os outros dias foram consagrados ás apresentações, communicações e discussões scientificas, excepto a 12, em que foi offerecido aos Congressistas um passeio á volta do lago de Lemán, almoçando-se no castello de Chillon e jantando-se a bordo. — J. F.

BIBLIOGRAPHIA

Junta para ampliación de estudios e investigaciones científicas. Centro de estudios históricos. ¹ *Manuscritos árabes y aljamiados de la biblioteca de la Junta. Noticia y extractos por los alumnos de la sección árabe, bajo la dirección de J. Ribera y M. Asín. Madrid, 1912, XXIX-320 pag., e 18 facsimiles.*

Como se vê do título, é obra feita por alumnos de arabe, sob a direcção dos seus professores. A collecção de manuscritos assim estudada contem 101 codices ou maços de documentos, e foi adquirida pelo Estado em 1910 para a Junta em questão, a um particular de Saragoça. Todos appareceram em 1884 em Almonacid de la Sierra, no Aragão, numa casa antiga em obras, escondidos no sobrado.

Estes codices e papeis são uns em arabe, outros em aljâmia (em castelhano com caracteres arabes). De todos os codices e papeis se dá um estudo detido e a sua catalogação, dos primeiros pelos alumnos, dos ultimos, por muito difficeis no estado em que se acham, pelos professores; e alguns dos documentos, escritos em caracteres latinos, pelo romanista sr. Navarro Thomás.

¹ Sobre esta *Junta e Centro de estudos históricos* veja-se o artigo que a seu respeito se publica neste numero da REVISTA DE HISTORIA, pag. 263.

Não é rica esta collecção. E' formada na maior parte d'ella por livros devotos, textos alcoranicos e liturgicos, sermonarios, etc. Como, porem, a collecção é a livraria de uma familia mourisca de Aragão, pode por ella fazer-se idea da vida religiosa, costumes, lingua, superstições etc., dos mouriscos aragoneses, e esse estudo fazem-no os srs. Ribera e Asín no prefacio.

Os manuscritos mais importantes da collecção são dois codices arabes, exemplares unicos, copias dos seculos XII e XIII, isto é os formularios de actas notariaes e judiciaes escritos para uso dos notarios e juizes muçulmanos da Peninsula. Estão incompletos e mal conservados, mas são preciosos para o estudo de algumas instituições juridicas dos muçulmanos peninsulares. Estes formularios conteem as formulas mais frequentes na sua applicação a casos ordinarios; citam-se nelles tambem costumes juridicos especiaes das regiões a que eram destinados. E tantos elementos forneceu para o estudo das instituições muçulmanas da Peninsula que o sr. Ribera annuncia sobre ellas trabalho especial.

Quanto aos codices e documentos em aljâmia são na sua maioria do seculo XVI, mas ha alguns dos seculos XV e XVII. De alguns já tinhamos noticia por

estudo especial de Eduardo Saavedra; e alguns extractos tinham também sido publicados pelos srs. Ribera e Pablo Gil. Os mouriscos aragoneses traduziram para castelhano e não para aragonês; o castelhano é a sua língua litteraria, mas elles fallavam o aragonês, porque a obra mais antiga em aljâmia destinada ao povo mourisco é do seculo XIV (o *Poema de Yúsuf*, publicado pelo sr. Menéndez Pidal) e está cheia de aragonesismos. Estas traducções do arabe faziam-se porque a maioria do povo mourisco não o comprehendia bem; e os srs. Ribera e Asin concluem com razão que no Aragão nunca o arabe foi lingua familiar. Porque o esqueceriam se anteriormente o fallavam e os mouriscos d'outras regiões, os valencianos e os granadinos, o falaram até á sua expulsão, pois se compuzeram em arabe obras especiaes para os converter ao christianismo? As traducções aljamiadas feitas pelos mouriscos aragoneses denotam em regra que elles sabem mal o arabe: essas traducções «são peores que as peores dos peores arabistas actuaes», dizem os auctores do prefacio. Na propria collecção se acha um codice que confirma este juizo, é a obra do mancebo de Arévalo, bastante instruido, auctor da *Tafçira*, ou compendio de materias religiosas muçulmanas, obra muito interessante para o conhecimento da historia e crenças dos mouriscos nos ultimos tempos, e na qual elle mostra entender pouco bem o arabe litterario.

Em appendice dá-se uma noticia dos manuscritos aljamiados da bibliotheca dos Padres Escolapios de Saragoça, que teem a mesma procedencia que os anteriores.

Esta obra contem também uma serie de indices de auctores, de titulos de obras citadas, de nomes de logar, em caracteres arabes e latinos, e um glossario de vocabulos arabes transcritos nos textos em aljâmia.

Finalmente, insere 18 facsimiles de

paginas dos manuscritos mais antigos ou mais curiosos. — *D. L.*

IBSEN — Araripe Junior, ed. do Porto, 1912, vol. de 315 pgs.

Este livro de critica litteraria é, no conjuncto, uma bôa obra. Araripe Junior, o já fallecido escriptor brasileiro, do qual por emquanto conhecemos só este trabalho, revela-se-nos um ser para quem o pensamento devia ter constituído uma nobre necessidade. O seu livro mantem-se no dominio do espirito, impessoal; e isso distingue-o logo de tantos outros, egualmente de critica, escriptos na nossa lingua, e que umas vezes constam de encomios individuaes, e outras de indelicadezas de tracto pessoal.

O livro *Ibsen* é formado de uns poucos de capitulos que o A. foi publicando em épochas successivas, no espaço de quatorze annos. Começou o A. por estudar o espirito da tragedia de Eschylo, seguindo por Dante, Shakespeare, o sentimento tragico do seculo XIX e terminando por expôr amplamente o seu conceito sobre Ibsen e sobre a psychologia do respectivo sentimento dramatico.

O A. mostra que possuia uma clara comprehensão do espirito da tragedia, e é de notar, a este respeito, a analogia de alguns dos seus pontos de vista, aliás fundamentados, com os de Nietsche, que cita bastante.

A' medida que vamos lendo os capitulos da obra, vemos que os conceitos do A. vão adquirindo em seu desenvolvimento maior solidez e penetração, e se, nos trabalhos iniciaes, se encontram realmente pontos em que a critica possue ingenuidade, a seguir, principalmente no estudo do proprio Ibsen, ha de facto manifestadas as faculdades de um verdadeiro critico; é sereno e profundo na visão, desprendido de preconceitos e pequenas intenções.

Araripe Junior era também um erudito; encantam algumas das suas pas-

sagens em que a erudição está aliada a um sentido intellectualmente especulativo.

Consignando que em uma ou outra interpretação discordamos do A., não vindo comtudo a proposito explanar estas divergencias, affirmamos finalmente que se alliam a satisfação com que lemos esta obra e o sentimento de tristeza que nos inspira a actual falta de Araripe Junior na literatura brasileira e na cultura da nossa lingua. — H. V.

M. Borges Grainha, Historia da Maçonaria em Portugal. 1735-1912. (Contendo noticias historicas sobre a Carbonaria, a Ordem de S. Miguel da Ala, a Formação do Partido Republicano e o Restabelecimento das Congregações Religiosas e a sua Reexpulsão). 1912. 224 pag. in-8.º

O estudo da Maçonaria em Portugal apenas se nos impõe pelo lado historico, porque, apesar da sua longa existencia demonstrada no país já por occasião da promulgação da bulla de 1738, a sua importancia civilizatoria foi quasi sempre escassa. Tomou nos hombros a empreza de historiar a Sociedade o professor do liceu Borges Grainha, pertencente a uma velha familia de clientes da Companhia de Jesus, da qual elle proprio se divorciou retumbantemente com um trabalho publicado em 1891.¹ Apesar das suas encarniçadas campanhas contra o clericalismo, o autor conserva-se ainda hoje numa situação secundaria, posto que privilegiada pela dispensa de exercicio profissional. A publicação foi por certo amparada pela Maçonaria, pois que é de pouco custo não obstante comportar algumas reproducções zinco-graphicas.

O autor é humanista e a leitura do trabalho confirma nesta opinião o lei-

tor, que não encontra na obra referencias ás sciencias naturaes e acha singular uma certa insistencia no quasi culto da natureza: «A Maçonaria tende evidentemente a educar os adeptos na compreensão scientifica da natureza; as suas festas são nos solsticios (Natal e S. João); nelas se devem celebrar os efeitos do sol na vegetação terrestre e na vida de todos os seres», diz a pg. 15. A pg. 201 lê-se: «A Festa da Arvore que se tem procurado radicar no país, com o fim de chamar a atenção das crianças e do povo para a utilidade do arvoredado e da agricultura, foi tambem introduzida em Portugal por maçons.» O culto da natureza é, porém, uma sobrevivencia das idéas filosoficas do sec. XVIII.

Encontro na obra sete definições ou fins da Maçonaria, algumas das quaes reproduzo por sua ordem. A pg. 15: «Chamar a atenção do homem para o estudo das sciencias, das artes, da moral e da solidariedade humana é o primeiro artigo de todas as Constituições maçonicas.» A pg. 19: «A base da Maçonaria era, e é, a libertação do espirito, a não sujeição a dogmas que se não discutem nem provam, e o seguimento, não de crenças sem base, mas de principios que a sciencia demonstrar.» A pg. 106 diz-se que o verdadeiro campo da Maçonaria portugueza «é apenas o da elevação do espirito social sobre a tolerancia dos partidos politicos e confissões religiosas.» O espirito revolucionario do progresso é o lema da Maçonaria, diz-se a pg. 217.

Tambem são seus themes o exercicio da beneficencia, trabalhar pela instrução e encaminhar a sciencia.

E' curiosa a lista das frases sobre a liberdade usadas por B. G. que eu coligi no volume e que é a seguinte: libertação dos espiritos, espirito livre de preconceitos, liberdade de discussão, espirito de liberdade, não sujeição a dogmas, espirito liberal, livre critica, libertação mental, fogo da libertação, reinado do espirito de liberdade, liber-

¹ A pgs. 29, 163, 202, B. G. insiste na educação não religiosa da criança, o que evidentemente serve para justificar o seu procedimento, no que aliás ninguém o deve censurar.

dade de agir em sentido progressivo, escola de liberdade.

A base primordial da Maçonaria é, porém, a beneficencia, sendo a esta necessidade social que ella deveu a sua criação em Inglaterra, pois só no continente é que ella tomou a feição politica que a caracteriza. E' preciosa a confissão de B. G. sobre os manejos secretos da Maçonaria que está encerrada a pg. 162: «E quando não tem o poder na mão procura *por todas as formas* levar os governantes a executar o seu plano ou pelo menos *excitar o povo* a odiar essas Congregações e a fugir dellas.»

E' por certo neste ponto que B. G. encontra semelhança entre a Maçonaria e a Companhia de Jesus, como diz a pg. 9: «O que se dá com a Maçonaria dá-se igualmente com a sua adversaria, a *Companhia de Jesus...*»

Alexandre Herculano nunca pertenceu á Maçonaria, não obstante todo o seu labor ter sido de combate ao ultramontanismo, e parece mesmo que pouco sympathizava com a associação, pois as referencias que lhe faz são acres. A' franqueza do historiador repugnavam as linhas tortuosas da Maçonaria e as ambições dos seus membros.

Parece-me tambem que raros homens de sciencia, isto é, dos que têm originalidade scientifica e que são bem poucos entre nós, tenham frequentado as *lojas* da instituição.

Actualmente em Portugal o empenho da Sociedade é quebrar a hierarchia catolica e colocar o clero na dependencia do Estado.

B. G. cita numerosas desintelligencias entre os socios da Maçonaria e queixa-se da politica de baixo joio nella seguida. Esta inferioridade de vistas provém do meio e a cada passo se nos revela; a propria Companhia de Jesus apesar de cincoenta annos de existencia no seculo XIX em Portugal não póde mostrar um homem de talento regular.

Quanto ao misterio de que ella se cêrca, a historia e a ethnografia ensinam-

nos que em todas as épocas e em todos os povos houve sociedades que occultavam aos olhos profanos os seus ritos e as suas resoluções. Em Angola os bannanecas «teem varias associações ou seitas misteriosas, distinguindo-se os filiaados por tatuagens e amuletos.»¹ O mesmo succede entre os vachipungos.² Um estado, porém, dominado por associações secretas, é um estado dominado por irresponsaveis e por homens de pouca capacidade intelectual.

Em virtude da origem estrangeira da Sociedade, debatem-se nela duas correntes, a nacional e a cosmopolita.

Assim, por ocasião da invasão francêsa, segundo diz B. G. apoiando-se nas memorias contemporaneas, «em algumas *lojas* começou mesmo a manifestar-se entusiasmo patriotico contra os invasores, fazendo-se saudes ao Principe Regente e ao exercito portuguez do Norte e do Sul» (pg. 62). «Do que fica exposto se conclue que nos tres annos das invasões francêsas, de 1807 a 1810, os maçons portuguezes, em virtude do seu energico e acrisolado patriotismo, sofreram graves incómodos apesar de serem tambem maçons os comandantes do exercito e o proprio Napoleão Bonaparte, seu chefe supremo.» (Pg. 65).

Todavia, B. G., no capitulo que tem por titulo *O que a Maçonaria deve ser actualmente em Portugal*, capitulo com que encerra a obra, diz: «A Maçonaria, segundo as bases universais da sua constituição cosmopolita, deve ser uma escola de progresso, de liberdade e de fraternidade humana.» (Pag. 220).

Não procuro saber qual destas correntes tem a supremacia na Sociedade, só observo que as mesmas correntes se encontram no catolicismo e que o maximo defeito assacado á Companhia de

¹ João de Almeida, *O sul d'Angola*, pg. 70.

² Id., pg. 306.

de Jesus consiste no seu cosmopolitismo.

Entrarei agora na historia da Sociedade.

B. G. e os escritores de que elle se socorre apresentam João Custon, lapidario suiso, preso em Lisboa em 1743, como o primeiro maçon documentalmente demonstrado em Portugal. Conforme apontamentos que tenho, já em 1738 havia um gremio maçónico, mas esse estudo ficará para outra ocasião.

Os primeiros maçons portuguezes e por certo inofensivos foram descobertos em 1770 na ilha da Madeira e parece que o seu aparecimento não deu causa a perseguições. De 1778 data a perseguição metódica da Sociedade, empreza dirigida por Pina Manique e que naturalmente fracassou porque as raizes estavam fóra de Portugal e portanto dos seus estadistas de curto alcance. Quando os francezes entraram em 1807 em Lisboa uma deputação da maçonaria portugueza foi cumprimentar o general em chefe, não sendo censurados porque todas as classes sociaes disputavam então os favores de Junot. Como, porém, os maçons portuguezes pelas suas ideias naturalmente tivessem mais convivencia com os estrangeiros do que as outras classes, succedeu que depois da primeira invasão foram asperamente perseguidos e considerados como maus patriotas.¹ Para encobrir este passo os actuaes maçons nunca se esquecem como boa tactica de pôr em relevo a retirada ou fuga da familia real para o Brasil e as pastoraes favoraveis aos francezes emanadas dos bispos portuguezes.

Em 1817 foi descoberta uma conspiração contra o governo, em virtude da qual o general Gomes Freire de An-

drade, antigo official do exercito francez, pagou com a vida a sua audacia, continuando os inglezes senhores do poder, até que a revolução de 1820, essencialmente maçónica, estalou. Durante tres anos governaram o país as associações secretas, sem que as camarilhas palacianas ousassem tentar qualquer aventura séria, como por fim tentaram, sendo coroada de bom resultado e sentindo-lhe os naturaes effeitos a Maçonaria. De 1823 a 1834 a situação dos maçons em Portugal era tão intoleravel que se deve crer que poucos haveria dentro do país.

Em 1833 D. Pedro IV, que foi o primeiro principe portuguez maçon, desembarcou em Portugal á testa de um exercito formado de diversas nacionalidades e dentro em poucos meses todo o país, de retinto absolutista que era e como se tinha manifestado entusiasticamente, se converteu ao sistema representativo... Ficou de novo a Maçonaria no poder, mas como os que a compunham não possuíam senão ideias mesquinhos e egoistas, e como a sua illustração era apenas sumaria e verbosa, dentro em breve desavieram-se, lutando pelo mando dentro e fóra da sociedade, a tal ponto que nos fins da sec. XIX e começo do presente a sociedade estava justamente desacreditada.

Por espirito de imitação por ocasião dos successos de 1848 e 1871 e como agora pela da separação da Igreja do Estado em França, alguns maçons tinham avançado em direcções muito radicais; sem que a sua propaganda deixasse de ser academica.

Como B. G. á medida que se vae aproximando dos acontecimentos recentes se torna cada vez mais reservado e parcial, no que vou dizer afasto-me consideravelmente das suas afirmações.

Em 1890, como em 1817, a Inglaterra provoca o sentimento nacional, mas não a intelligencia nem a actividade, e dahi resultou a revolta do Porto de 31 de janeiro de 1891, que foi um sinal da revivescencia do individualismo em Por-

¹ O official da armada João Brás d'Oliveira publicou em 1807 a *Gazeta d'Almada*, que era um panfleto que saía em Lisboa por ocasião da primeira invasão franceza. Nela são bastante maltratados os maçons.

tugal. Os ultimos acontecimentos, bem como a indignação contra a Inglaterra, tinham sido preparados pela Sociedade, ou por grande numero de filiados nela. Vendo os revolucionarios que o tema inglês era perigoso de tratar pelas consequencias que adviriam ao paiz e ao sistema que tratassem de estabelecer¹ a sua agitação aquietou até que surgiu um novo tema na questão dos *adiantamentos*. O espirito demagogico revestiu-se de apparencias socialistas para sublevar as inteligencias pelos meios talvez já empregados na aurora do cristianismo. Surgiu então a revolta de 5 de outubro, em virtude da qual se decretou um novo sistema politico, ao qual em breve o numero de adhesões excedeu todos os limites. Todavia como o espaço de dois anos não é sufficiente para avaliar um regimen, todos os juizos que se façam sobre ele serão prematuros.

O nome profano da Maçonaria portuguesa é o de *Gremio Lusitano*, que é tambem a denominação official da rua onde ela tem a séde. Foi constituido em 1869.

Ao lado da Maçonaria e como filial constituiu-se em 1896 uma outra agremiação mais popular e combativa, sem grandes preocupações doutrinarias e perfeitamente adequada ao nivel intellectual dos socios que eram recrutados na mocidade escolar, nos pequenos empregados do commercio, nos officiaes subalternos, nos operarios e nos soldados e que tinham por chefes a maçons. Um dos iniciadores desta *Carbonaria* e a quem B. G. rende demasiados elogios foi Luz Almeida, estudante e terceiro-conservador das bibliotecas municipaes de Lisboa.

A mudança do regimen deve-se mais a esta associação secreta do que á Ma-

çonaria, posto que esta andasse ao facto de todos os trabalhos; e por certo sem ela os trabalhos dos maçons Bombarda e Candido dos Reis não teriam dado fruto, nem tão pouco por meio dos que nela se filiaram com a mira em recompensas posteriormente á Revolução, se teriam consolidado as novas instituições.

O apelo ás forças sociaes levou de vencida a mediocre aristocracia de sangue, de dinheiro e de intelligencia quando tentaram reagir loucamente e mantem ainda em terror injustificado os indifferentes ou independentes.

B. G. consagra o capitulo XIV á Ordem de São Miguel da Ala, uma inofensiva associação secreta de base miguelista que nunca se notabilizou nem popularizou e que parece só ter alcançado alguns meios para as gastos do pretendente D. Miguel. A sua influencia historica foi nula. A sua menção, ainda que curiosa, não passa de inutil.

Terminada a apresentação da obra de B. G. ela necessita por certo que eu enuncie o meu juizo sobre o seu valor. O meu juizo é absoluto, pois a *Historia da Maçonaria em Portugal* é a primeira obra completa sobre o assunto.

Não contém novidades, nem apresenta bem nitido o desenvolvimento, de modo a poder o leitor apreender a actividade da Sociedade durante o seculo e meio de existencia que conta; todavia para quem ignora as intenções e a actividade da Maçonaria tem ali uma obra que o pode elucidar na materia, cuidando só de se não deixar embalar com a má interpretação do liberalismo, nem com a do livre exame apregoados nela. — (P. A.)

Vasço da Gama and his successors. 1460-1580. Por K. G. Jayne. Londres 1910. 8.º de XIX — 325 pags.

¹ A calma que reina agora em França nas suas relações com a Inglaterra, por virtude da *entente* tambem cooperou nisto.

Quando o Michelet lusitano, Oliveira Martins, declarou que a historia de Portugal era essencialmente epica, pen-

sava evidentemente nas navegações e conquistas ás quaes o pequeno reino deve o seu lugar na historia universal, e sobretudo no descobrimento do caminho maritimo para a India e na fundação do Imperio Asiatico. — Os motivos preponderantes que levavam os portuguezes a estas emprezas magnas foram a ambição de espalhar o christianismo e de estender o commercio. Nos dirigentes predominavam no principio os ideaes do missionario, nos dirigidos a ancia do lucro material. — O espirito scientifico inspirava os homens de eleição, taes como o iniciador das viagens systematicas, o Infante D. Henrique, e a ultima grande personagem da epopeia, D. João de Castro, e poucos mais.

Nunca a curiosidade intellectual distinguuiu este povo, com quanto alguns individuos a possuissem em alto gráo.

Fazendo de Vasco da Gama¹ a figura central dos *Lusiadas* embora o «peito illustre Lusitano» seja o verdadeiro heroe, Camões quiz incarnar nelle o genio d'uma raça de Cruzados e navegantes, e enquanto o poeta cantava os altos feitos dos seus compatriotas até as vespers da jornada da Africa, os grandes chronistas, Barros e Couto, Castanheda e Correa, referiam a mesma historia em prosa. Mas nenhum destes escriptores poude abranger o periodo todo e falta-nos até agora uma narrativa seguida e adequada da aventura ultramarina que começou em 1415 e acabou quando os Holandezes e Inglezes penetraram no Oriente, destruindo o monopolio commercial de Portugal.

Abundam as fontes impressas, mas muita materia ainda resta inedita. Com respeito ao dominio no norte de Africa

¹ Para o Snr. Jayne Vasco Gama é um verdadeiro typo do character nacional no seculo xvi, no que tinha de bom e de máo, pois a par da sua coragem, lealdade e soffrimento mostrava a ferocidade, a arrogancia e a ostentação vaidosa.

a Academia das Sciencias de Lisboa, a fim de celebrar o quinto centenario da tomada de Ceuta, tenciona publicar uma copia de documentos até agora quasi desconhecidos. Com respeito á India é sabido que existem na Torre do Tombo e em Paris, entre outras preciosidades, a correspondencia epistolar trocada entre El-Rei D. João III e D. João de Castro, á espera d'um publicador. Se a *Sociedade de Estudos Historicos* se abalançasse a editar estas cartas, prestaria um optimo serviço á historia patria.

Como indicam o titulo e prefacio, o Snr. Jayne só pretende esboçar as vidas e os feitos dos homens mais illustres dos seculos xv e xvi, mas com effeito dá uma relação quasi consecutiva das viagens e das conquistas até 1548.

Os successos posteriores vem tratados com menos minucia, mas o auctor completa o quadro com os capitulos sobre o Judaismo, o Humanismo, e a Igreja. Descreve pormenorizadamente a maravilhosa obra evangelisadora de S. Francisco Xavier, consagra largo espaço á vida de Camões e fecha o volume com a expedição de 1578 que intula «a ultimo Cruzada». O Snr. Jayne mostra ter as qualidades precisas a um historiador, leitura extensa, criterio seguro, exactidão notavel e um estylo claro e sobrio. Retrata bem e diz muito em poucas palavras. As taboas chronologicas e a lista das auctoridades são utilissimas, as vinte illustrações bem reproduzidas; no fim vem um indice de doze paginas.

Quando Camões alcunhou de «mais que humanos»¹ os esforços dos Portuguezes pouco exaggerou e mal se pode dizer que ultrapassou a verdade ao dizer «que se mais mundo houvera, lá chegara.»

Planearam-se as primeiras expedições com o maior cuidado, mas foram a

¹ *Lusiadas* II 55.

confiança em si próprios e uma audácia sem limites que deram aos invasores a victoria. Estas qualidades asseguravam-lhes um tão grande prestigio que o seu dominio subsistiu já quando o seu poder effectivo tinha quasi deixado de existir. O Theatino D. Antonio Spinola que residia na India depois de 1640 regista que diziam os Turcos e os Mouros que só [os portuguezes] podiam trazer barbas no rosto, porque só estes eram homens.¹

Mas embora tivessem a valentia dos heroes e uma artilharia superior, e embora as divisões entre os seus inimigos os auxiliassem, nunca os Portuguezes teriam conseguido senhoriar o Oriente se não possuíssem nos primeiros annos dois homens notabilissimos, D. Francisco de Almeida e Affonso de Albuquerque. Aquelle percebeu que o commercio dependia do dominio do mar, este viu que tal dominio devia ter por base pontos de apoio terrestres e pela tomada de Goa, Ormuz e Malaca, as chaves da Asia, chegou a ter mão no trafego maritimo da India, da Persia e do Extremo Oriente.

Albuquerque eguala os maiores genios pela audácia e largueza de vistas, e pela attenção ás minucias de que defende o exito das grandes empresas. Foi tão habil organisador e administrador como feliz general.

A decadencia do poder portuguez era inevitavel. Um paiz de dois milhões de habitantes não podia por muito tempo sustentar um imperio mais dilatado que o de Roma.

O esgotamento era enorme,² devido ás guerras continuas, ás pestes e aos

¹ *Cordel Triplicado de Amor*, pag. 592. O auctor fundou o Convento dos Caetanos de Lisboa.

² A falta de braços tornou necessaria a importação dos escravos negros e estes misturando-se com a população branca foram a causa principal da degeneração moral e intellectual da raça. Esta é a opinião do Snr. Jayne, com que concordo.

riscos da navegação. Como peça justificativa a *Historia Tragico Maritima* serve de appendice ao *Soldado Pratico*.

Do lado economico a situação não era nunca desafogada, pois embora o soberano tivesse o monopolio do commercio da especiaria que havia enriquecido Veneza, a India levou mais do que deu e D. João III viu-se forçado a levantar dinheiro em Flandres.

As riquezas do Oriente desmoralizaram os conquistadores, por indole impaciente da disciplina e na ausencia d'uma forte direcção; cada capitão fazia o que queria.

A ambição de fazer fortuna e voltar para a Europa não soffria restricções e o vicio nacional da intriga augmentava em contacto com uma civilização onde era indigena. A relativa fraqueza dos Indios convidava á exploração e não admira que os homens pobres não pudessem resistir ás tentações que se lhe offereceram. Houve excepções honrosas, é claro, mas as cartas de S. Francisco Xavier estão cheias de queixas contra o mau comportamento dos brancos que ia minando o dominio portuguez tanto quanto obstava á obra de evangelização. Um seculo depois o mesmo Spinola resumia as suas experiencias nas palavras «na India tudo merece hum rosto branco, tudo facilita o ser Portuguez, tudo alcança hum homem rico, tudo cobre um vestido custoso».¹

O zelo primitivo pela conversão do gentio tinha enfraquecido, como testemunha o *Cordel Triplicado*. «Antigamente erão muitas as christiandades que se fazião. Hoje são muitas as que se perdem. A causa he sabida e pouco remediada. Antes enchião-se as Igrejas de convertidos á Fé, hoje os papeis. Antigamente se deixavão os contratos pelas conversões; hoje deixão-se as conversões pelos contratos.»¹

¹ Op. cit. pag. 363.

¹ *Ibid.*, pag. 609.

Os socios da *Sociedade de Estudos Historicos* podem congratular-se com a obra do sr. Jayne, o qual merece o titulo de *lusophilo*, pois sei que elle está trabalhando n'uma nova versão ingleza commentada da *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. A antiga traducção

de Henrique Cogan não satisfaz por ser infiel e por omittir, em homenagem, creio eu, aos preconceitos anti-catholicos então reinantes, toda a serie de capitulos que tratam das ultimas viagens e morte de S. Francisco Xavier. — *E. P.*

Lista dos socios, suas especialidades scientificas e cargos que desempenham na Sociedade :

- Anselmo Braamcamp Freire, director do « Archivo Historico Português » ;
Antonio Aurelio da Costa Ferreira, ministro do fomento : Anthropologia ;
Antonio Baião, director do Archivo Nacional, Historia da Inquisição ;
Antonio do Prado Coelho, professor lyceal : Litteratura portuguesa ;
Antonio Sergio de Sousa, official da armada : Philosophia ;
Antonio de Sousa Silva Costa Lobo, antigo ministro de Estado : Historia-social ;
Antonio Thomaz Pires, folk-lore ;
Charles Oman, professor da Universidade de Oxford ;
Christovam Ayres, professor da Escola de Guerra : Historia militar ;
Sir Clements Markham, antigo presidente da Sociedade de Geographia de Londres :
Geographia historica ;
Damião Peres, professor lyceal : Historia politica ;
David Lopes, professor da Faculdade de Letras de Lisboa : Historia arabe ;
Edgar Prestage, professor da Universidade de Manchester, vogal do Conselho de Direcção : Litteratura portuguesa ;
Ernesto Vilhena, official da armada : Historia colonial ;
Fidelino de Figueiredo, professor lyceal, secretario do Conselho de Direcção : Litteratura portuguesa moderna ;
Fortunato de Almeida, professor lyceal : Historia ecclesiastica ;
Francisco Lopes Vieira de Almeida, professor lyceal ;
Francisco Xavier da Silva Telles, professor da Faculdade de Letras de Lisboa, presidente da Sociedade : Geographia historica ;
Gustavo Cordeiro Ramos, professor da Faculdade de Letras de Lisboa : Litteratura allemã ;
Henrique Vilhena, professor da Faculdade de Medicina de Lisboa : Critica esthetica ;
João Lucio de Azevedo : Historia politica ;
Joaquim Fontes : Archeologia ;
José Francisco Alves de Barbosa Bettencourt, professor lyceal : Litteratura portuguesa ;
José Leite de Vasconcellos, professor da Faculdade de Letras de Lisboa : Archeologia ;
José Maria Rodrigues, professor da Faculdade de Letras de Lisboa : Estudos camoneanos ;
José Maria de Queiroz Velloso, director da Faculdade de Letras de Lisboa : Historia da Pedagogia ;
José Queiroz, conservador do Museu da Arte Antiga : Artes decorativas ;
K. G. Jayne ; Historia portuguesa do seculo XVI ;
Manuel João Paulo Rocha : Historia local (Lagos) ;
Manuel Maria de Oliveira Ramos, professor da Faculdade de Letras de Lisboa ;
M. de Oliveira Lima, ministro do Brasil na Belgica : Historia politica ;
Manuel Paulo Merêa : Historia do direito ;
Manuel Vieira Natividade : Historia local (Alcobaça) ;
Maximiano de Lemos, professor da Faculdade de Medicina do Porto : Historia da Medicina ;
Pedro de Azevedo, 1.º conservador do Archivo Nacional, vogal do Conselho de Direcção : Paleographia e critica diplomatica ;
Pedro Fernandes Thomaz, professor da Escola Industrial da Figueira da Foz : Historia local ;
Pedro Paulo de Mascarenhas Judice : Historia local (Silves) ;
Philoteio Pereira de Andrade : Archeologia indiana ;
Vieira Guimarães, professor lyceal : Historia da Arte ;
Virgilio Corrêa, conservador do Museu Ethnologico : Archeologia.
Visconde de Faria, consul em Lausanne : Bibliographia e Heraldica ;
Visconde de Meirelles, diplomata ;
William Ker, professor da Universidade de Londres.

HISTÓRIA DA IGREJA EM PORTUGAL

POR

FORTUNATO DE ALMEIDA

Bacharel formado em Direito, Professor do Lyceu Central de Coimbra,
Sócio do Instituto da mesma cidade,
da Sociedade de Geographia de Lisboa e da Sociedade portuguesa de estudos históricos

VOLUMES PUBLICADOS:

- TOMO I—Desde as origens do christianismo na península até ao fim do reinado de D. Dinis (1325).
Um volume de 800 páginas, 2\$500 reis.
TOMO II—Desde o principio do reinado de D. Affonso IV até ao fim do reinado de D. João II (1325-1495). Um volume de 812 páginas, 2\$500 reis.

EM PUBLICAÇÃO:

- TOMO III—Desde o principio do reinado de D. Manuel I até ao fim do reinado de D. João V (1495-1750). Dois volumes.
TOMO IV—Desde o principio do reinado de D. José I até á proclamação da república (1750-1910). Um volume.
TOMO V—Os acontecimentos no tempo da república. Um volume.

Fascículos mensaes de 80 páginas em 8.º grande, em typo elzivir e óptimo papel, ao preço de 250 reis cada um.

Não se vendem volumes separados.

Toda a correspondência deve ser dirigida á Imprensa Academica, Rua da Sophia, Coimbra.

A CRITICA LITTERARIA EM PORTUGAL

POR

FIDELINO DE FIGUEIREDO

Professor do lyceu, da secção de Historia,
Secretario da Sociedade Portuguesa de Estudos Historicos

SUMMARIO:

Prefacio.—Primeira Epoca (1526-1613).—A Renascença geral.—A Renascença portuguesa.—Antonio Ferreira, theorico do classicismo e orientador do primeiro grupo classico.—**Segunda Epoca (1613-1662).**—A exegése camoneana.—A querella dos camoistas.—D. Francisco Manuel de Mello.—**Terceira Epoca (1662-1756).**—Academias.—**Quarta Epoca (1756-1826).**—Precursôres: os trabalhos linguisticos; o cavalheiro de Oliveira, um racionalista e um impressionista; Verney e o gongorismo; Francisco José Freire e a sua «Arte Poetica».—A Arcadia Lusitana, suas idéas e seus trabalhos criticos.—A Academia Real das Sciencias, historia litteraria.—Filinto Elysio.—José Agostinho e a censura official.—**Quinta Epoca (1826-1870).**—O romantismo e a critica romantica europeia.—A critica romantica portugueza.—1.º periodo (1826-1837): Garrett e o seu «Bosquejo».—Herculano no «Repositorio Litterario».—A theoria da unidade.—2.º periodo (1837-1871): A litteratura romantica triumphante.—Herculano no «Panorama».—Historia Litteraria.—A critica jornalistica, Rebello da Silva, Lopes de Mendonça e Andrade Ferreira.—Progressos da historia litteraria, trabalhos bibliographicos.—Idéas criticas sobre Shakespeare.—Castilho e a decadencia da critica romantica.—**Sexta Epoca (de 1871 á actualidade).**—O positivismo applicado á critica.—O sr. Theophilo Braga.

PREÇO, 400 REIS